



LAILA T. CORREA E SILVA

***“Cousas Futuras”* em Machado de Assis: conflitos e incertezas em torno
de 28 de setembro de 1871.**

CAMPINAS

2015



Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP.

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, IFCH.

Departamento de História.

Laila Thaís Correa e Silva

RA: 044492

***“Cousas Futuras” em Machado de Assis: conflitos e incertezas em
torno de 28 de setembro de 1871.***

**Monografia apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
Departamento de História, para a conclusão da disciplina HH 902A - Monografia
de Bacharelado II.**

Orientador: Prof. Dr. Sidney Chalhoub

Campinas, julho 2015

Agradecimentos:

Agradeço, hoje e sempre, a minha família. Principalmente minha irmã, Bárbara e minha mãe, Marjorie, que tiveram paciência para escutar minhas “descobertas machadianas” e tentaram ler uma boa parte deste trabalho. Grande obrigada, também, para minha tia, Cristiane, que me auxiliou em assuntos “logísticos” de última hora. Para as amigas de graduação, Angélica e Franciely, digo “valeu por tudo”...

Em grande medida esta pesquisa é fruto de um percurso trilhado desde o início da graduação. Por isso, agradeço aos professores que sempre instigaram temas, problemas e leituras profícuas à formação e à pesquisa. Agradeço especialmente a orientação da Prof^a. Silvia H. Lara que, por outros caminhos percorridos pela legislação do século XIX, ensinou-me muito e contribuiu, ainda que indiretamente, para a redação desta monografia.

Ao Prof. Sidney Chalhoub devo um especialíssimo agradecimento. Sua orientação é sempre animadora. Mostra problemas, aponta leituras e, o melhor de tudo, indica que Machado de Assis é uma fonte histórica praticamente inesgotável – isso é desafiador e empolgante. Muito obrigada pelas reuniões de orientação e pelas leituras atentas e cuidadosas das primeiras versões deste texto. Sem seus comentários, críticas, sugestões e incentivos nada do que escrevo aqui teria sido possível.

Resumo:

Esta monografia pretende discutir os impasses e conflitos que caracterizaram os debates relativos à questão do “elemento servil” e à elaboração do projeto da lei n. 2040 de 28 de setembro de 1871, mais conhecida como Lei do Ventre Livre. Para tanto, recorreremos aos jornais, aos discursos parlamentares da época e aos romances de Machado de Assis: *Iaiá Garcia* e *Quincas Borba*. Nestes romances identificamos o testemunho do processo histórico que produziu a lei de 1871, bem como as consequências dessa lei, percebidas nas permanências e rupturas provocadas no âmbito social, político e cultural.

Palavras- chave: Lei do Ventre Livre, Machado de Assis, *Iaiá Garcia*, *Quincas Borba*.

Sumário:

Introdução. A lei de 28 de setembro de 1871: relação entre história, imprensa e literatura	7
---	---

Capítulo 1. Debates iniciais sobre o “elemento servil”

1.1 O prenúncio da mudança.....	14
1.2 A concretização de promessas: a aprovação da Lei Rio Branco.....	23

Capítulo 2. Iaiá Garcia: a guerra do Paraguai e a reforma do “elemento servil”

2.1. Iaiá Garcia: críticas da estréia em folhetim e em livro.....	33
2.2. A guerra do Paraguai e seus significados em Iaiá Garcia.....	34
2.3.As personagens de Iaiá Garcia: mudanças e permanências entre 1866 e 1871.....	43
2.4. Raimundo e a legislação escravista brasileira de 1831, 1864 e 1871.....	51
2.5. Estela: as mulheres no mercado de trabalho e a educação dos ingênuos.....	64

Capítulo 3. Quincas Borba: alegoria política e escravidão

3.1. Quincas Borba em A Estação: jornal ilustrado para a família.....	73
3.2. Quincas Borba: um romance sobre a questão do “elemento servil” e a política Imperial das décadas de 1860 e 1870.....	75
3.3. A construção da alegoria política machadiana: Pedro Rubião de Alvarenga e Napoleão III.....	77

Conclusão.....	108
-----------------------	-----

Bibliografia.....	109
--------------------------	-----

Introdução

A lei de 28 de setembro de 1871: relação entre história, imprensa e literatura.

Os anos de 1870 e 1871 foram de intensos debates políticos em torno da questão do “elemento servil”. Essas discussões resultariam na Lei n. 2040, de 28 de setembro de 1871, chamada ainda por Lei Rio Branco ou Lei do Ventre Livre. Até a sua aprovação, porém, a sociedade brasileira acompanhou uma longa disputa entre correntes políticas que divergiam a respeito de como encaminhar o processo de emancipação, sobretudo quanto aos modos de intervenção das diversas instâncias do poder público na questão. Robert Conrad argumentou que, “provavelmente, nenhuma outra questão despertara tanto interesse popular desde a abolição do comércio de escravos ou da implantação da independência”.¹

A chamada “reforma do elemento servil” contou com oponentes e defensores, que utilizaram todos os meios retóricos possíveis para ressaltar a veracidade de suas opiniões. Os defensores recorreram às câmaras legislativas, à imprensa e às reuniões públicas nos teatros do Rio de Janeiro e outras cidades, “com oradores atraindo, por vezes, públicos calculados em milhares de pessoas”.² A população pôde deleitar-se com esse debate nacional que tomava conta dos jornais da capital do Império, bem como os das províncias, acompanhando o desenrolar dessa contenta semanalmente. O interesse do governo imperial era aprovar a lei e, com o intento de apoiar sua causa, “subsidiou a imprensa, incluindo sólidos jornais, como o Jornal do Commercio, e até distribuiu propaganda nas províncias”.³

A maioria dos principais jornais diários apoiou a reforma proposta pelo governo. O Diário do Rio de Janeiro, no entanto, se opunha de modo manifesto.⁴ Neste

¹Robert Conrad. Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 116.

² Idem.

³Idem, p. 117.

⁴ Segundo Robert Conrad: “Os principais jornais diários da maioria das regiões defendiam a causa do governo e alguns jornais radicais, como O Abolicionista e a Imprensa Acadêmica de São Paulo, pediam muito mais do que essa moderada lei. Segundo um tal ‘Spartacus’, um defensor do projeto, só dois jornais de menor importância e um importante, o Diário do Rio de Janeiro, se opunham à reforma do governo. Cinquenta e sete jornais, importantes ou não, representando a maioria das províncias, desde Pará

importante jornal diário carioca encontramos uma personagem interessante, um cronista anônimo que publicou 22 textos na seção “A Pedidos” sob o pseudônimo de Sentinela da Ordem. Ele inaugurou seus textos diários com o título “O senado e a emancipação” no dia 07 de setembro de 1871, anunciando que seria um cronista imparcial e informante da população e, encerrou sua participação no dia 28 de setembro de 1871⁵, perguntando qual seria o real legado da lei recentemente aprovada.

A série de textos publicados pelo cronista anônimo em “A Pedidos” será abordada nesta monografia juntamente com o conteúdo publicado no Diário do Rio de Janeiro, especialmente outras publicações que figuraram na seção “A Pedidos”. Nossa pretensão, com isso, é elucidar o percurso de elaboração, discussão e repercussão da lei de reforma do elemento servil, oficialmente na pauta parlamentar desde 1870. Ao acompanhar os jornais que publicavam, à época, notícias e pronunciamentos dos parlamentares temos a oportunidade de lê-los juntamente com outras notícias que circulavam nos jornais, auxiliando-nos na compreensão mais completa, ainda que limitada, do escopo no qual a discussão nacional sobre o “elemento servil” se inseria e adquiria significados para os seus contemporâneos.

O ano de 1871 pode ser interpretado como crucial para o gradual processo de abolição da escravidão, sistema que se mostrava visivelmente abalado desde a Lei de 1850, que aboliu o tráfico de escravos africanos para o Brasil. Os fios condutores de nossa análise desse marco crucial serão as disputas em torno da aprovação da lei de 28 de setembro de 1871, mas esses fios têm o objetivo de atarem-se a fontes históricas, em grande medida, complexas, a saber: os romances de Machado de Assis.

A hipótese que defendemos aqui é a de que a profundidade da vivência de Machado de Assis na década de 1870 tornou-o apto para analisar o processo de mudança sofrido pelo sistema escravista no Brasil. O processo histórico que resultou na lei de 1871 constituiu o centro de significação de vários romances e contos machadianos, como mostrou o crítico literário John Gledson em Machado de Assis:

ao Rio Grande do Sul, foram registrados como defensores da Lei Rio Branco, enquanto outros, especialmente os de Espírito Santo e os do interior do Rio de Janeiro, se conservavam silenciosos quando o silêncio sobre a questão da escravatura era equivalente à oposição”, em Robert Conrad, *Op. cit.*, p. 117.

⁵Ainda não conseguimos localizar a possível identidade desse cronista. A primeira tentativa foi buscar no próprio Diário do Rio de Janeiro algum indício para iniciar nossa busca, porém, ao que tudo indica, o Sentinella da Ordem apareceu na seção de modo abrupto, justamente com o intuito de comentar, especificamente, os debates parlamentares sobre a emancipação dos escravizados. No livro de Antônio Simões dos Reis, *Pseudônimos Brasileiros: Pequenos verbetes para um dicionário*, não existe qualquer menção ao cronista.

Ficção e História (1986) e o historiador Sidney Chalhoub em Machado de Assis, Historiador (2003), cada um ao seu modo.

John Gledson localiza os romances em seu contexto histórico, e realiza um exercício analítico de descoberta de sentidos nos textos de Machado. Desse modo, a pesquisa desse crítico literário voltou-se para a publicação de edições comentadas dos textos machadianos, entre antologia de contos e crônicas. Seus trabalhos apresentam linhas gerais de interpretação das obras de Machado e suas transformações ao longo do tempo de sua produção literária. Por exemplo, quando o crítico analisa romances e contos machadianos, em suas primeiras edições nos jornais e revistas de grande circulação, ele afirma que nosso conhecimento sobre essas publicações, nas quais tais textos estavam inseridos inicialmente, pode explicar características aparentemente desimportantes, como a extensão das narrativas, escritas, em grande medida, conforme o tamanho demandado pelo impresso, ou mesmo nos informa sobre o público ao qual Machado se dirigia.⁶ Grande parte dos contos comentados por Gledson veio ao público leitor de periódicos, entre as décadas de 1860 e 1870, n' *Jornal das Famílias*, revista feminina, e em *A Estação*, também voltada para o público feminino ávido por moldes e dicas de modas. Nesse contexto, a extensão das histórias (quando interrompê-las, suspendê-las e seriá-las) e as escolhas dos temas, dependeriam, geralmente, dos veículos aos quais eram destinadas, o que atribui imensa importância ao alerta de Gledson: observar atentamente esses aspectos envolvidas na obra literária.

Em suas pesquisas, o crítico afirma que Machado de Assis teria sofrido uma evolução notável entre *Iaiá Garcia* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, ou seja, no final da década de 1870, o que afetou também a produção dos contos e crônicas.⁷ Para John Gledson, a maior parte dos contos anteriores a *Papéis Avulsos* (1882) não têm “real mérito”, em relação à sua qualidade narrativa.⁸ Ocorrera, enfim, uma repentina evolução artística. Dessa forma, Gledson corrobora com a visão do sociólogo e crítico literário Roberto Schwarz, que afirma serem os anos anteriores a 1880 “conformistas”,

⁶ John Gledson. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 37.

⁷ Essa hipótese foi defendida em vários de seus trabalhos, dentre os quais *Machado de Assis: Ficção e História* e *Machado de Assis: Impostura e Realismo uma reinterpretação de Dom Casmurro*.

⁸ John Gledson. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*, p. 38.

nos quais Machado limitou-se apenas em retratar a sociedade carioca baseada na escravidão e no privilégio, sem qualquer intenção em intervir nessa realidade narrada.⁹

Nesse ponto Sidney Chalhoub diverge dos dois críticos literários mencionados. O historiador argumenta que, ao menos em relação aos romances, isso está equivocado (e como exemplo, a comparação aqui pretendida entre Iaiá Garcia e Quincas Borba, pode elucidar isso). Quanto aos contos, que na análise histórica não se pesa a pretensa qualidade literária, John Gledson teria desconsiderado contos mais “ousados” que revelariam uma tentativa sistemática por parte de Machado em encontrar modos de narrar a crítica e o antagonismo das mulheres aos discursos científicos e morais produzidos sobre elas.¹⁰

Na década de 1860, Machado de Assis, no *Jornal das Famílias*, deu a palavra à jovem viúva que confessou seus desejos sexuais por um homem que a cortejava quando seu marido ainda vivia. O modo seriado dessa publicação (abril, maio e junho de 1865) prolongou e reforçou um convite à fantasia para as moças que liam o *Jornal*, atacando as convenções do casamento em “Confissões de uma jovem viúva moça”, sem contar, ainda, a publicação de “Ernesto de tal” (fevereiro e março de 1873), história na qual Rosita namorava dois rapazes ao mesmo tempo, até o momento de ser descoberta pelos dois e, mesmo assim, conseguir casar-se com um deles e tornar-se amante do outro.

Entre estes e outros elementos de divergência entre Gledson e Chalhoub, mostra-se importante ressaltar que a leitura empreendida pelo historiador social propõe-se a estabelecer uma interlocução social com o texto literário. Primeiramente, pretende-se estabelecer a circunstância histórica de produção da obra, “construindo”, então, esse objeto de estudo. O que para o crítico literário, geralmente, constitui mero contexto histórico, numa acepção de história como aquilo que simplesmente aconteceu e está no entorno da obra literária, para o historiador, por outro lado, é um processo que, inclusive constitui a obra literária internamente, em seus elementos narrativos, estilísticos. Ou seja, o historiador “estuda contextos e processos históricos que não existem eles próprios, cujos contornos se definem no andamento da pesquisa” e, nessa dinâmica de

⁹ Tal concepção foi desenvolvida por Roberto Schwarz em *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro* e *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*.

¹⁰ Ver “Prefácio” escrito por Sidney Chalhoub em Daniela Magalhães da Silveira. *Fábrica de Contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010, p. 19.

construção, “construí-lo é por sua vez interpretá-lo”.¹¹ No caso específico das obras machadianas, identificamos um compromisso em expor e criticar uma ideologia senhorial arbitrária e violenta, característica da classe senhorial do século XIX. Todavia, o período histórico referido, que contribui como matéria para a composição da obra literária, não pode ser lido como algo inerte, estanque e uniforme ao longo do século XIX, tipificando uma classe e uma determinada estrutura política e social nacionais. A história, enquanto processo, nos revela que a ideologia senhorial teve seus altos e baixos no âmbito do exercício de seu poder sobre os subjugados. Isso constitui de modo irônico a narrativa machadiana que, por meio de figuras senhoriais como Bento Santiago de Dom Casmurro e Brás Cubas de Memórias Póstumas, personagens que enxergam o mundo como uma mera expansão de suas vontades, transmitiu a instabilidade desse poder patriarcal, em conflito diante das mudanças sociais que emergiam, sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX.¹²

Sidney Chalhoub afirma que Machado de Assis formou-se e transformou-se ao longo dos anos 1870. No ano de 1873 o romancista tornou-se funcionário do Ministério da Agricultura e, em meados de 1876, passou a chefiar a seção encarregada de estudar e acompanhar a aplicação da Lei Rio Branco. Isso possibilitou que o literato Machado de Assis estabelecesse um “diálogo constante com a experiência do funcionário e do cidadão”¹³, refletindo tal experiência histórica na elaboração de suas obras.

Nesse âmbito, pretendemos mostrar que ocorreu um amplo movimento de resistência à aprovação da lei 28 de setembro, apesar da pressão e ampla propaganda do governo imperial a favor da lei, identificando temas e conflitos que constituem o ano de 1871 como decisivo na história da sociedade e da política imperiais. O processo foi vivenciado, à época, “com agudo sentido de indeterminação em relação ao futuro”¹⁴ e, ao final desse processo, podemos identificar a emergência de novos tipos sociais, influenciando e moldando concepções sociais, políticas e culturais. Em Machado de Assis, Historiador, Sidney Chalhoub mostrou que o processo histórico que produziu a lei de 1871, bem como as consequências dessa lei, “esteve no centro da concepção de romances como Helena, Iaiá Garcia, Memórias póstumas de Brás Cubas e Dom

¹¹ Sidney Chalhoub. “Apresentação”, em História Social: Revista dos Pós-Graduandos em História da Unicamp. Campinas, SP, n. 22 e 23- Primeiro e segundo semestre de 2012, p. 12.

¹² Sidney Chalhoub. Machado de Assis, Historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

¹³ Idem, p. 138.

¹⁴ Idem.

Casmurro.”¹⁵ Na presente pesquisa trabalharemos com os romances Iaiá Garcia e Quincas Borba, com a finalidade de apreender, nesses romances, o testemunho histórico desse processo, identificando permanências e rupturas provocadas pela lei de 28 de setembro de 1871 no âmbito social e político. Esaú e Jacó, por exemplo, foi escrito em 1904 e retrata acontecimentos ocorridos desde 1871, quando Natividade subia o morro do Castelo e obteve o anúncio de “cousas futuras” para seus filhos. Aqui não será possível fazer esse longo percurso desde Iaiá Garcia até Esaú e Jacó, porém pretendemos apontar que a preocupação machadiana em abordar essas décadas de crise e transformações na sociedade brasileira foi notável e facilmente identificável quando tomamos seus romances em conjunto (e se explorarmos, também, os contos e crônicas, certamente a lista de obras aumentará).

A literatura tornou-se cada vez mais presente como fonte de pesquisa ao historiador. Contudo, para tornar essa fonte mais profícua e interessante à pesquisa, faz-se necessário historicizá-la, ou seja, localizá-la e atá-la à sociedade que a produziu e atribuiu significados a ela:

(...) inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constroi ou representa a sua relação com a realidade social- algo que faz mesmo a negar fazê-lo¹⁶.

Desse modo, além da estratégia de ler os romances como partes dos suportes originais nos quais eles foram veiculados à época, procuramos reinserir o texto em suas redes mais amplas de interlocução sociais, estabelecendo diálogos entre os jornais, a literatura, os debates políticos e suas relações com a sociedade que os produziram. No caso de Iaiá Garcia, publicado em folhetim no jornal O Cruzeiro, entre janeiro e março de 1878, e Quincas Borba, publicado na revista A Estação, entre 1886 e 1892, pode-se analisar o texto literário e o veículo no qual foi originalmente publicado. No presente trabalho essa interlocução com O Cruzeiro e A Estação será feita de modo geral e, em grande medida, pontual. Aqui iremos priorizar alegorias e simbologias sociais e políticas que podem ser apreendidas nessas duas obras, realizando, assim, uma

¹⁵ Sidney Chalhoub. Machado de Assis, Historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 138.

¹⁶ Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso de Miranda Pereira (orgs.), A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 7.

interlocução com os debates políticos de Parlamentares e os conflitos que envolveram a elaboração da Lei do Ventre Livre.

Dessa forma, a presente análise propõe-se a apreender os sentidos políticos, sociais e culturais que inspiraram a caracterização das personagens machadianas e as tramas de seus romances. Comentaremos quais foram os primeiros incentivos à lei, bem como os primeiros embates e tentativas de barrá-la, antes mesmo de sua discussão, inaugurada em 12 de maio de 1871. Ao relatarmos brevemente o prenúncio da lei e as manifestações contrárias a ela, conseguimos compreender com maior propriedade os embates travados à época, conferindo maior significado aos argumentos contrários e favoráveis à lei.

Capítulo 1

Debates iniciais sobre o “elemento servil”.

1.1. O prenúncio da mudança.¹⁷

As décadas de 1860 e 1870 traziam, aos seus contemporâneos, a percepção de que a escravidão estava ruindo. D. Pedro II, ao final de 1865, já manifestava grande interesse em elaborar propostas de ação legislativa com o fito de emancipar os escravos. O Imperador solicitou a José Antônio Pimenta Bueno, posteriormente Visconde de São Vicente, um estudo preliminar e a elaboração de propostas que seriam discutidas em sessões do Conselho de Estado pleno.¹⁸ Essas propostas, concluídas em 23 de janeiro de 1866, consistiram em um programa moderado de cinco pontos, prevendo o nascimento livre; o estabelecimento de conselhos provinciais de emancipação; o registro dos escravos; a libertação dos escravos de propriedade do Estado, em cinco anos e os escravos dos conventos, em sete anos.¹⁹ Contudo, o período foi marcado por crise econômica e social, agravada pela guerra contra o Paraguai. Havia ainda a resistência do chefe de gabinete, o escravocrata marquês de Olinda. Diante desse contexto, o assunto foi tirado da pauta por alguns meses.

Em 1866 d. Pedro II retomou a questão do “elemento servil” estimulado pela correspondência enviada pela importante sociedade abolicionista francesa Comité pour l’Abolition de l’Esclavage, que pedia ao Imperador a abolição da escravidão no Brasil. O Imperador respondeu ao apelo internacional com a assertiva de que a abolição era

¹⁷ Para elaborar esse sucinto percurso rumo à lei de 1871, que se segue, utilizamos os seguintes autores: CARVALHO, José Murilo de. “A vida política”, em História do Brasil nação: 1808-2010. Volume 2: a construção nacional (1830-1889). Rio de Janeiro: Mapfre/Objetiva, 2012, pp. 83-129 e CHALHOUB, Sidney. “Escravidão e Cidadania: a experiência histórica de 1871”, em Machado de Assis, Historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 139 ss, além de indicações mais precisas em Robert Conrad. Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888 e Joaquim Nabuco. Um estadista do Império Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época.

¹⁸ Os trabalhos de Pimenta Bueno, fortemente inspirados na legislação portuguesa para a emancipação de escravos, de meados de 1850, consistiam em uma iniciativa honrosa, segundo Joaquim Nabuco, pois o futuro Visconde estava intimamente ligado aos conservadores, ver Joaquim Nabuco. Um estadista do Império Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época. Rio de Janeiro: Garnier, Livreiro-Editor, tomo III, p. 27.

¹⁹ Robert Conrad. Op. cit., p. 94.

uma questão de forma e de oportunidade e que o governo iria priorizar o assunto assim que a guerra do Paraguai²⁰ terminasse.

Apesar da grande preocupação com a guerra, d. Pedro II não se esqueceu de suas aspirações emancipacionistas e, em 1867, retomou o projeto de reforma que, além dos cinco pontos expressos pelo Visconde, previa a completa abolição da escravidão com ressarcimento total aos proprietários, até o último dia do século XIX. Essa proposta, como esperado, “causaria receio e hostilidade”.²¹

A questão tocava profundamente os fazendeiros e, o Conselho de Estado sinalizou o perigo de uma abolição imediata. A desordem pública seria certa e, a escassez de mão de obra causaria prejuízos imediatos à economia nacional. Para os fazendeiros tratava-se de uma questão de mão de obra e de economia, que, em última instância, também atacava o âmago da ordem senhorial e patriarcal, na qual o sistema escravista se assentava, isto é, a propriedade.

Em 1868 os conservadores quiseram fugir do “assunto” incômodo. Joaquim Nabuco em, *Minha formação*, comenta o importante papel desempenhado por José Tomás Nabuco de Araújo, representando a Bahia no Conselho de Estado:

(...) Eu traduzia documentos do Anti-Slavery Reporter para meu pai que, de 1868 a 1871, foi quem mais influenciou para fazer amadurecer a ideia da emancipação, formulada em 1866 em projeto de lei por São Vicente (Pimenta Bueno). A iniciativa, o desejo de que se levasse a questão ao Parlamento, estou convencido, partiu do Imperador, que não descansou enquanto não o conseguiu, a primeira vez de Zacarias, a segunda de Rio Branco. Eu já disse uma vez que possuo o autógrafo, por letra dele, da carta em resposta aos abolicionistas franceses, carta que foi o ponto de partida de tudo. Eu tomava o maior interesse na atitude de meu pai nessa questão; desejava para ele a glória de ser pelo menos o Sumner brasileiro. Recordo-me do prazer que tive quando, em 1869, ele me referiu que se tinha posto de acordo com Sales

²⁰Resumidamente, a guerra do Paraguai consistiu na guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra Paraguai, e a ditadura de Francisco Solano López que subiu ao poder em 1862. No Brasil, “a guerra reuniu brasileiros de várias províncias contra um inimigo externo claramente identificado, ele invadira duas províncias brasileiras e era acusado de cometer atrocidades contra homens e mulheres”, ver José Murilo de Carvalho “A vida política” em *História do Brasil Nação: 1808-2010*, volume 2: A construção nacional 1830-1889, Rio de Janeiro, RJ ; Madrid : Objetiva : Fundacion MAPFRE, 2012. p. 105.

²¹Robert Conrad, *Op. cit.*, p. 96.

Torres Homem para moverem a ideia no Senado, e que Sales estava escrevendo sobre a escravidão um diálogo na forma de Platão (...)²²

O trabalho elaborado por Pimenta Bueno, à época visconde de São Vicente, pautou as discussões do Conselho de Estado. Como nos conta Joaquim Nabuco em *Um estadista do Império*, “no Gabinete Zacharias dá-se um fato singular: o Conselho de Estado é convocado constantemente para estudar uma série de projetos formulados por (...) S. Vicente” que, quando redigiu tais projetos não fez senão satisfazer o desejo do Imperador, “nem de outro modo Zacharias admitiria que lhe fossem sugeridos planos de reforma por um adversário”.²³ Dentre muitas idas e vindas de discussões no Conselho, o qual não desejava opor-se ao Imperador e, ao mesmo tempo, não concordava com a ideia da emancipação, construiu-se um discurso político que era assertivo à necessidade da emancipação, contudo afirmava que nada poderia ser feito imediatamente. Muitos defendiam a emancipação gradual e o fim natural da escravidão, considerando o fato de que o tráfico de escravos havia sido abolido em 1850.

A política interna do Brasil era muito instável. A guerra do Paraguai influenciou o curso da emancipação de modo decisivo, ainda em 1868:

(...) a guerra com o Paraguai, que já justificara o adiamento da reforma da escravatura por mais de dois anos, motivou Dom Pedro para ações que implicavam um quase abandono de sua política de emancipação. Enfrentando uma disputa sem solução entre seu Primeiro Ministro, o liberal Zacarias de Góis, e o comandante das forças armadas no Paraguai, o Duque de Caxias, Dom Pedro decidiu, em julho, aceitar a demissão de Zacarias e pedir a um conservador que formasse o gabinete. Esta decisão arbitrária, mas legal, enraiveceu os liberais, que detinham a maioria na Câmara, e foi tomada como uma ofensa ao crescente número de pessoas que simpatizavam com o emancipacionismo. Enquanto Zacarias estava comprometido com as propostas do governo, o novo gabinete, por seu lado, identificava-se com a oposição à reforma da escravatura.²⁴

²² Joaquim Nabuco. *Minha formação*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, p. 54.

²³ Joaquim Nabuco. *Um estadista do Império* Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época. Rio de Janeiro: Garnier, Livreiro-Editor, tomo III, p. 7.

²⁴ Robert Conrad. *Op. cit.*, p. 100.

Com essa composição, o projeto de lei emancipacionista não foi à Câmara dos Deputados. A Câmara, liberal, foi dissolvida em 20 de julho e, na eleição seguinte, foi substituída por uma Câmara de maioria conservadora. E, nesse contexto, foi Nabuco de Araújo que, em 1868, defendeu a causa emancipacionista, transformando-se no principal opositor ao Ministério Conservador. Aparentemente, o Imperador havia abdicado de sua luta emancipacionista no Brasil, e a queda do gabinete liberal, em 16 de julho de 1868, radicalizou o movimento liberal, despertando “fortes sentimentos reformistas entre estudantes, escritores, políticos liberais e uma parte da população urbana informada”.²⁵ Os jovens liberais da Faculdade de Direito de São Paulo juntaram-se aos oponentes mais antigos da escravatura e formaram o Clube Radical e o jornal O Radical Paulistano, que tinha no corpo editorial, dentre outros nomes de destaque, Rui Barbosa e Luiz Gama.

O cerco também estava se fechando internacionalmente. Em 1870 o legislativo espanhol aprovou a Lei Moret, libertando assim o ventre das escravas e concedendo alforria a escravos idosos em Cuba e Porto Rico. No Brasil a questão do “elemento servil” deveria seguir seu curso, a fim de responder ao julgamento reprovador do resto do mundo em relação à escravidão.

Com o fim da guerra do Paraguai e a abertura dos trabalhos legislativos, em maio de 1870, os discursos parlamentares estavam repletos de patriotismo e ufanismo. O governo imperial dava sinais de sua volta ao debate da reforma do elemento servil. Para fugir a uma súbita mudança de poder, novamente, o Imperador, inspirado por Nabuco de Araújo, promoveu a ala mais flexível do Partido Conservador, demitindo o gabinete do Visconde de Itaboraí, que não estava nem um pouco propenso a conduzir o projeto pela Assembleia.²⁶

Nabuco de Araújo afirmava que apenas o ministério do Visconde de Itaboraí impedia a reforma do elemento servil, enquanto a Câmara dos Deputados, as assembleias provinciais, o Conselho de Estado, o povo e, mesmo os senhores de escravos, estavam preparados para uma legislação prudente para a reforma do elemento servil.²⁷ O governo, mais uma vez do Partido Conservador que então subiu ao poder, foi chefiado, inicialmente, pelo Visconde de São Vicente. No entanto, o Visconde não teve

²⁵ Idem, p. 103.

²⁶ Robert Conrad. Op. cit., p. 109-110.

²⁷ Joaquim Nabuco. Um estadista do Império Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época. Op. cit., tomo III, p. 168-170.

a capacidade necessária para levar tal tarefa adiante e, por isso, demitiu-se depois de cinco meses, sendo substituído pelo Visconde do Rio Branco, que levaria a cabo a aprovação da lei.

Contudo, antes de chegar à vitória de setembro de 1871, o projeto recebeu muitas críticas de opositores ferrenhos, com discursos no Parlamento. Aqui iremos explorar com mais cuidado as vozes opositoras dos jornais, e os diálogos estabelecidos entre políticos, jornalistas e literatos que, muitas vezes, exerciam as referidas funções ao mesmo tempo.

Um grande exemplo de político e literato foi José de Alencar, que desde 1870 já se opunha à reforma do elemento servil. Foi ministro da Justiça do Gabinete Conservador de Itaboraí, permanecendo no cargo até 10 de janeiro de 1870, deixando-o em função de desavenças políticas com Cotegipe e o Imperador. O então ministro José de Alencar pretendia ser senador por Ceará, mas d. Pedro II não aceitava que um ministro fosse candidato ao Senado. Contudo, o ministro contrariou o Imperador; candidatou-se e ganhou em primeiro lugar na lista de seis nomes. O esperado era que d. Pedro, por meio do exercício do Poder Moderador, escolhesse os dois nomes mais votados da lista. Alencar, contando com a sua escolha, deixou seu cargo no Ministério, mas o Imperador não o escolheu e, como resultado, o literato revoltou-se contra a Coroa e retornou à Câmara dos Deputados, participando ativamente da oposição à lei de emancipação.²⁸

Alencar representou, na Câmara, a voz dos proprietários de escravos que resistiam à intervenção do governo na regulação do projeto de libertação dos escravos. O principal argumento dos senhores de escravos, desde suas primeiras manifestações, antes de 1871, era justamente a afirmação de que a questão sobre o elemento servil deveria ser resolvida no âmbito privado e, não, sofrer a intervenção da Coroa²⁹, pois isso afetava tanto o poder sobre a propriedade privada, como o próprio poder patriarcal.

A Fala do Trono de 1870, que introduziu os trabalhos parlamentares do ano, pode elucidar os caminhos para a emancipação gradual que, seriam defendidos por Alencar. Nessa ocasião, ao contrário dos anos anteriores, d. Pedro II não mencionou nada sobre o elemento servil e os projetos de reforma pretendidos até então.

²⁸ Sidney Chalhoub. “José de Alencar e a experiência da derrota”, em Machado de Assis, Historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

²⁹ Como Nabuco de Araújo argumentou, em seu pronunciamento transcrito em Joaquim Nabuco. Um estadista do Império Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época. Op. cit., tomo III.

Aparentemente, o governo havia se esquecido de sua promessa de aprovar uma legislação emancipacionista deixando, naquele momento, o “assunto” adormecido.

O jornal da oposição liberal, A Reforma, pronunciou-se sobre a escandalosa omissão do Imperador, na edição do dia 07 de maio de 1870. O motivo para isso seria a vitória dos conservadores Itaboraí e Cotegipe, que emperraram a mudança tão prometida, “cumpre confessá-lo, o triunfo na fala do trono coube aos Srs. Itaborahy e Cotegipe, mantendo a exclusão do máximo assunto da atualidade: o elemento servil”.³⁰

Meses depois, o gabinete de Itaboraí caiu e deu espaço para forças políticas que apoiavam a emancipação. Foi exatamente neste período que Alencar redigiu O tronco do ipê, publicado em janeiro de 1871 pelo editor B. L. Garnier. O referido romance apresenta a exaltação da grande propriedade rural, estruturada sobre uma base escravista e, simultaneamente, lamenta o ocaso desse verdadeiro paraíso senhorial. Sob o pseudônimo de Sênio, suposto narrador onisciente da trama, o romance percorre o passado e o presente da grande fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão, no Vale do Paraíba Fluminense. O núcleo da trama é a busca do verdadeiro motivo da morte misteriosa e trágica de José Figueira, em 15 de janeiro de 1839, vítima do Boqueirão.

Na década de 1850 a fazenda vivia sua opulência. Os pomares estavam lotados de frutos, os campos vastos e verdes. Lá residia Mário, o filho de José Figueira; a viúva deste, ambos empobrecidos e sustentados por Joaquim de Freitas, Barão da Espera, que também morava na fazenda junto com a Baronesa, sua esposa, e a filha deles, Alice, bem como mais alguns agregados e visitantes oriundos da cidade.

O narrador, misto de viajante e curioso, descreve a grande riqueza da natureza brasileira “tocada” pela arte europeia, que compunha o cenário idílico da fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão. Porém, isso era na década de 1850, pois na década de 1870, ela já havia desaparecido.

O relato então se volta para a década de 1850, entre intrigas; meninas moças da roça e da cidade; rapazes galantes; promessas de casamento e estratégias políticas. Mário, que era um menino rebelde e revoltado com a morte do pai, salva Alice do afogamento no Boqueirão e ganha do Barão a oportunidade de estudar engenharia no Rio de Janeiro e em Paris. Quando o rapaz retorna, não manifesta mais a personalidade do garoto inconsequente de outrora, mas a de um jovem consciente e sábio: foram sete anos de ausência e uma completa ressurreição moral. Antes, Mário era consumido pela

³⁰“O discurso da coroa”, A Reforma, 07 de maio de 1870.

desconfiança em relação à morte de seu pai; tal sentimento permaneceu adormecido durante seu período de estudos longe da fazenda, retornando com força no desenrolar dos fatos, após seu regresso.

O foco de nossa breve leitura do romance se voltou para as representações da escravidão descritas por Alencar, através de Sênio. Na primeira parte do romance, Pai Benedito e Tia Chica se destacaram dentre outros escravos que constituem a mão de obra da fazenda. Pai Benedito era um preto alto e robusto, com aproximadamente 60 anos de idade. Ele havia sido pajem de José Figueira e tinha imenso apreço por seu ex-senhor. Agora ele habitava uma cabana humilde junto com Tia Chica e era, então, propriedade do Barão da Espera. Mário também inspirava a devoção do velho escravo e ambos se gostavam muito, sendo Benedito o grande confidente do rapaz. A fama do velho escravo era a de feiticeiro de bom coração: conciliador em todas as brigas que ocorriam entre os escravos da fazenda, bem como apadrinhava escravos fujões “perante o antigo senhor que tinha em grande estima e muitas vezes o ia visitar na sua cabana”³¹.

A partir disso já temos os primeiros indícios para compreender a concepção de escravidão defendida por Alencar. A benevolência é um fator precioso nas relações estabelecidas entre escravos e senhores. Pai Benedito permanecia cativo, na fazenda, porém, era muito respeitado e até querido pelos seus senhores, assim como Tia Chica, praticamente avó de Alice, já que fora ama de leite de sua mãe. A representação da escravidão defendida por Alencar, através da narrativa de Sênio, torna-se mais clara na segunda parte do romance, especificamente, no Capítulo X, “O Batuque”.³²

Quando Mário retornou de Paris, encontrou a fazenda em festas de final de ano. Os escravos também faziam seus próprios festejos na fazenda do Boqueirão e, é nesse contexto que nasceu um diálogo entre Mário e o Conselheiro, amigo do Barão da Espera, que discutiam a questão do tráfico de escravos.

Enquanto, “o geral dos escravos trajava suas roupas de festa; havia, porém uma porção deles adornados com trajes de fantasia, uns à moda oriental e outros conforme os antigos usos europeus”, as personagens citadas acima se aproximavam dos festejos dos escravos, que saudavam a chegada do senhor. O samba seguia “mas sem o entusiasmo e frenesi que distingue essa dança africana”, pois a presença dos brancos imprimia certo recato. Nesse momento de descontração o Conselheiro, “que não perdia ocasião de

³¹ Sênio. O tronco do ipê. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871, p. 80.

³² Idem, p. 125 ss.

angariar as simpatias dos fazendeiros de quem dependia sua reeleição”, proferiu um belo e breve discurso contra o fim do tráfico de escravos:

-Eu queria, disse ele concluindo, que os filantropos ingleses assistissem a este espetáculo para terem o desmentido formal de suas declamações, e verem que o proletário de Londres não tem os cômodos e gozos do nosso escravo.

Mário, recém-egresso da Europa, rebate o argumento do Conselheiro, “— E' exato; disse Mário. A miséria das classes pobres na Europa é tal, que em comparação com elas o escravo do Brasil deve considerar-se abastado. Mas isso não justifica o tráfico, o repulsivo mercado da carne humana”. O Conselheiro rebate, defendendo a opinião adotada por muitos fazendeiros, à época: “- Utopias sentimentais!...”. “Perdão”, respondeu Mário, continuando com seu discurso:

(...) eu compreendo que nos primeiros tempos da colonização o tráfico fosse uma necessidade indeclinável. A sociedade humana não é uma república de Platão; mas um ente movido pelos instintos e paixões dos homens de que se compõe. Eram precisos braços para explorar a riqueza da colônia; o europeu não resistia; o índio não se sujeitara; compraram o negro: mais tarde o tráfico tornou-se um luxo, e produziu um mal incalculável porque radicou no país a instituição da escravatura.

A partir desse diálogo travado entre essas duas personagens, de lados opostos na sociedade brasileira: um jovem sem posição social de destaque e, o outro, Conselheiro dependente dos votos dos agricultores, podemos arriscar uma definição de Alencar diante da escravidão. Não é possível afirmar que o romancista era um escravista ferrenho. Ele acreditava que, de fato, a escravidão era um mal social, contudo necessário à colonização e, posteriormente, ao crescimento do Império e da lavoura nacional. A instituição da escravidão, importante para suprir as necessidades de mão de obra, deveria, apesar disso, ser extinta, pois era um infame comércio de “carne humana”. O mal que tal empresa causava, seguindo os argumentos expostos por Mário, referem-se mais à sociedade brasileira do que ao próprio escravizado. Não se tratava da infâmia causada ao escravizado, mas, sim, da infâmia causada à própria sociedade brasileira.

A lógica social que sustenta os argumentos de Alencar, ou Sênio, baseia-se na idealização das relações entre escravos e senhores, isto é, uma leitura seletiva da

escravidão, pronta para defender e proteger os interesses escravocratas no início da década de 1870, quando eles se mostravam eminentemente ameaçados. Pai Benedito e Tia Chica foram os grandes exemplos da idealização dessas relações, ambos praticamente avôs de Mário e Alice, atestando a benevolência senhorial, além de uma grande confiança na eficiência das relações paternalistas para resolver, de modo privado, a questão do elemento servil. E aqui caberia ressaltar que Benedito, no desenlace do enredo, recebe a alforria e continua a viver em sua cabana, próxima ao Boqueirão. No entanto, ao contrário de outras personagens, o fim, solitário, do velho Benedito não foi feliz:

Da indiferença do barão pela fazenda do Boqueirão, proveio a sua decadência e ruína. Benedito e a mulher, forros desde o dia do casamento de Mario, viviam ainda na cabana, quando a Chica em um acesso de delírio, causado pela febre do reumatismo, atirou-se no boqueirão. Foi a última vítima que o negro velho sepultou junto ao tronco do ipê.³³

O relato de Sênio, em grande medida, parente do lamento senhorial, “gênero lírico-político muito em voga no Brasil da década de 1870”,³⁴ nos remete à retórica e aos “lamentos” de Bento, em Dom Casmurro. Sênio tenta reconstruir as ruínas de Nossa Senhora do Boqueirão, através de sua narrativa saudosa da paisagem idílica da fazenda, assim como Bento tencionava “atar” as duas pontas da vida, ao reproduzir no Engenho Novo a antiga casa da Rua Matacavalos, “dando-lhe o mesmo aspecto e economia daquela outra, que desapareceu”³⁵ junto com a juventude de Bentinho. Todavia, os “lamentos senhoriais”, profícuos nos jornais, narrados pela literatura e transportados para a retórica dos políticos, não impediram a subida do gabinete Rio Branco ao poder. Sênio lamentaria, Bento “realmente” o fez, como se apenas lamentasse a morte de Escobar e as suspeitas sobre Capitu: “um e outro discutia o recente gabinete Rio Branco; estávamos em março de 1871. Nunca me esqueceu o mês nem o ano”.³⁶

³³ Idem, p.250.

³⁴ Sidney Chalhoub. “Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX”, em Quase - cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (orgs). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 221.

³⁵ Machado de Assis. Dom Casmurro. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 178.

³⁶ Idem, p. 324.

1.2 A concretização de promessas: a aprovação da Lei Rio Branco

O Diário de Notícias, importante impresso da Corte, publicou nas primeiras páginas, com início no mês de maio, as seções parlamentares que discutiram o projeto da Lei n. 2040, durante o ano de 1871. Concentramos a leitura do referido impresso no mês de setembro, com a finalidade de acompanhar as manifestações, por meio de publicações nas seções “A Pedidos”, de pessoas contrárias à aprovação da lei, sobretudo, manifestações de agricultores resolvidos a manifestar publicamente o seu descontentamento com a lei.

Antes de adentrarmos as páginas do jornal, cabe ressaltar a importância da imprensa para os debates e embates políticos no Brasil. Isabel Lustosa em *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)* destaca a intensa participação da imprensa na busca por uma definição do formato político que a nação brasileira tomaria, especificamente, entre 1821-1823, no contexto de agitações decorrentes da partida do rei e da vertiginosa série de episódios que culminariam com a Independência do Brasil. A autora revela a emergência de jornais, panfletos e pasquins que tiveram papel decisivo para o Fico. A imprensa foi arena de discussão em torno de projetos políticos para o Brasil, desde a conveniência ou não da emancipação em relação a Portugal, até a configuração das instituições dessa nova nação que nascia. Dessa forma, a imprensa oitocentista pode ser caracterizada pela participação democrática de agentes sociais e políticos, atuantes na formação de uma esfera pública de debates políticos e sociais sobre o Brasil.

Segundo Lustosa, durante o ano de 1821, todos os jornais publicados eram de caráter político, exceto a *Sabatina Familiar de Amigos do Bem Comum* e o *Jornal de Anúncios*. Em relação ao Diário do Rio de Janeiro afirma: “desde o começo [01 de junho de 1821], conhecido por “Diário do Vintém”, era deliberadamente omissa nas pendências políticas”, contudo, continua a autora, a omissão do jornal “não o livrava (...) dos ataques dos demais periódicos”. Existiam aqueles que o alcunhavam de “Diário da compra e venda” ou “do azeite e do vinagre”, eventualmente, “saía no Diário algum anúncio capcioso que acabava por obrigá-lo a entrar na liça”.³⁷No presente trabalho,

³⁷Isabel Lustosa. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.27.

pretendemos mostrar que o Diário do Rio de Janeiro entrou, de fato, na “liça” e, ainda, contra o governo.

Os argumentos utilizados pelos contrários à lei revelam muito sobre a sociedade escravocrata brasileira, fazendo dos debates nos jornais um lugar de formação de identidade dessas vozes opositoras. Os argumentos, em sua maioria, abordam as consequências da medida emancipatória, ainda que o âmago do ataque tenha sido, desde o início, a própria liberdade do ventre escravo. Também existiam acusações de “cesarismo”, pois segundo muitos contrários ao projeto, o Imperador teria abandonado a posição neutra que lhe era atribuída pela Constituição, impondo sua vontade como lei.

Logo no dia 02 de setembro de 1871, em “A Pedidos”, publicou-se no Diário uma representação da câmara municipal de Niterói, contrária ao projeto do governo Imperial. Segundo eles, a proposta do governo estava “preche de sérios perigos para a tranquilidade pública, é pouco respeitadora do direito de propriedade garantido pela constituição do Império”.³⁸ A lei, diziam, causava embaraço para a sociedade brasileira, especialmente à classe agrícola. Na mesma edição, C. B. Ottoni³⁹ que em 15 de julho de 1871 publicaria o parecer A emancipação dos escravos e também escrevia com frequência na seção do Diário, publicara uma apreciação no dia 02, representando a opinião do Club da Lavoura e do Commercio⁴⁰, versando sobre a “Nota Mathematica” do Sr. Ministro da Agricultura. Segundo o engenheiro mineiro, a conta do governo estava equivocada e, para atestá-lo recorre à fórmula adotada, que estaria correta, porém, o alvo de suas críticas eram os números adotados: a mortalidade, segundo Ottoni, não iria aumentar entre os escravos, como argumentava o Ministro, pois quem aumentava tal número eram, justamente, as crianças. O oponente da Coroa deixava claro que seria impossível que a escravidão acabasse em 49 anos, como o governo afirmava.

No dia 03 de setembro, Da Republica, pseudônimo, assinava uma publicação na seção “A Pedidos” com o título “Finanças e Commercio”. Questionavam-se as consequências da medida emancipacionista para a lavoura, que segundo eles, estava em

³⁸ Diário de Notícias, 02 de setembro de 1871, p. 2.

³⁹ Cristiano Benedito Ottoni, o pai das estradas de ferro do Brasil, foi eleito deputado geral pela província de Minas Gerais em 1865, tendo sido reeleito diversas vezes. Foi um dos signatários do Manifesto Republicano de 1870 e, era inimigo político ferrenho do Imperador.

⁴⁰ Órgão criado em julho de 1871, pelos membros cariocas do Partido Conservador, hostis ao ministério governante.

situação perigosa, em virtude das secas e geadas em São Paulo, bem como a ameaça dos destruidores de cafezais, o bicho do café:

A agitação causada pela discussão da proposta do governo relativa ao elemento servil, não pode ser considerada como causa anterior ao efeito que assinalamos, mas, em relação ao futuro, já são patentes as consequências desagradáveis que hão de resultar, já do fato em si mesmo, visto que a proposta será lei dentro deste mesmo ano, segundo todas as probabilidades, já da consternação e do sobressalto em que há quatro meses se conservam os lavradores, abandonando o cuidado de suas fazendas para virem aos centros políticos discutir as suas preocupações e os seus interesses, que eles reputam seriamente ameaçados.⁴¹

Os argumentos de muitos versavam, de modo geral, sobre as funestas influências econômicas da agricultura no comércio e, nesse sentido, o apelo escrito por Da Republica⁴² se juntava ao abaixo assinado dos membros da lavoura e do comércio de Campos comungando, também, com o Club da Lavoura e do Commercio, contra a proposta do governo.

Até aqui apenas acompanhamos a expressão do público em geral, por meio da seção “A Pedidos” e isso, aparentemente, não implica, necessariamente, um posicionamento do próprio jornal. Mas, no dia 04 de setembro, na primeira página, lemos o editorial do Diário do Rio de Janeiro, realizando um breve retrospecto da questão, que entrava em segunda discussão no senado e, a enunciação de críticas à emancipação dos escravizados. O jornal critica a falta de estudo da questão no Brasil, apontando uma precipitação da Coroa, que não teria ouvido os proprietários de escravos, antes de lançar a proposta, dado que seriam eles os “imediatamente interessados e reais executores da lei”. Ainda, aponta-se que o governo “não coligiu os documentos necessários ao esclarecimento do legislador, e para justificar tantas imprudências averbou de inúteis os dados estatísticos, como se a reforma deva ser [sic] obra da pura filosofia sem atenção aos direitos adquiridos”. Segundo o jornal, França, Inglaterra, Suécia, Holanda e Portugal realizaram estudos e muitos relatórios antes de

⁴¹ Diário do Rio de Janeiro, 03 de setembro de 1871, p. 2.

⁴² O republicanismo foi reavivado pelos cafeicultores de São Paulo e províncias vizinhas. Segundo R. Conrad, a reação dos opositores ao projeto, além de implicar uma desconfiança em relação à Coroa, também tinha um cunho prático: republicanismo implicava federalismo, isto é, um governo central fraco e legislaturas provinciais com poder para legislar localmente, sem a intervenção de um poder executivo poderoso, ver Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888. Op. cit., p. 118.

emancipar seus escravos nas colônias e, similar ao Brasil, apenas a Rússia, que emancipou seus servos baseando-se apenas na filantropia.

Eis que, em meio à contínua publicação das discussões no Senado, o Diário publica, em 06 de setembro na seção “A Pedidos”, o seguinte: “Os leitores desta folha não devem ficar privados de notícias diárias do importante debate que se abriu na câmara vitalícia. Prestar-lhes a esse serviço um cronista que deseja ser muito imparcial”. No dia seguinte, começaram as publicações diárias, até o dia 28 de setembro de 1871, das crônicas da Sentinela da Ordem, sempre na seção “A Pedidos”. Acima da estreia da Sentinela, ainda figurou um último “lamento senhorial” de Um agricultor, com o título “Cartas à lavoura”;⁴³ após ele, as crônicas do anônimo reinaram soberanas na seção de “A Pedidos”.

De modo geral, as crônicas da Sentinela parafraseavam os discursos dos senadores nas discussões ocorridas e publicadas no próprio jornal e, apresentavam um comentário próprio ao final da crônica, de modo a “arrematar” o relato. Em alguns desses comentários foi possível captar uma (hipotética) opinião do “cronista imparcial”. O anônimo que seguia a “lei dos pseudônimos” na imprensa, dizia-se “pobre cronista que é povo, ao contrário dos fidalgos do Jornal do Commercio que produzem crônicas muito mais longas, pois tem acesso ao salão”.⁴⁴ De fato, as crônicas não eram longas, porém ofertam uma oportunidade de análise desse cronista, que pretendia informar e, certamente, formar a opinião dos leitores do impresso.

No dia 10 de setembro, a Sentinela, após expor as 04 ou 05 horas de discussões diárias do Senado, afirmou que o debate empreendido:

Continua a ressaltar da discussão a convicção de uma verdade já agora incontestável; isto é, que a medida do governo, por melhores que fossem as intenções que presidissem à sua concepção, não satisfaz e antes complica a solução do problema, que promete resolver.⁴⁵

Nessa altura do debate, disse o cronista, o apoio do corpo legislativo não devia iludir, “pois nem todos os votos são filhos da convicção”. Sentinela também se mostra

⁴³A referida “Carta à lavoura” era bem ‘poética’ e ‘lamentosa’, talvez valha a pena citar um trecho que expõe magistralmente o sentimento de traição vivenciado pelos agricultores, à época: “Enquanto vos afadigava o trabalho, curvando resignada a serena fronte ante a vontade de quem vos dá o raio do sol e as gotas da chuva, e soletrando o nome de Deus nas folhas das árvores, nas lúcidas alampadas do firmamento (...) as vossas colmeias eram devoradas por enxames de zangões sem que o sentísseis!” (...), Diário do Rio de Janeiro, 07 de setembro de 1871, p. 2.

⁴⁴Diário do Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1871, p.3.

⁴⁵ Diário do Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1871, p. 3.

adepto do argumento de que o Imperador impôs uma legislação e apoiá-la não seria um “princípio de liberdade”. Ele reivindicou uma solução definitiva para o “problema” do elemento servil e, não apenas paliativa: “o projeto do governo não é uma solução ao problema, é apenas um expediente”, e continuou, “ora, um expediente em questões desta natureza é um verdadeiro perigo”.⁴⁶

Robert Conrad nos mostra que, muitas vezes, os oponentes da lei “mostravam um desejo de chegarem a um compromisso”, isto é, “alguns deles favoreciam medidas indiretas que conduzissem à liberdade total no fim do século”. Como exemplo, cita-se o deputado Clamon que:

(...) estava disposto a aceitar a emancipação dos escravos que alcançassem os sessenta e cinco anos de idade e a manumissão gradual, indenizada, de mulheres e crianças selecionadas. Estas medidas, raciocinava ele, eram melhores do que a de nascimento livre pelo fato de respeitarem os direitos de propriedade, honrarem a vontade dos senhores, concederem uma indenização razoável e, também, por diminuírem, até a última fonte de novos escravos através da libertação de mulheres em idade de terem filhos.⁴⁷

Isso já nos explica muita coisa sobre a opinião da Sentinela. Na mesma crônica, comenta-se o pronunciamento do Visconde de São Vicente, o qual sustentou não só a constitucionalidade do projeto, bem como as grandes vantagens que o país devia auferir de sua conversão em lei. Segundo o Parlamentar, não havia inconstitucionalidade na proposta, pois se a propriedade sobre um escravo repousava em algum direito, não era tal direito igual aos outros direitos. Sentinela comenta que o mesmo Visconde acreditava ser de suma importância indenizar os senhores de escravos, porém, diz o cronista, essa indenização não devia se aplicar aos que ainda não haviam nascido. A ironia de seu argumento evidencia sua opinião, mais uma vez, diante da lei. Contudo, os comentários do cronista passaram bem longe da notícia, do dia 11 de setembro, da tentativa de suicídio, com golpes a faca no próprio pescoço, do preto Bernardo, escravo de Joaquim Maciel⁴⁸. Ou seja, suas críticas não tocam sequer as pontas mais evidentes da situação do “elemento servil” à época dos debates e da sua dita “urgência” em resolver o “problema”.

⁴⁶ Diário do Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1871, p.3.

⁴⁷ Robert Conrad. Op. cit., p. 124.

⁴⁸ Diário do Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1871, p.3.

Outra crítica recorrente das crônicas da seção “A Pedidos”, redigidas pelo já conhecido cronista, consiste no fato de que tanto os que são favoráveis ao projeto, como seus adversários, o condenam como ineficaz e perigoso e, no entanto, votam para que seja convertido em lei o mais breve possível. Como exemplo, podemos citar o Conselheiro Souza Franco, que manifestou inteira adesão ao projeto do governo “porque reputa pequenas as imperfeições que lhe nota”. Ele diz que apesar de sua manifesta adesão à lei a iniciativa individual poderia resolver definitivamente o problema do elemento servil e a emancipação se faria sem mais “presteza” e “menos abalo”. O mesmo Conselheiro também lembra a possibilidade dos lavradores fazerem contratos com os escravos, a fim de lhes conceder liberdade gradual, à custa do produto de seu próprio trabalho, o que findaria o cativoiro.⁴⁹

Dado posições desse tipo, o cronista diz algo que poderia, presentemente, ocorrer:

Quando daqui há tempos algum curioso quizer estudar a marcha e o desenvolvimento de certas ideias, que precederam a enunciação das mais importantes reformas do país, há de realmente admirar-se do palpável desacordo que se tem dado constantemente entre a teoria e o fato.⁵⁰

A lógica, segundo a Sentinela, adquire características excepcionais, que a razão comum não pode compreender, mas, “nem por isso deixaremos de respeitar as intenções dos que assim procedem, porque a tolerância é o maior dever senão a primeira virtude da liberdade”. As contradições de alguns parlamentares e do governo, ao não deixar totalmente compreendidas à população os dados e os prazos esperados para o fim da escravidão, por meio do projeto defendido, ensejam pronunciamentos como o do senador Silveira Motta, aparentemente admirado pelo cronista. Em 11 de setembro, o referido senador afirmou: “o governo, absoluto na essência e constitucional na forma, entende dominar todos os poderes. Mas o povo não aceita uma reforma sem saber de onde ela vem, e não quer emancipar por favor, a quer pela legítima e livre conquista”.⁵¹

Como não poderia deixar de ser, no dia 28 de setembro a crônica da Sentinela da Ordem esteve presente, para informar os cidadãos com sua pretendida imparcialidade.⁵²

⁴⁹ Diário do Rio de Janeiro, 07 de setembro de 1871, p. 1.

⁵⁰ Diário do Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1871, p. 2.

⁵¹ Diário do Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1871, p. 1.

⁵² Diário do Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1871, p. 3.

Quem tomou a palavra, no último debate, foi o Sr. Senador Fernandes da Cunha e, incidentalmente, o Sr. Silveira da Motta e o Conselheiro Nabuco.

A análise do cronista recaiu sobre o pronunciamento do senador, pela Bahia, Fernandes Cunha. Ele fez, diz Sentinela, um “pomposo e longo panegírio da proposta do governo”, dizendo ser favorável à lei, concluindo que “o enche de nobre entusiasmo é que da data do projeto em diante não nascerá mais na terra livre da América um homem escravo”. Mas, o cronista acrescenta, com sua imparcialidade já conhecida, “acompanhando os elevados sentimentos do orador, não podemos, todavia, deixar de contristar-nos lembrando-nos que, segundo este mesmo plano emancipador tão preconizado, os ingênuos ficarão no cativeiro até a idade de 21 anos”.

Com a aprovação do projeto em terceira discussão, e a comemoração de vários cidadãos que estavam nas galerias, dando vivas e atirando flores no recinto da Assembleia, o cronista encerra sua participação nas páginas impressas com o pseudônimo de Sentinela da Ordem; mas, antes, não deixa de arrematar em definitivo sua participação. Segundo ele, para alguns a reforma não envolve perturbação alguma no desenvolvimento da produção, isto é, não abala as condições econômicas e comerciais do país, dado que “seu efeito é lento, demorado e inteiramente inocente”. Para outros, no entanto, a lei encerra o gérmen do grande e pronto movimento emancipador e, em virtude disto, apoiaram a medida.

Sentinela da Ordem pergunta, então, qual será o resultado real da reforma? O status quo ou a emancipação imediata? Em seguida, ele mesmo responde: “é difícil chegar a uma conclusão definitiva, entre esses dois termos, mas o que fica fora de dúvida é que a proposta do governo, no que ela promete, não foi admitida nem aceita por seus próprios defensores”.

Logo ao lado da derradeira crônica da Sentinela da Ordem podemos ler uma notícia sugestiva para a presente reflexão. Com o título “Minas-Geraes – Pomba: O processo de José Pereira Pontes”, o Diário do Rio de Janeiro comunicava a absolvição do réu José Pereira Pontes, acusado pela morte de seu escravo Eugenio, ocorrida em 27 de abril de 1870. A acusação, feita pelo genro do réu, dizia que o referido escravo morrera devido a castigos imoderados e que, quando a vítima pediu água, foi-lhe dado urina para beber. Segundo a notícia o réu provou que nada disso ocorreu, e que o escravo havia morrido em decorrência de um estado de saúde já grave, piorado pelos vinte e tantos dias em que ele permaneceu fugido. No jornal o veredito foi aclamado: “A

sábria decisão do júri de Pomba, um dos mais austeros da província, correspondeu à expectativa e ansiedade pública absolvendo quase unanimemente o acusado”.⁵³ O réu José Pereira Pontes, segundo o jornal, era um “venerável ancião cheio de virtudes”, chefe de família respeitável, e o caso foi encarado como uma intriga arquitetada pelo genro maldoso. Tal foi a injustiça do processo para com esse venerável senhor, que “levantou um clamor público contra seus autores”.

O Diário nos deu a ver uma intriga arquitetada, que estaria subjacente à denúncia do crime. O fato é que a matéria versa mais sobre o réu, enquanto a vítima, no final das contas, permanece como um escravo fujão que acabou pagando o preço por sua desobediência. O clamor diante do veredito final, logo ao lado da crônica da Sentinela, pode ofertar um panorama final da posição desse jornal: totalmente favorável aos “lamentos senhoriais”, que choravam pela perda de suas propriedades e o cronista, nesse contexto, não passa de mais uma voz senhorial, na seção “A Pedidos”.

No dia 30 de setembro, o impresso criticou a atitude do governo, alegando que a pressão exercida deixou sua marca no processo de aprovação e formulação da lei. E em 01 de outubro, publica-se a Fala Imperial, feita pela regente, princesa Isabel que:

(...) agradecendo as providências com que atendestes as necessidades do serviço público, congratulo-me convosco pelas leis que decretastes a bem do desenvolvimento de nossas estradas de ferro, da reta administração da justiça e da extinção gradual do elemento servil.⁵⁴

A esfera de tranquilidade pública contradisse os alarmes de opositores da lei, que teimavam em afirmar o perigo de uma revolta geral dos escravos, ao promover a libertação de apenas alguns, dentre eles. A partir desse momento, a tendência das publicações “A Pedidos” era anunciar manumissões. No mesmo dia da Fala Imperial, a seção publica “A Ordem Beneditina Brasileira e a emancipação da escravatura”,⁵⁵ que alegou ter dado o primeiro passo “na estrada da ideia emancipadora, quando em seu capítulo geral celebrado na cidade da Bahia em 03 de maio de 1866 decretou a liberdade de todos os filhos de suas escravas, que vissem a luz do dia depois da data daquela memorável resolução”. A ordem também deu carta de liberdade a todos os escravos que

⁵³ Diário do Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1871, p. 3.

⁵⁴ Diário do Rio de Janeiro, 01 de outubro de 1871, p. 1.

⁵⁵ Diário do Rio de Janeiro, 01 de outubro de 1871, p. 2.

participaram da guerra do Paraguai e promoveu todos os meios para facilitar a emancipação dos cativos que ainda lhe restavam: apenas não deram o passo decisivo porque, por prudência, receavam “causar abalo na propriedade particular, que se acreditava ameaçada pelo progresso da ideia emancipadora”. A publicação ainda acrescenta que a intenção da Ordem vai além:

(...) distribuir seu patrimônio rural pelos recém- libertos, se por ventura alcançar do governo imperial de Sua Majestade o Imperador licença para aforar as terras desse patrimônio. Desta arte, pretende ela facilitar a subsistência do grande numero de indivíduos que entram hoje de súbito no templo da vida social e promover a um tempo o progresso da lavoura do país.

O mesmo movimento de noticiar manumissões também foi feito pela Gazeta de Campinas, que era de posição republicana e recebia a colaboração de Campos Sales. Durante todo o mês de setembro, nada foi dito sobre a discussão do projeto imperial. No mês de outubro, na seção de “Notícias”, muitos proprietários de escravos da região fizeram publicar manumissões. Por exemplo, o coronel Antonio Joaquim de Freitas Leitão e sua senhora D. Leopoldina Gomes de Oliveira Freitas, fazendeiros de Mogi-Mirim, desejosos por igualar a condição de seus escravos nascidos de 1865 em diante à dos nascidos após a promulgação da Lei do Ventre Livre, “acabam de dar liberdade a seis crioulos seus, de 13 meses a 06 anos de idade, de nomes João, Januário, Benedicto, José, Victor e Maria, filhos legítimos de três casais de escravos seus de nomes João Angola e Teodora, Sabino e Benedicta, Bernardo e Albina”.⁵⁶ Já a senhora D. Joaquina de Jesus Barreto, tendo que batizar uma criança nascida de ventre escravo no dia 24 de setembro, declarou ao vigário a desistência de 04 dias, a fim de fazer o batismo “como se a pequena tivesse nascido depois da lei ultimamente sancionada”. Ela também libertou a escrava menor de nome Domitilla⁵⁷. Ainda o fizeram Antonio Pômpeo de Camargo e sua senhora, que concederam liberdade a dois de seus crioulos nascidos: um, dois dias antes da lei de 28 de setembro e, outro com 6 meses de idade, “em contemplação aos bons serviços prestados pelos respectivos pais”.⁵⁸

Muito provavelmente, a atitude dessas senhoras e desses senhores não é filantrópica ou humanitária e, sim, o exercício do arbítrio senhorial, da esfera particular,

⁵⁶ Gazeta de Campinas, 15 de outubro de 1871, p. 2.

⁵⁷ Gazeta de Campinas, 16 de outubro de 1871, p. 3.

⁵⁸ Gazeta de Campinas, 26 de outubro de 1871, p. 2.

que concede a liberdade àqueles que são escolhidos para tal. Alguns por bons serviços prestados pelos pais, outros por um simples capricho senhorial que, de fato, tem suas prerrogativas diante de sua própria propriedade. Ainda podemos supor que foi uma estratégia adotada para tentar manter a paz nas senzalas, dado o receio dos proprietários de escravos, que temiam a reação dos escravos não contemplados pela Lei do Ventre Livre.

Capítulo 2

Iaiá Garcia: a guerra do Paraguai e a reforma do “elemento servil”

2.1. Iaiá Garcia: críticas da estreia em folhetim e sua primeira edição em livro

Iaiá Garcia foi publicado em folhetim pelo jornal O Cruzeiro, na seção “Folhetim do Cruzeiro”, entre janeiro e março de 1878. O Cruzeiro surgiu em 01 de janeiro de 1878, era um jornal diário, composto por oito páginas que abordavam vários assuntos, tais como: literatura, política, economia, notícias nacionais e internacionais e fatos cotidianos. No mesmo ano sairia o volume em livro, editado pela tipografia de O Cruzeiro, que não foi recebido com muita euforia pela crítica, comentando-o em apenas quatro resenhas.⁵⁹

Na segunda edição, já em livro, publicada por H. Garnier em 1898, a receptividade da crítica foi outra. Iaiá Garcia classificava-se como obra “da primeira maneira do autor”.⁶⁰ Segundo a crítica, Machado de Assis não teria mudado no decorrer desses vinte anos que separam a primeira da segunda edição de Iaiá Garcia, “apenas evoluiu, para empregar uma expressão em voga”. Após Memórias Póstumas, Quincas Borba e Dom Casmurro a crítica, de fato, analisara Machado de Assis com outros olhos. Se na “Crônica” de Urbano Duarte⁶¹ encontramos uma Iaiá Garcia “desenxabida”, em 1898, ela “é um delicioso livro que Tolstoi, com um ou outro corte, poderia porventura arrolar entre as obras de sua literatura humana”.⁶²

Contudo, à época de sua publicação em folhetim, também lhe couberam elogios. No próprio O Cruzeiro, o crítico Rigoletto publicou um texto mais detalhado sobre Iaiá, em 11 de abril de 1878.⁶³ O elogio de Rigoletto, apesar de se pautar em uma crítica mais profunda do texto machadiano, poderia ser explicado pela inserção do romance no periódico. A composição de Iaiá Garcia se encerrou em setembro de 1877, três meses

⁵⁹Fr. Fidelis, o Casamenteiro, Revista Ilustrada, 16 de janeiro de 1878; Urbano Duarte, Revista da Sociedade Phenix Literária, março de 1878; (sem assinatura) Revista Ilustrada, 06 de abril de 1878; Rigoletto, O Cruzeiro, 11 de abril de 1878.

⁶⁰Ubiratan Machado. Machado de Assis: roteiro da consagração. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003, p. 210 e Hêlio de Seixas Guimarães. Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19. São Paulo: Nankin: Edusp, 2012, p. 307.

⁶¹Ubiratan Machado. Op. cit., p. 117.

⁶²Idem, p. 211.

⁶³Na crônica o autor apresentou um resumo interessante das principais personagens do romance. Aqui, tomaremos sua análise como ponto de partida para nossa própria interpretação das personagens, o que faremos após a breve discussão do papel da guerra do Paraguai no romance.

antes de sua publicação pelo jornal O Cruzeiro que, provavelmente, apostava no sucesso do texto de Machado de Assis para o lançamento do próprio periódico, que começou a circular 01 de janeiro de 1878.⁶⁴

O folhetim publicado na seção de variedades do jornal, no rodapé do impresso, destinava-se à distração do público feminino com “gosto aristocrático”.⁶⁵ O interessante, no entanto, é que o folhetim de Machado, embora tenha “os esquemas melodramáticos e a atmosfera sentimental” acionados, submete o leitor de folhetins “à frustração quase completa de suas expectativas à medida que o romanesco, caracterizado como pífido e pueril, é submetido a sucessivos choques de realidade”. Segundo Hélio Guimarães, “a liquidação do excessivamente imaginoso, implausível e sentimental”⁶⁶ ocorre, sobretudo, pela personagem Jorge e sua ação genuinamente novelesca de lutar na guerra do Paraguai, em virtude da insistência de sua mãe em vê-lo separado de Estela, jovem pobre por quem o bacharel se apaixonara, mas fora rejeitado. O movimento de Jorge não foi heróico, e, sim, traduziu o desejo de sacrificar-se para chamar a atenção de Estela; “o que à primeira vista se apresenta como heroísmo ultrarromântico resulta numa atitude inútil e fútil, uma vez que o amor carregado de traços fantasiosos acaba superado pelo tempo, chegando ao final do livro reduzido a quase nada”.⁶⁷

Nesse sentido, o marco de abertura do folhetim de Machado de Assis criaria uma falsa esfera sentimental, um interlúdio romântico que se desintegra logo em seguida, causando, talvez, alguma frustração às leitoras contemporâneas do folhetim e do romance de Machado. A crítica atual, por sua vez, preocupou-se em interpretar a função da guerra do Paraguai em Iaiá Garcia, buscando seus significados nas obras de ficção machadianas.

2.2. A guerra do Paraguai e seus significados em Iaiá Garcia:

A narrativa de Iaiá Garcia se desenvolve entre 1866 e 1871, anos decisivos para o Império brasileiro, como mostramos anteriormente. A guerra do Paraguai (1864-1870), evento que abre o romance machadiano, foi muito importante para o Brasil e

⁶⁴ Ubiratan Machado. Op. cit., p. 211.

⁶⁵ Jaison Luís Crestani. “A materialidade da literatura: a inscrição do romance Iaiá Garcia no “Folhetim do Cruzeiro”. Machado de Assis em linha, Rio de Janeiro. v. 6, n. 12, p. 46-65, dezembro 2013, p. 49.

⁶⁶ Hélio de Seixas Guimarães, “Helena e Iaiá Garcia: em busca do leitor popular?” em Os leitores de Machado de Assis, p. 148.

⁶⁷ Idem, p. 149

demandou grande empenho do governo e da população brasileira, entre 12 de novembro de 1864, data da captura do navio brasileiro “Marquês de Olinda” e 01 de março de 1870, morte de Francisco Solano López, presidente da República do Paraguai. Segundo John Gledson, esse fato histórico de importância nacional “divide” Iaiá Garcia “em duas partes bem distintas”.⁶⁸

A guerra apresentou-se como solução para um conflito familiar e particular. Valéria Gomes pretendia afastar seu filho de Estela, filha do Sr. Antunes, que fora escrevente e homem de confiança do falecido marido de Valéria. Segundo Sidney Chalhoub, Valéria demonstra um belo exemplo das “políticas de dominação vigentes na sociedade brasileira do século XIX” que, “poderiam ser apropriadamente descritas como paternalistas”.⁶⁹ A matriarca “luta contra a intenção do filho em escolher uma esposa sem levar na devida conta ‘as tradições de família’, ‘cabedais’ e relações adquiridas’, elementos definidores das ‘primeiras classes da sociedade’”. Nesse contexto, Valéria toma a decisão de mandar Jorge à guerra, com o fito de separá-lo da amada, que é “pessoa de certa espécie”, recorrendo à “honra nacional”, para dar “colorido nobre e augusto à causa e dissimular seus verdadeiros objetivos”, assim, “de um caso doméstico saia uma ação patriótica”.⁷⁰

A posição do narrador onisciente diante da “ação patriótica” de Valéria é crítica. Ao descrever a reflexão de Luís Garcia, que tentava desvendar “a mola secreta” da ação daquela senhora, o narrador revela descrença quanto ao patriotismo da dama:

A honra nacional era certamente o colorido nobre e augusto de algum pensamento reservado e menos coletivo. Luís Garcia abriu velas à reflexão e conjecturou muito. Afinal não duvidava do empenho patriótico de Valéria, mas perguntava a si mesmo se ela queria colher da ação que ia praticar alguma vantagem especial sua.⁷¹

⁶⁸ John Gledson. Machado de Assis: Ficção e História. Tradução Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 63.

⁶⁹ Sidney Chalhoub. “Diálogos Políticos em Machado de Assis” em A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil. Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso de Miranda Pereira (org.). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998, p. 95

⁷⁰ Idem, p. 96.

⁷¹ Machado de Assis. Yaiá Garcia. Rio de Janeiro: G Vianna e C., Editores. Typographia do Cruzeiro, 1878, p. 28. Doravante, abreviada por Iaiá, seguido do capítulo e da página, respectivamente.

Ora, patriotismo não combina com algo “menos coletivo” ou “alguma vantagem especial”, logo se pode supor que Luís Garcia já desconfiava, de antemão, da incapacidade de Valéria praticar um ato patriótico de tal dimensão, se não tivesse “uma mola secreta” empurrando-a a mandar o jovem filho para a guerra no Corpo de Voluntários. A questão da guerra do Paraguai, sob esse aspecto, é um assunto particular e doméstico e não coletivo. Outro ponto importante destacado pela crítica: a guerra não está totalmente integrada ao enredo. Isto afirma Roberto Schwarz, em *Ao vencedor as batatas*.⁷²

Segundo o crítico literário Roberto Schwarz, em Iaiá Garcia, Machado de Assis expressou uma atitude de “completo desencanto”, se comparado ao “cinismo ingênuo” de *A mão e a luva* e ao “purismo” de *Helena*.⁷³ O desencanto consiste “numa posição circunspecta, por assim dizer adulta, que não se priva da reflexão e dos sentimentos desabusados, nem do apoio da ordem estabelecida”.⁷⁴ Para o crítico literário esse desencanto ou descrença é “uma idealização imaginada por Machado a fim de tornar aceitáveis os fatos da vida brasileira”.⁷⁵ Então, Schwarz insere Iaiá num contexto de “realidade mais abundante, menos esquemática, e ainda assim melhor unificada”, retratando com maior ênfase as relações paternalistas, que vão ao encontro de um realismo literário, como os detalhes da vida de Luís Garcia, funcionário público com caderneta da Caixa Econômica, as palhinhas das cadeiras da sala de estar encardidas; a guerra do Paraguai, patriótica, mas também propiciadora do enriquecimento de negociantes como Procópio Dias; Valéria Gomes, que precisava reformar uma casa na Tijuca e se irritava com o estado no qual os inquilinos a deixaram, dentre outros exemplos do tipo. Esses fatos:

São aspectos que não se prendem aos conflitos centrais, mas também não desdizem deles, nem da verossimilhança externa – uma disposição ao mesmo tempo solta e unificada, contingente e necessária, em que se expressam a coerência, a amplitude de espectro e o traquejo na visão das coisas, de que depende a poesia do

⁷² Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2012, p. 151 ss.

⁷³ Idem, p. 151.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Idem, p. 152.

romance realista e que neste sentido contam entre os seus elementos formais.⁷⁶

Para o autor de *Ao vencedor as batatas*, apesar de a guerra do Paraguai representar, junto com outros elementos do romance (notadamente, as relações paternalistas, tema central do ensaio de Schwarz), uma junção formal importante na literatura de ficção entre vida cotidiana e um episódio decisivo da história brasileira, ela não dá uma dimensão histórica ao romance, pois para o crítico literário Machado de Assis não apresenta uma “concepção clara do que tenha sido a Guerra do Paraguai”.⁷⁷ A crítica de Schwarz ao “realismo limitado” de Machado de Assis não é destinada especialmente ao autor de *Iaiá*, mas ao desconhecimento ou indefinição da intelectualidade brasileira sobre o sentido daquele conflito bélico. De qualquer modo, a guerra em *Iaiá*, segundo Schwarz, tem uma função limitada e, portanto, está pouco integrada à trama do romance. Contudo, essa posição interpretativa de Schwarz pode ser problematizada.

John Gledson notou uma dimensão da guerra no romance que não foi percebida por Roberto Schwarz: “existe uma tentativa de transmitir verdades políticas de modo simbólico”⁷⁸, constituindo, assim, uma alegoria política sobre a Guerra do Paraguai. Gledson não explicitou o termo ‘alegoria’ em sua interpretação simbólica de passagens cruciais do romance machadiano. Em todo caso, divergimos da crítica literária que concebe a obra de ficção como texto narrativo não referencial, isto é, como um texto que se emancipa de qualquer base de dados específica e cria o mundo ao qual se refere o que, evidentemente, não seria o caso de John Gledson. Nosso escopo teórico, partindo de uma perspectiva historicamente informada da literatura, para a análise da Guerra do Paraguai e outros acontecimentos sociais e políticos constitutivos da narrativa machadiana, baseia-se na história enquanto termo não estável, “passível de estabilizar e ancorar interpretações de alegorias mais ou menos complexas presentes em textos literários”.⁷⁹

O episódio de *Iaiá Garcia* no qual Gledson sustenta sua interpretação começa no capítulo III e se complementa no capítulo VII. Valéria Gomes fora examinar, com Jorge

⁷⁶ Idem, p. 154-155.

⁷⁷ Idem, p. 156.

⁷⁸ John Gledson. *Machado de Assis: Impostura e Realismo uma reinterpretação de Dom Casmurro*. Tradução de Fernando Py. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 93.

⁷⁹ Sidney Chalhoub. “Apresentação”, em *História Social: Revista dos Pós-Graduandos em História da Unicamp*. Op. cit., p.12.

e Estela, uma casa de sua propriedade. Essa casa na Tijuca precisava de vários reparos e um mestre de obras acompanhava os três na vistoria do imóvel e, “de sala em sala chegaram a uma pequena varanda”, onde em uma das extremidades “havia um pombal velho” no qual estava “esquecido ou abandonado, um casal de pombos” (Iaiá, III, 55). Estela ficou comovida com os pombos, mas Valéria logo saiu e seguiu com sua inspeção pela casa, no andar superior. Jorge permaneceu e perguntou à moça se ela não gostaria de levá-los. Estela disse que não, mas precisava entregá-los para alguém, senão morreriam de fome. A moça pretendia pedir ao mestre de obras para tirar o pombal daquele lugar. Porém, Jorge queria “satisfazer ele próprio o desejo da moça” (Iaiá, III, 55). O jovem captura e entrega os pombos para Estela que, em seguida, já fazia menção de sair da varanda e subir, à procura de Valéria, mas Jorge obstruía a passagem: “- Não há de sair daqui, sem me dizer se gosta de mim. Vamos responde! Não sabe o que lhe pode custar esse silêncio?”. Estela não responde e Jorge continua: “- É animosa! Saiba que posso vir a odiá-la e que talvez já a odeio; saiba também que posso tirar vingança de seus desprezos, e chegarei a ser cruel, se for necessário” (Iaiá, III, 58). A moça apenas suspirou. Não pretendia irritar Jorge e esperava que Valéria descesse logo à varanda. A indiferença da moça, porém, acabou por irritar o bacharel e, “após uns três minutos de silêncio, Jorge caminhou na direção do parapeito onde estava Estela, com a cabeça inclinada, a beijar a cabeça dos pombos, que tinha encostados ao seio” e, apesar de contemplar a moça com ternura, logo sua postura se alterou: “- Por que há de gastar, com esses animais, uns beijos que podem ter melhor emprego?”. Estela ficou lívida e estupefata e, então, Jorge “lançou-lhe as mãos à cabeça, puxou-a até si e antes que ela pudesse fugir ou gritar, encheu-lhe a boca de beijos” (Iaiá, III, 59). Nisso, Estela solta os dois pombos que segurava.

Quando Jorge retorna da guerra do Paraguai, ele visita a casa na Tijuca, que continua sendo de sua propriedade, e “encosta-se ao parapeito, onde estivera com Estela” e, lá, “viu também a sua própria violência” (Iaiá, VII, 120). Em seguida surge Procópio Dias, financista que se aproveitou da guerra e da crise de 1864 para enriquecer e que, neste dia, pretendia alugar a casa. A interpretação de Gledson, por meio da contraposição dessas duas cenas transcorridas na casa da Tijuca é a de que:

(...) pretendem transmitir, por meios simbólicos, uma visão da própria guerra como uma forma injustificável de tirar proveito de

um vizinho mais fraco (as pombas são, é claro, símbolos da paz), o que também levou à invasão da mesma ‘casa’ por elementos menos atraentes (aproveitadores).⁸⁰

Para o crítico esses elementos não foram notados anteriormente por outras interpretações “alegóricas” da ficção machadiana.⁸¹ Outros autores antes de Gledson notaram somente a importância da temática da guerra do Paraguai nas obras de ficção de Machado de Assis; todavia, realmente não exploraram suas conotações alegóricas.

Brito Broca em “A Guerra do Paraguai”⁸² afirmou que ao contrário de Macedo e Alencar que “em seus romances, ignoraram completamente o acontecido”, Machado de Assis, “não só a ele faz diversas referências, como o incorpora ao enredo de alguns contos e romances”.⁸³ O trabalho de Broca consiste no levantamento da temática na produção machadiana e na idéia de que:

(...) Machado de Assis tratou o tema pelo lado romanesco e não heróico: fez da guerra um refúgio para as decepções, desesperos e amor e a oportunidade para a liquidação de um namoro embaraçado por desajuste social. Se não o encarou por um prisma mais amplo, que fugiria ao foco da sua imaginação criadora, não deixou de utilizar-se do assunto na medida em que este poderia enquadrar-se nas tendências naturais do ficcionista.⁸⁴

⁸⁰ John Gledson. Machado de Assis: Impostura e Realismo, p. 94.

⁸¹ Entendemos por ‘alegoria’ a expressão de um sentido figurado no texto. O sentido próprio é aquele que se esconde “por baixo” do sentido figurado, isto é, o sentido real que está oculto no texto e não se expressa diretamente na leitura, necessitando, portanto, de um exercício interpretativo mais minucioso. Essa definição é bem geral, considerando que João Adolfo Hansen afirmou que existem duas vertentes do conceito de ‘alegoria’ que, embora se diferenciem no campo semântico, são complementares e derivam do mesmo verbo grego *állegorien*, que significa “tanto ‘falar alegoricamente’ quanto ‘interpretar alegoricamente’”. Assim, a alegoria dos poetas “é uma maneira de falar e de escrever”, vinculada à utilização dos poetas e retóricos da Antiguidade. A alegoria dos teólogos, que diz respeito à interpretação das Escrituras Sagradas, deve ser vista como “um modo de entender e decifrar” em Alegoria. Construção e Interpretação da Metáfora: São Paulo/Campinas: Hedra/Editora da Unicamp, 2006, p. 8.

⁸² Brito Broca, “A Guerra do Paraguai” em Machado de Assis e a política e outros estudos. Rio de Janeiro: Organização Simões Editora, 1957, p. 67-71.

⁸³ Idem, p. 67.

⁸⁴ Brito Broca, “A Guerra do Paraguai”, p. 71. A interpretação de Roberto Schwarz se coaduna, em grande medida, com a de Brito Broca, embora este tenha sido muito mais sucinto em seu estudo. Broca citou o Memorial de Aires e os contos “O diplomático” e “Pontos de vista”, como tendo feito sutis alusões ao evento. Destacou os contos “Uma noite” e “Um capitão de voluntários” e Iaiá Garcia. O autor se restringiu a um breve resumo das obras ficcionais supracitadas e concluiu que a guerra era “um refúgio para as decepções”.

Umberto Peregrino⁸⁵ também salientou a temática da guerra nas obras de Machado de Assis. Em “A Guerra do Paraguai na obra de Machado de Assis”, o autor mostra o modo pelo qual Machado de Assis explorou a expressão da opinião pública à época do conflito, abordando os significados desse conflito bélico no cotidiano da Corte e, nesse caso, Peregrino cita Iaiá, e os contos, “Troca de datas”, “Pobre Finoca” e “Um capitão de voluntários”.⁸⁶ Segundo Umberto Peregrino, o prolongamento da guerra em seu “arrastado desenrolar” sensibilizou a opinião pública, como Machado teria abordado em “Uma noite”, mas Peregrino afirma que o aspecto essencial para o escritor seria “o enriquecimento fácil e farto com os negócios à margem da guerra”, movimento exemplificado por Procópio Dias em Iaiá Garcia. Mas, assim como Brito Broca, Peregrino conclui que “os heróis nunca se alistam como voluntários por motivos patrióticos”, mas “são sempre intrigas amorosas ou desgostos íntimos que os arremessam ao serviço da guerra”.⁸⁷

Em “Troca de datas”, publicado em A Estação entre maio e junho de 1883, Eusébio estava casado com Cirila, mulher bonita e virtuosa, porém chata. Então, Eusébio deixa a esposa por Rosita, uma uruguaia, momento em que “assinou com essa representante da república vizinha um tratado de perpétua aliança, que durou dois meses”. Em seguida, o rapaz vai para a guerra do Paraguai e volta para o Brasil com Dolores, uma argentina, com quem passa um período de amor violento, sucedido por uma fase de brigas, até que, finalmente, retorna, em 1879, aos braços e Cirila, que permanecera a sua espera.

Para Gledson, Machado de Assis quis explicar a guerra do Paraguai no conto, especificamente, através da amante uruguaia de Eusébio:

A expressão ‘representante da república vizinha’ seria, em outro contexto, um circunlóquio irônico. É o caso aqui, mas é também verdadeiro em outro sentido. Claro que o envolvimento do Brasil nos ‘negócios’ do Uruguai foi um dos motivos mais importantes da guerra: o quanto foi rendosa a intervenção pode ser deduzido da duração da aliança aqui referida.⁸⁸

⁸⁵Umberto Peregrino, “A Guerra do Paraguai na obra de Machado de Assis”, Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1966.

⁸⁶Publicados, respectivamente em: A Estação, maio-junho de 1883 e 31 de dezembro de 1891 e em Relíquias de Casa Velha, 1906.

⁸⁷Umberto Peregrino, “A Guerra do Paraguai na obra de Machado de Assis”, p. 110.

⁸⁸John Gledson. Machado de Assis: Impostura e Realismo, p. 131.

Além desse aspecto pouco rendoso, do ponto de vista econômico da guerra, o aspecto político desse envolvimento também não foi nada positivo ao Brasil, e pode ser depreendido do conto:

(...) a metáfora da guerra pode ser compreendida como dizendo que o Brasil, embora tivesse interesses permanentes na região do rio Prata, deixou-se envolver, por meio de intromissões irresponsáveis, numa guerra em que não desempenhava nenhum papel legítimo. (...) podemos ver que isso leva, por sua vez, a uma união com a Argentina- Dolores, um nome significativo- que é artificial e, por conseguinte, tempestuosa.⁸⁹

Nesse conto, encontramos dois elementos abordados em Iaiá, a saber: a crítica dos motivos não patrióticos e pessoais daqueles que são conduzidos à guerra e um “juízo histórico sobre ela, embora este último se concentre menos em suas consequências internas do que nos motivos exteriores”, que podemos notar “Machado julgava caprichosos e imprudentes”, refletindo os atos “da classe dominante”.⁹⁰

“Uma noite”, conto publicado na Revista Brasileira em dezembro de 1895, tem como cenário a guerra do Paraguai. Isidoro narra sua própria história para Martinho, ambos oficiais, e conta as razões que o levaram a se alistar. O jovem oficial teria se apaixonado por Camila, uma jovem viúva e pobre, mas com espírito independente. A moça retribuía o sentimento de Isidoro, mas temia contrair matrimônio com ele por causa de sua própria inferioridade econômica e social, além da doença de sua mãe, que se tornaria uma “agregada incômoda”. Aqui encontramos imensas semelhanças com Estela e Jorge, bem como com Antunes (que já era um agregado incorrigível). Quando, num dia, Isidoro pensava que a mãe de Camila morrera, depara-se, na verdade, com o súbito enlouquecimento de Camila, que em um acesso de loucura, morde a mão de Isidoro. Este, então, tenta esquecer a moça. Mas, passados quatro anos a reencontra como uma decadente atriz, que nada se recorda dos acontecimentos passados. Camila convida Isidoro para acompanhá-la até sua casa e, o desfecho da história daquela noite se perde, pois quando Isidoro estava prestes a dizê-lo, uma bala o atinge. Talvez, Isidoro tenha seduzido a moça, “que era uma aleijada do espírito, uma convalescente da

⁸⁹ Idem, *ibidem*.

⁹⁰ John Gledson. Machado de Assis: Impostura e Realismo, p. 132.

loucura” e, por isso, alistou-se. Neste conto, somos convidados a procurar um sentido mais profundo para a história e a função da guerra no enredo. Gledson, nessa tentativa de interpretar um sentido profundo em “Uma noite”, compara-o com a violência sofrida por Estela, acontecimento que precede a ida de Jorge à guerra, em Iaiá Garcia:

(...) Em Iaiá Garcia, conforme já afirmei, uma tentativa de seduzir uma protegida está ligada, alegoricamente, à guerra: aqui é ainda mais evidente. O nó da questão é novamente o paralelismo de dois acontecimentos- a mordida de Camila em Isidoro e a bala que o mata. Ambos são repentinos, inesperados, e o paralelo se faz mais nítido pelo fato de que, quando ele é ferido pela bala, estamos esperando a qualquer momento a repetição da mordida. Por sua vez a própria mordida, acontecimento violento como poucos na ficção de Machado é claramente o resultado da posição impossível da mulher dependente (...) o acesso permite a Camila fazer o que os instintos lhe dizem ser correto- morder a mão ofertada.⁹¹

O conto “Um capitão de voluntários”, publicado em 1906 na coletânea Relíquias de Casa Velha, é especialmente interessante para exemplificar o movimento aparentemente romântico e heróico de Jorge que, na verdade, cumpre o desejo materno de resolver uma questão particular, revestindo-se de patriotismo. Emílio, que não se entusiasmava com a guerra e dizia não se alistar de jeito algum, acaba, porém, por fazê-lo após ser traído pela amante Maria, que se apaixonou pelo narrador do conto, inclusive grande amigo de Emílio. Ao final, o amante com coração ferido morrerá antes de um ano, em um combate “no qual se houve com mais denodo que perícia”.

Essas interpretações da guerra do Paraguai nas obras de ficção de Machado de Assis levantaram aspectos extremamente interessantes sobre a concepção machadiana do conflito, com suas críticas ao pretenso patriotismo reivindicado pelo Império brasileiro e pelos envolvidos no conflito. As obras citadas são posteriores à redação de Iaiá Garcia; logo, rigorosamente, não informam a respeito do que Machado pensava àquela época. Contudo, através delas podemos sugerir uma interpretação machadiana do sentido da guerra do Paraguai, que se manteve praticamente constante ao longo de sua produção literária. Ainda podemos dizer que uma dimensão não menos importante da

⁹¹ Idem, p. 133.

guerra passou despercebida aos olhos dos intérpretes, sua intensa ligação com um grave problema interno: a questão do elemento servil.

Na década de 1860 o movimento emancipacionista desenvolvia-se significativamente no Brasil, atingindo seu ápice em 1871, com a aprovação da Lei do Ventre Livre. Segundo Conrad, sucessivos acontecimentos no exterior auxiliaram a estimular as tentativas reformistas da década de 1860, tais como a libertação dos escravos em Portugal, França, Dinamarca e os servos na Rússia, em 1861, e a Guerra Civil nos Estados Unidos (1861-1865).⁹² Como abordamos anteriormente, o embaraço brasileiro diante da questão da escravidão criou uma urgência em se desvencilhar do “estigma colonial da escravatura”. Contudo, a guerra do Paraguai fez com que o governo Imperial concentrasse todas as suas energias no conflito externo, protelando a resolução da “questão do elemento servil”, anunciada como de vital importância na fala do trono de 1867. De algum modo, o problema interno, digamos “caseiro”, foi deixado de lado durante a intensificação da guerra, que se prolongou mais do que era esperado, causando consequências nefastas à política interna imperial.

2.3. As personagens de Iaiá Garcia: mudanças e permanências entre 1866 e 1871

Já tivemos oportunidade de apresentar, brevemente, algumas personagens do romance: Luís, Iaiá, Estela, Jorge, Valéria, Antunes e Procópio Dias. Ao longo da trama arquitetada por Machado de Assis, muitos mudam ou permanecem quase os mesmos, a despeito das grandes transformações sociais ocorridas entre 1866 e 1871. Na interpretação que iremos propor aqui, usaremos como guia a hipótese de que, nesses momentos políticos decisivos, o romance nos dá a ver “uma história exposta ou escrita através dos movimentos das personagens, ou através das relações que se tecem entre as personagens ao longo do tempo”⁹³, marcado por uma cronologia cuidadosa que atinge setembro de 1871.

⁹² Robert Conrad. Op. cit., p. 88-89.

⁹³ Sidney Chalhoub. “Diálogos Políticos em Machado de Assis”, Op. cit., p 107.

O romance se inicia em 05 de outubro de 1866, com o bilhete de Valéria Gomes sendo enviado para Luís Garcia, funcionário público que vivia na solidão e no sossego de Santa Teresa. A viúva Gomes era casada com um desembargador honorário, ao qual o pai de Luís “devera alguns obséquios e a quem este prestara outros”.

Valéria, como sabemos, pretendia enviar Jorge para a guerra do Paraguai, mas precisava contornar a resistência inicial do filho e, para isso, solicitou a ajuda de Luís Garcia. A princípio Luís não desejava se envolver no assunto, mas aceita “frouxamente” a missão. Segundo a viúva Gomes, a guerra tinha atingido tal ponto, à data de 1866, que exigia um grande esforço de todas as mães para enviar seus filhos como voluntários na guerra e, quem sabe, Jorge não poderia retornar como coronel?

Luís Garcia não queria participar desse intento da viúva, porém aceita auxiliá-la, com a frase “Faço”, e a complementação do narrador, “disse ele frouxamente” (Iaiá, II, 27). Segundo Chalhoub, o recuo de Garcia é estratégico, “pois, não podendo mais resistir ao assédio da viúva sem melindrar a sua própria posição”,⁹⁴ aceita a tarefa. No início da narrativa, Luís Garcia, aos quarenta e um anos, era um viúvo com ar circunspecto, modos frios, modestos e corteses, “fisionomia um pouco triste”, com um “coração desenganado” devido à experiência precoce da viuvez, que produziu em sua personalidade “um estado de apatia e ceticismo, com seus laivos de desdém”. Ele, “obsequia sem zelo, mas com eficácia” (Iaiá, I, 6) trabalhava como funcionário público, trazia trabalho para casa, mas “nenhuma ambição, cobiça ou peleja vinha toldar-lhe a serenidade da alma” (Iaiá, I, 19).

Em 1866, Luís era taciturno e sombrio. Cedeu servilmente aos desígnios de Valéria, como um agregado faria, porém “frouxamente” e sem zelo, como quem reconhece sua posição social, mas não a cumpre com muito entusiasmo. A personalidade soturna de Luís se modificará notavelmente após seu casamento com Estela, em 1867. Eles se mudarão para uma casa maior e o progresso material dos Garcia terá avançado um pouco, superando em grande medida “as palhinhas gastas” das cadeiras da sala de estar. No lugar de uma personagem sombria, do início do romance, Luís será, até sua morte, um homem casado vivendo em harmonia com a esposa e a filha.

⁹⁴ Idem, p. 106. Sidney Chalhoub também explora a relação entre Luís Garcia e Valéria em Machado de Assis, *Historiador*, p. 67. O autor aponta que “os dependentes se confrontam com uma vontade senhorial mais consciente de si, ciente da resistência e seus desígnios e decidida a fazer valer a sua autoridade através da astúcia e mesmo da fraude, não hesitando em violentar os subordinados”.

Estela, que em 1866 havia despertado a paixão de Jorge, era a filha de Antunes classificado como um subalterno adulator, que tinha a “pobreza, sem dignidade, nascera com o espírito curvo e a índole servil”, (Iaiá, III, 43) enquanto a filha era um verdadeiro “Diógenes feminino”, sem meiguice ou qualquer amor ao luxo. A filha de Antunes tinha grande estima por Valéria, e esta retribuía; porém, não ao ponto de permitir que Jorge se ligasse à moça, simples agregada ou protegida. A afeição de Estela, por sua vez, não era dotada de adulação; além disso, ela não se prestaria a esse papel e tinha total consciência de sua posição social, de tal forma que não correspondia às investidas de Jorge. Dada a indiferença de Estela, e como último recurso para instigar ao menos a compaixão da moça, o jovem bacharel resolvera ir para a guerra. Tudo em vão: Estela apesar de amar o rapaz não cedia, pois seu orgulho era maior e, por isso, evitava a humilhação social.

Enquanto Jorge estava na guerra, Estela acabara se unindo a Luís Garcia. O casamento foi incentivado por Valéria que, inclusive, presenteou Estela com um dote. Agora a moça tornava-se madrastra de Iaiá, a filha de Luís, que em 1867, data da união, tinha treze anos. Jorge recebera a notícia desse casamento ainda na guerra, por carta. Finda a guerra, em 1870, o bacharel retorna ao Rio de Janeiro e começa a viver muito próximo da família Garcia. A princípio, Jorge nutria a esperança de “herdar” a esposa de Luís, já que este se encontrava muito doente. Porém, o que o ex-militar não sabia era que, ao fim, acabaria sendo fisgado por Iaiá. Após a morte de Luís Garcia, Jorge e Iaiá se casam e Estela muda-se para o norte de São Paulo, com a tarefa de dirigir um estabelecimento de educação, fundado por uma antiga discípula.

Esse breve resumo nos dá um panorama geral da obra, centrando-se nas principais personagens e principais acontecimentos da trama, geralmente os mais citados e analisados pela crítica. Rigoletto, mencionado anteriormente, pseudônimo de autor não identificado, escreveu uma crítica instigante ao folhetim de Machado de Assis. O crítico afirma que o autor de Iaiá levou a imparcialidade “até o ponto de deslocar, por meio do título, o interesse do livro, para assim fazer uma experiência maliciosa sobre o público, a ver se concentrava suas simpatias na matreira Iaiá Garcia”.⁹⁵ Com isso, o crítico pretendia acentuar as virtudes de Estela que, diante das dificuldades nunca se abateu (ao menos publicamente):

⁹⁵Ubiratan Machado. Op. cit., p. 115.

(...) a sociedade encontrou-lhe sempre o rosto sereno, e o próprio sacrifício passou despercebido, porque ninguém lhe pode perscrutar da rudeza da luta.

Na flor da vida e da beleza, na plena exuberância do coração, aquele espírito austero comprouve-se em desfolhar firmemente, deliberadamente uma a uma todas as flores do opulento jardim da sua imaginação sobre as cabeças dos dois noivos, que cada um a seu modo, a haviam ultrajado cruelmente e, depois, se retirou com a divindade de uma deusa olímpica, para a solidão, para o estudo, para se consagrar à instrução.⁹⁶

Estela é exaltada por Rigoletto, em oposição à Iaiá, que pelo título da obra deveria ser a grande heroína virtuosa do romance. Segundo o autor de “Fantasias”, Iaiá é uma moça ardilosa, apesar de inexperiente em sua “inspiração juvenil”, que é superada por meio da leitura de “copiosa literatura de romances franceses” nos quais encontra “um arsenal completo de armas e recursos para fazer cerco ao imbecil Jorge”. É interessante o modo pelo qual Rigoletto percebeu a relação entre Iaiá e Jorge:

Iaiá tinha medido a fundo as forças de seu antagonista (é o termo), homem sem fim algum social, natureza inerte, que não sonhava com dever algum e que acreditava piamente ter desempenhado sua missão neste mundo dando lições de inglês e xadrez às crianças travessas [Iaiá], despendendo ao mesmo tempo o rendimento de uma considerável fortuna, que sem o menor esforço nem mérito de sua parte, ele honrara com sua posse.⁹⁷

O cronista evidencia a esperteza de Iaiá, acentuando a parvoíce de Jorge. Mesmo Estela, quando Jorge declarara seu amor, responde de um “jeito irônico”, “- O senhor é um tonto” (Iaiá, IV). Como podemos imaginar, Jorge é uma personagem completamente manipulável. Primeiro, deixou-se guiar para a guerra do Paraguai, satisfazendo a vontade da mãe (senhora viúva que exerce as prerrogativas do poder senhorial), mas visando atingir Estela, que já havia declarado seu desinteresse. Depois, quando volta da guerra, frequenta a casa da família Garcia acreditando que poderia vir a submeter Estela às suas vontades, ou seja, restava-lhe a esperança de herdar a viúva de Luís. Finalmente, o bacharel imaginava ter conquistado o amor da jovem Iaiá, sem pretensão de fazê-lo e, ainda, ferindo-a:

⁹⁶ Rigoletto, “Fantasias” em Hélio de Seixas Guimarães. Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19, p. 302.

⁹⁷ Ubiratan Machado. Op. cit., p. 116.

A certeza ou a probabilidade de que, sem nenhuma ação própria, iniciara nos mistérios do amor uma alma ainda nova e ingênua, dava ao coração dele alguma coisa de volúpia do egoísmo; sensação que, aliás, diminuiu quando lhe ocorreu que talvez esse amor obscuro lhe houvesse já custado lágrimas e desesperos. Ele tinha razão quando dizia não ser [Iaiá] espírito vulgar. Afrouxara – se - lhe o ardor dos primeiros tempos, a imaginação tinha vôo mais curto; mas a generosidade juvenil ficara intacta, e com ela a faculdade de ressentir dores alheias.

-Pobre menina! Dizia consigo (Iaiá, XIV, 251).

A imaginação de Jorge, segundo o narrador, corria a passos largos e pensava ser capaz de adentrar um “coração atormentado”, que supunha ser o de Iaiá. Porém, o moço mal poderia conceber que a filha de Luís Garcia pretendia defender o casamento de seu pai com Estela, depois de descobrir a carta que Jorge escreveu para Luís Garcia em 1867, quando ainda estava na guerra do Paraguai.

O momento da descoberta da carta de 1867, relida em 1871, é emblemático para o enredo. Luís Garcia estava organizando sua secretária, com a ajuda de Estela e assistido por Iaiá, que se encontrava sentada bem próxima ao pai. De repente, em meio a tantos papéis, encontraram uma carta escrita por Jorge. Luís lê a carta e a entrega para a esposa, interpelando: “nunca soubeste do verdadeiro motivo que o levou à guerra?” (Iaiá, X, 168). Estela ficou muito pálida e depois corou de vergonha, respondendo que nada sabia. Luís não percebendo a reação da esposa, entrega a carta para ela. A moça desconfia da atitude do marido, que acentuava “ainda em 1867 durava tal paixão, afinal pareceu que só esperava o fim da guerra para acabar também” (Iaiá, X, 168). Estela fitava a carta, mas cravava os olhos no papel sem poder lê-la, lembrando de fatos passados. Luís continuava sua arrumação, mas Iaiá “tinha os olhos cravados na madrastra” (Iaiá, X, 171), percebendo todas as reações que a carta havia provocado em Estela: a mão trêmula, a confusão e o enleio. Iaiá mostrava-se, então, curiosa até seus olhos luzirem de “sagacidade e penetração”. A menina tentava entrar no cérebro da madrastra, “ir ao fundo da consciência de Estela” e como resultado adivinhara o passado desta, “mas adivinhou demais”. Nesse instante, segundo o narrador, decorreram-se dez minutos de “puberdade moral”:

(...) supôs um vínculo anterior ao casamento, roto contra a vontade de ambos, talvez, persistente, malgrado aos tempos e às coisas. Tudo isso viu uma simples inocência de dezessete anos. Seu pensamento cristalino e virginal, nunca embaciado pela experiência, ignorava até as primeiras cismas de donzela. Não tinha ideia do mal; não conhecia as vicissitudes do coração (...) a crença acabara; principiava a mulher (Iaiá, X, 172).

O narrador afirma que a consciência desse evento, a leitura da carta de 1867, lançara no espírito de Iaiá “os primeiros germens da ciência do mal”. A mocinha colocara seu “cérebro verde” para funcionar: “não conhecia a hipocrisia, mas acabava de suspeitá-la; começava talvez a aprendê-la” (Iaiá, X, 175). Parece que surgia algo novo na personalidade de Iaiá, que se aprofundou em 1871, pois basta mencionarmos que em 1867, aos 13 anos, “a sagacidade da menina era a sua qualidade mestre: assim, viu depressa o que era menos agradável, para evitá-lo, e o que era mais, para cumpri-lo. Essa qualidade ensinava-lhe a sintaxe da vida, quando outras não passavam do abecedário, onde morrem muita vez” (Iaiá, VI, 98).

No capítulo VI de Iaiá, portanto, o narrador já havia indicado traços da personalidade de Iaiá que no capítulo X, com a tomada de consciência (e várias suposições) das relações estabelecidas entre Jorge e Estela, se intensificaram e se direcionaram especificamente à conquista de Jorge e à segurança da harmonia familiar. Se o leitor percorrer algumas linhas adiante encontrará Estela diante da porta do quarto de Iaiá, perguntando-lhe o que havia acontecido se pensava em seu pai, Luís Garcia: “- Sim, mamãezinha”, responde a garota, “comecei a pensar... foi uma loucura... se ele... morresse?”. Estela repreende a enteada e nota que ela não tinha o “ar de costume”, e os olhos “andam vagamente de um lado para o outro” e, a suposição da madrastra era a de que Iaiá amava. Segundo a madrastra, “não é difícil deixar de pensar no Procópio Dias”, disse ela, “acho até que é a coisa mais fácil; mas não será algum pensamento da mesma natureza? Anda; sê franca; sou apenas tua madrastra”. Iaiá, então, inventa um amor de colégio e em seguida diz, “ora, se eu tiver que casar com Procópio Dias...”.

Agora chegamos a um nome: Procópio Dias, comerciante que enriqueceu com a guerra do Paraguai, durante a qual triplicou os seus capitais. Jorge o conheceu na guerra e quando retornou ao Rio de Janeiro o reencontrou já introduzido na família Garcia, como amigo de Luís. Era um solteirão de meia idade que tinha dois credos- o lucro e o gozo. Iaiá supunha que, dado o isolamento da família Garcia acabaria casando-se com o

único homem do qual tinham proximidade. Nesse contexto, a missão empreendida por Iaiá teria duplo efeito. Primeiro, assegurar a continuidade do casamento do pai e, não menos importante, livrar-se da possível união com um cinquentão nada interessante para uma mocinha como Iaiá. Agora, a filha de Garcia começa a exercer com maestria a dissimulação, aproximando-se de Jorge, pedindo-lhe aulas de inglês e de xadrez, este último muito emblemático para entendermos o jogo social no qual Iaiá debutava com muita propriedade, jogando com dissimulação no tabuleiro da sociedade e dando o “xeque mate” no bacharel.

A narrativa do romance chega então em meado do ano de 1871. Como indício no capítulo VII de Iaiá Garcia, Jorge “no meado do ano de 1871, fez (...) uma excursão a Minas Gerais, com o fim de ajoelhar-se à sepultura de sua mãe, cujos ossos transportaria oportunamente para um dos cemitérios do Rio de Janeiro”, o narrador nos informa que Jorge gastou seis semanas nessa viagem, retornando para o Rio de Janeiro em princípios de agosto, quando começa a se aproximar dos Garcia.

A “questão servil” era uma grande preocupação para o governo imperial entre as décadas de 1860 e 1870. Basta nos lembrarmos que d. Pedro II ao final de 1865, já se manifestava propenso a iniciar a emancipação no Brasil. O imperador solicitou a José Antônio Pimenta Bueno um estudo preliminar para ser discutido em sessões do Conselho de Estado pleno, concluído em 23 de janeiro de 1866. Mas, devido à crise econômica e social do período, agravada pela guerra do Paraguai o assunto foi retirado da pauta de discussões, sendo retomado, de fato, na Fala do Trono de 22 de maio de 1867:

(...) o elemento servil no Império não pode deixar de merecer oportunamente a vossa consideração, provendo-se de modo que, respeitada a propriedade atual, e sem abalo profundo em nossa primeira indústria, a agricultura, sejam atendidos os altos interesses que se ligam à emancipação.⁹⁸

A reação contrária dos proprietários e dos Conselheiros de Estado foi imediata; todavia, apesar dessa manifestação, o tema mostrava sua força no contexto social e político do país. A revelação de que a reforma do elemento servil não sairia do horizonte de preocupações do Imperador causou impacto, apesar do projeto não ter sido levado adiante em 1868. Nesse sentido, podemos conectar a temporalidade referida em

⁹⁸ Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Senhores Deputados, 1º ano da 13ª legislatura, Sessão de 1887, Tomo I, Rio de Janeiro, Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1867, p. 96.

Iaiá Garcia aos debates políticos entre o final de 1860 e 1870. A carta de Jorge escrita em 1867 durante a guerra do Paraguai e sua releitura em 1871, causando consideráveis mudanças no comportamento de Iaiá, que toma consciência de fatos passados é emblemática para entendermos os conflitos anteriores a 1871, que causaram importantes mudanças também no cenário social e político brasileiro. A moça desempenhou seu papel de ótima jogadora de xadrez, com as características sociais de que dispunha: “vista pronta e paciência beneditina; qualidades preciosas na vida, que também é um xadrez, com seus problemas e partidas, umas ganhas, outras perdidas, outras nulas” (Iaiá, XI, 200). E, de fato, o percurso de elaboração e de aprovação de uma lei emancipatória no Brasil foi um exercício de paciência e diálogo entre o governo imperial e as forças contrárias à lei. Além disso, o ressurgimento de uma carta escrita em 1867, escrita em plena Guerra do Paraguai, e relida em 1871, quando os debates em torno do projeto de lei sobre a emancipação estavam em seu auge, pode significar uma referência demasiadamente sugestiva ao retorno de uma questão social e política que permanecera adormecida durante a guerra, mas fora retomada em 1871, reavivando conflitos em processo desde 1865.

Apesar de Gledson não interpretar a carta de 1867 como uma alegoria política da Fala do Trono de 1867, assim como notou a simbologia dos pombos e da casa como alegoria para a guerra do Paraguai, o autor de Machado de Assis: ficção e história afirma que em Iaiá Garcia, depois da guerra, existe a quebra de barreiras sociais antes fixas:

(...) as barreiras de classe, que eram absolutas, agora começaram a ser deslocadas, e o papel dos homens de negócios [Procópio Dias], que não aparece antes nos romances, assume importância não apenas como comentário isolado sobre a guerra, mas na própria trama.⁹⁹

Isso, evidentemente, mostra-se correto; mas, e a ligação íntima entre a guerra do Paraguai e a o processo de elaboração de uma lei emancipatória? Segundo John Gledson, Iaiá Garcia apresenta “realismo social” e uma “clara tentativa de contar a transformação política (...) através de modelos e imagens que são, até certa medida, alegóricos”; porém, o quadro ofertado pela obra seria “simplista demais”.¹⁰⁰ Para o crítico Iaiá se resume a um único acontecimento político: a guerra do Paraguai, e isso é

⁹⁹ John Gledson. Machado de Assis: ficção e história, p. 65.

¹⁰⁰ Idem.

um indício da incompletude do romance em sua caracterização do período entre 1866 e 1871:

(...) Por mais importante que a guerra pudesse ter sido e por mais que se tratasse não apenas de um ato de agressão, mas também de um acontecimento corruptor na esfera doméstica, ela certamente não era veículo adequado para descrever tudo o que se passou nesse período: por exemplo, embora o romance tenha sua ação em parte situada em 1871, nele não existe nenhuma referência à aprovação da Lei do Ventre Livre que, apesar de todas as suas limitações, era a primeira legislação substancial contra a escravidão, desde o fim do tráfico, em 1850.¹⁰¹

Gledson teria razão em sua assertiva se estivéssemos procurando somente menções explícitas à lei de 28 de setembro de 1871, mas como o próprio crítico já nos abriu a possibilidade de Machado de Assis ter utilizado símbolos e construído com isso “alegorias políticas”, podemos nos arriscar a enxergar outras alegorias e, quem sabe, convencer o leitor de que Iaiá Garcia pode ser muito mais complexo e rico em seu testemunho do período de crise característico do final da década de 1860 e transcorrer da década de 1870.

2.4. Raimundo e a legislação escravista brasileira de 1831, 1864 e 1871.

No caso da personagem Iaiá, pudemos identificar referências aos prenúncios da lei. Agora tomaremos como objeto de análise a personagem Raimundo e, acompanharemos por meio de sua trajetória no romance o testemunho histórico da complexidade da legislação escravista, notadamente em pontos específicos: a lei de 07 de novembro de 1831, o decreto n. 3.340 de 24 de setembro de 1864 e a já mencionada lei de 28 de setembro de 1871.

O primeiro capítulo de Iaiá Garcia se ocupa em caracterizar uma personagem importantíssima para a trama: Raimundo, o escravo de Luís Garcia. Matilde Jerônimo Trípoli destaca a notoriedade de Raimundo e nos oferta um panorama geral dessa personagem no romance:

(...) estranhamente, embora personagem secundária, Raimundo é descrito, em todos os seus aspectos, logo nas primeiras páginas, antes mesmo das

¹⁰¹ Idem.

personagens principais. Além dessa apresentação, ocupa um bom espaço no início do romance. Depois, fica meio apagado, mas quando ressurge, é para atuar significativamente. O desfecho, sem maiores problemas, no caso do noivado de Iaiá e Jorge, passa pela ação consciente e decisiva de Raimundo.¹⁰²

Contudo, ao mesmo tempo em que a autora evidencia Raimundo como “figura representativa da escravidão”, defende que a presença dele no romance “não coloca a escravidão em discussão”, tampouco contesta a sua situação, “mas fala de respeito mútuo e de reconhecimento, que afasta medos, inseguranças e exorciza o fantasma da vingança”.¹⁰³ Talvez, também tenha sido essa chave interpretativa que Roberto Schwarz utilizou para dizer que essa personagem africana figura dentre a lista de “acomodações modernizantes” do romance. Segundo o crítico literário, em Iaiá, “há o criado Raimundo, em que se combinam traços da escravidão, da África, do feiticismo, e do mordomo inglês”,¹⁰⁴ ainda que seja difícil de imaginar como encaixamos Raimundo nessa pecha de “mordomo inglês”. Raymond Sayer, por outro lado, assume que Raimundo é “o tributo de Machado ao negro”, para a época é “o mais completo estudo que se poderia ter feito de um membro dessa raça, nos limites estabelecidos pelo tema, dentro da vida das classes superiores do Rio de Janeiro”.¹⁰⁵ Em grande medida, Sayer arrisca bastante ao afirmar que seria “o mais completo estudo” do escravizado africano dentro das limitações do período do final da década de 1870 no Brasil. A temática da escravidão e do escravizado esteve presente na produção literária nacional, ainda que na maior parte dos casos, representados de forma coletiva e estereotipados. Mesmo assim mostra-se complicado eleger Raimundo como o representante mais completo do escravizado na literatura brasileira até 1878. Ainda assim, podemos dizer sem temor que Machado de Assis se esforçou bastante para dar um colorido especial à personagem africana aqui referida e isso é um aspecto crucial para a hipótese que pretendemos lançar aqui.

O narrador de Iaiá Garcia dá uma bela descrição do físico e da personalidade desse africano. Raimundo “era um preto de cinquenta anos, estatura mediana, forte,

¹⁰² Matilde Jerônimo Trípole. *Imagens, máscaras e mitos: o negro na obra de Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006, p. 100-101.

¹⁰³ Idem, p. 101.

¹⁰⁴ Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas*, p. 174.

¹⁰⁵ Raymond Sayers. *O negro na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958, p. 398. Apud: Matilde Jerônimo Trípole. *Op. cit.*, p. 100.

apesar de seus largos dias”, sua personalidade era a de “um tipo africano, submisso e dedicado”. Porém, o mais interessante ainda está por vir: Raimundo “era escravo e livre” (Iaiá, I, 9). A condição jurídica dele era atestada por sua carta de liberdade, dada pelo próprio Luís Garcia, quando “o herdou de seu pai, - não avultou mais o espólio, - deu-lhe logo carta de liberdade”. Isso porque, segundo o narrador, “Raimundo, nove anos mais velho do que o senhor [Luís Garcia], carregara-o ao colo e amava-o como se fora seu filho”. O narrador afirma que a percepção de Raimundo, ao receber a carta de alforria era a de que queriam o “expelir de casa, e sentiu um impulso atrevido e generoso”. Nesse momento a descrição da cena é magistral:

(...) Fez um gesto para rasgar a carta de alforria, mas arrependeu-se a tempo. Luís Garcia viu só a generosidade, não o atrevimento; palpou o afeto do escravo, sentiu-lhe o coração todo. Entre um e outro houve um pacto que para sempre os uniu.

-És livre, disse Luís Garcia; viverás comigo até quando quiseres. (Iaiá, I, 9)

A partir disso, convidamos o leitor a fazer alguns cálculos. O romance se inicia em 05 de outubro de 1866, Luís Garcia tinha quarenta e um anos, Raimundo era nove anos mais velho do que Luís e havia acompanhado a infância dele. O narrador é muito incisivo ao dizer que Raimundo “era um preto de cinquenta anos”; logo, podemos inferir que nosso africano em questão nasceu em 1816. Além dessa possível data do nascimento de Raimundo o narrador nos sugere mais: memórias de seu “berço africano”. O escravo de Luís Garcia tocava marimba todas as noites e se debruçava sobre as lembranças alegres de sua tribo:

Raimundo acendia as velas, ia buscar a marimba, caminhava para o jardim, onde se sentava a tocar e a cantarolar umas vozes de África, memórias desmaiadas da tribo em que nascera. O canto do preto não era de saudade; nenhuma de suas cantinelas vinha afinada na clave pesarosa. Alegres eram, guerreiras, entusiastas; por fim calava-se. O pensamento, em vez de volver ao berço africano, galgava a janela da sala em que Luís Garcia trabalhava e pousava sobre ele como um feitiço protetor. Quaisquer que fossem as diferenças civis e naturais entre os dois, as relações domésticas os tinham feito amigos (Iaiá, I, 10-11).

Uma memória assim tão alegre, acompanhada pelo embalo da marimba e do canto africano, guerreiro e entusiasta, provavelmente aprendido na África, em seu grupo

étnico original, pode ser um indício de que Raimundo viveu bastante tempo na África, ao menos o necessário para ter a capacidade de construir uma memória sobre ela. Ele teria aprendido no “berço africano” a ser um instrumentista e cantor, demonstrando fortes traços culturais de sua origem africana. Com base nisso, seria plausível supor que Raimundo chegara ao Brasil após 1831, data em que ele teria quinze anos, ou seja, quando estava em vigor a lei de 07 de novembro de 1831 que “declara livres todos os africanos vindos de fora do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos”. Como Elciene Azevedo nos mostra o “comércio de escravos (...) dava preferência para crianças de 10 a 12 anos de idade, já que as pequenas raramente sobreviviam à viagem”.¹⁰⁶ Isso torna a reação de Raimundo à carta de alforria mais significativa do que parece. As datas mencionadas pelo narrador sugerem a possibilidade de sua escravização ilegal e o fato de não serem informadas com mais precisão pode revelar uma maneira socialmente aceita de citar o fato sem fazê-lo explicitamente.

O tráfico de escravizados foi proibido por lei, aprovada pelo Parlamento brasileiro, porém “após decréscimo temporário nas entradas de africanos durante a primeira metade da década de 1830, o comércio negreiro, então clandestino, assumiu proporções aterradoras nos anos seguintes, impulsionado pela demanda para trabalhadores para as fazendas de café”.¹⁰⁷ Além disso, os meios de provar a ocorrência de uma escravização ilegal eram muito precários, para tanto basta nos remetermos aos vários casos de escravização ilegal arrolados por Sidney Chalhoub e as grandes batalhas jurídicas travadas pelos escravizados, tentando reunir todos os tipos de documentos e provas possíveis para atestar situações que se assentavam em uma imensa variedade de estratégias para acobertar atos de escravização ilegal de pessoas de cor livres:

Há aqui um repertório de possibilidades, que ao mesmo tempo torna difícil descobrir o que realmente aconteceu em cada caso específico e fornece informações copiosas sobre a lógica social, os modos de aquela sociedade conformar estruturalmente a sua natureza escravista. Afinal, esse repertório de possibilidades acontecia no processo histórico, não consistia em conjunto abstrato de indeterminações, de incertezas sobre o devir. Em consequência, o

¹⁰⁶ Elciene Azevedo. O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010, p. 195.

¹⁰⁷ Sidney Chalhoub. A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 36.

que nos interessa notar, no contexto da escravização ilegal maciça das décadas de 1830 e 1840, é o quanto a frouxidão nos critérios de prova de propriedade escrava constitui parte integrante desse processo, condição e consequência dele simultaneamente.¹⁰⁸

Evidentemente, mostra-se difícil imaginar quais poderiam ter sido os caminhos pretéritos de Raimundo, a personagem fictícia que empregamos como elemento principal do testemunho histórico sobre a escravidão construído por Machado de Assis em *Iaiá Garcia*; todavia, as datas citadas pelo narrador saltam aos olhos pelas linhas do romance. Outro elemento que reforça a citação machadiana da ilegalidade da escravidão é a data de início do romance, que além de se desenvolver, inicialmente, simultaneamente à guerra do Paraguai, encontra-se muito próxima do decreto n. 3.340 de 24 de setembro de 1864, que concedeu emancipação a todos os africanos livres existentes no Império. Ora, o romance se inicia em 1866, mas não temos informações sobre a data exata em que Raimundo recebeu sua carta de alforria pelas mãos de Luís Garcia, provavelmente foi antes de 1866. Tudo isso torna a cena do capítulo primeiro de *Iaiá* imensamente sugestiva. Raimundo faz menção de rasgar a carta: não a rasgou, tampouco a recusou. Ele aceitou a carta, como prova de sua liberdade, mas não quis ir embora, daí a sua condição de “escravo e livre”. Provavelmente, Raimundo tivera consciência da precariedade da existência de um homem de cor livre (africano, no caso dele) nas décadas de 1860 e 1870. Sidney Chalhoub mostrou como a atuação do Ministério da Justiça e da polícia tornavam extremamente difícil aos africanos livres sustentarem sua condição jurídica. Segundo o historiador, havia uma “engrenagem social destinada a impedir investigações consequentes sobre a introdução de africanos à revelia da lei de 1831”.¹⁰⁹ Ao homem de cor cabia o ônus da prova de sua liberdade; primeiro era necessário provar que era “boçal” (recém-chegado ao Brasil e que não sabia nada da língua portuguesa), coisa muito difícil, pois se começava a considerar “ladino”, “qualquer africano capaz de balbuciar algumas palavras em português, ou um pouco mais”.¹¹⁰

Dessa forma, conforme as práticas cotidianas da administração pública, todo homem negro, principalmente africano, era considerado escravo até que se provasse o

¹⁰⁸ Sidney Chalhoub. *A força da escravidão*. Op. cit., p. 96.

¹⁰⁹ Idem, p. 101.

¹¹⁰ Idem, p. 104.

contrário. Logo, o cálculo de Raimundo em ficar com a carta de alforria e continuar servindo Luís foi bem acertado e mais seguro. Considere-se também o fato de Raimundo, aparentemente, ter uma vida sossegada com os Garcia:

Raimundo, posto fosse o único servidor da casa, sobrava-lhe tempo, à tarde, para conversar com o antigo senhor, no jardinete, enquanto a noite vinha caindo. Ali falavam de seu pequeno mundo, das raras ocorrências domésticas, do tempo que devia fazer no dia seguinte, de uma ou outra circunstância exterior. Quando a noite caía de todo e a cidade abria os seus olhos e gás, recolhiam-se eles a casa, a passo lento, à ilharga um do outro. (Iaiá, I, 11)

Raimundo foi belamente descrito logo no primeiro capítulo de Iaiá. Ainda, no mesmo capítulo, podemos contemplar a infância de Iaiá e suas brincadeiras junto ao africano, que vivia da alegria da menina e do pai. Nesse momento aparecem trocadilhos engraçados. “Raimundo”, dizia Iaiá, “você gosta de santo de comer?” e o negro em resposta, “empertigava o corpo, abria um riso, e dando aos quadris e ao tronco o movimento de suas danças africanas, respondia cantarolando: - Bonito santo, santo gostoso!”. Mas, se a menina perguntava: “-E santo de trabalhar?”, Raimundo esperto e preparado para o gracejo, “estacava subitamente, punha a cabeça entre as mãos, e afastava-se murmurando com terror: - Eh... eh... não fala nesse santo, Iaiá! Não fala nesse santo!” (Iaiá, I, 15). Ao nos depararmos com essa brincadeira nos remetemos até uma ideia corrente na maioria dos debates sobre a emancipação dos escravizados: tornar-se-iam vadios ao deixar o cativeiro, demarcando, assim, o lugar social do africano no Brasil imperial, isto é, de escravizado ou vadio. Esse problema foi levantado pelos contrários à lei de emancipação de 1871 e, em 1831, já houvera povoado discursos de oficiais do governo imperial.¹¹¹

Ao fim do capítulo I, Iaiá Garcia se ocupa prioritariamente em narrar as investidas de Valéria Gomes para enviar o filho para a guerra e assim afastá-lo de Estela. Nesse ínterim, uma personagem tão marcante como Raimundo simplesmente some no correr da pena machadiana. A guerra se desenvolve, provocando mudanças significativas em Jorge. Em março de 1870 a guerra do Paraguai finalmente terminara e Luís Garcia informa a Jorge que Valéria falecera. Em meado de 1871, Jorge fez uma

¹¹¹ Idem, p. 159-160.

excursão para Minas Gerais, para ajoelhar-se à sepultura de Valéria, e demorou-se seis semanas em Minas Gerais, retornando ao Rio de Janeiro em princípios de agosto (Iaiá, VII). Reparem que logo no capítulo seguinte Raimundo volta a ser citado, no momento em que Jorge vai visitar Luís Garcia: “Aí achou Raimundo, mais velho do que o deixara, mas não menos forte” (Iaiá, VIII, 132).

A referência à Lei do Ventre Livre é clara, ainda que seja alegórica. O leitor deve se lembrar que d. Pedro II prometera retornar à questão do “elemento servil” assim que a guerra do Paraguai terminasse. Finda a guerra, o governo imperial concentrou-se em seus próprios problemas internos: em Iaiá, acompanhamos o retorno de Jorge, que se ajoelha sobre o túmulo da mãe, última representante do patriarcalismo no romance. Em maio de 1871 a discussão sobre a lei de emancipação estava posta na pauta Parlamentar e, em data aproximada, Jorge reencontra Raimundo, que ressurge no romance “mais velho (...) mas não menos forte”.

A promoção de uma legislação emancipatória preocupou o governo imperial desde 1865. Além do estudo solicitado pelo Imperador a José Antônio Pimenta Bueno, concluído em 1866, tivemos a atuação de Perdigão Malheiro, membro do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB),¹¹² que escreveu a obra *A escravidão no Brasil. Ensaio histórico- jurídico- social* (1866-1867), referência importante para juízes, juristas, políticos e altos dirigentes do Império. No âmbito do IAB as discussões jurídicas relativas à escravidão estavam em pleno vapor desde meados da década de 1840 até a primeira metade da década de 1860, quando leis emancipacionistas foram propostas e debatidas, com o objetivo de melhorar a condição de vida dos escravizados e promover ações emancipatórias. Foi nesse ambiente que Malheiro colheu ideias para a escrita de sua obra que, em 1866-67, propôs a liberdade do ventre escravo e outros dispositivos presentes no texto final da lei de 28 de setembro de 1871.¹¹³ Com isso,

¹¹² Eduardo Pena indica que “a produção jurídica do IAB e as metas políticas do Estado imperial tiveram ampla correspondência em relação ao encaminhamento do ‘problema’ (jurídico e político) da escravidão”, essa correspondência se deve a “ligações orgânicas dos sócios do instituto, desde sua criação, com os quadros de governo, tanto nos cargos administrativos, como nas altas posições políticas ligadas ao Conselho de Estado” (...) em *Pajens da casa imperial: juristas, escravidão e a Lei de 1871*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001, p.253.

¹¹³ Perdigão Malheiro é um exemplo magnífico para a apreensão de conflitos que envolveram a aprovação da Lei do Ventre Livre: o embate entre liberdade e propriedade privada. Mais uma vez, citamos o trabalho de Eduardo Pena, que explorou muito bem os discursos políticos da época. Malheiro se viu preso a “um embate evidente entre os ideais do jurista emancipacionista [da década de 1860] e a postura política do jurista conservador, que lutou acirradamente para alterar o projeto da lei de 1871”, em Eduardo Pena. *Pajens da casa imperial: juristas, escravidão e a Lei de 1871*, p. 253.

podemos dizer que a atenção dispensada ao problema do “elemento servil” era velha, mas não perdia sua força, assim como Raimundo.

Raimundo então se mostrava forte, não diminuía sua força e vitalidade com o passar dos anos. Inevitavelmente, nos lembramos de Pancrácio a personagem escrava da crônica de 19 de maio de 1888, publicada na série “Bons Dias!”, da Gazeta de Notícias, o qual após receber sua alforria cresceu imensamente. Na crônica machadiana de 1888 Pancrácio recebe uma carta de alforria, “mesmo antes dos debates”, isto é, uma semana antes da promulgação da Lei Áurea de 13 de maio de 1888. A cena é dotada de muita comicidade. O “molecote”, segundo o narrador, tinha mais ou menos dezoito anos, e o seu senhor promovera um banquete para anunciar o ato solene de alforriá-lo e Pancrácio, “que estava à espreita, entrou na sala como um furacão, e veio abraçar” os pés de seu benfeitor. No dia seguinte o narrador anuncia ao rapaz: “-Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...”.¹¹⁴ O menino aceita ficar, obviamente, e, além disso, aceita um medíocre ordenado, acompanhado de petelecos e pontapés: “efeitos da liberdade”.

Sidney Chalhoub analisou essa crônica machadiana, argumentando que uma interpretação mais evidente a ser extraída da leitura da crônica é “a imagem da abolição como um não acontecimento”; contudo, existe ainda um “enigma” para desvendarmos “talvez até um outro texto tecido na contramão, na corrente contrária das aparências”. Segundo Chalhoub, “a crônica sobre a alforria do bom Pancrácio trata também das discontinuidades do processo de abolição da escravidão, das mudanças ou rupturas efetivas que os acontecimentos evidenciavam”. A proposta é “decifrar um enigma” e para isso Chalhoub constroi seu argumento “em forma de contraste”, retomando o já mencionado autor de *A escravidão no Brasil, Perdigão Malheiro*.¹¹⁵

Em nota de rodapé, Malheiro anunciou, de modo dramático e evidenciando conflitos pessoais, que alforriara todas as suas escravas “capazes de ter filhos”; dessa forma, o autor pretendia defender a liberdade do ventre como via mais segura e gradual para a extinção do “elemento servil”. O relato pessoal de *Perdição Malheiro* parece informar o testemunho histórico da alforria de escravos: “era uma decisão complexa para os contemporâneos, envolvendo tanto questões de consciência individual quanto percepções e avaliações críticas da sociedade na qual participavam”. Destarte, Chalhoub

¹¹⁴ Machado de Assis. *Bons Dias!* Introdução e notas de John Gledson. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, p. 110.

¹¹⁵ Sidney Chalhoub. *Visões da Liberdade*, p. 119-120.

argumenta que “seria difícil para Perdigão Malheiro e outros senhores conscienciosos da década de 1860 sequer imaginar que um assunto tão crucial quanto a alforria de escravos pudesse ser objeto de zombarias. Sendo assim, identifica-se a seriedade do assunto, na pena de Machado, dez anos antes da crônica de “Bons Dias!”:

Em *Iaiá Garcia*, romance de 1878, há a dramaticidade e empatia na passagem na qual Luís Garcia resolve conceder a liberdade ao preto velho Raimundo, sendo que o preto, mesmo livre, prefere continuar servindo ao senhor. Raimundo é construído como um africano “submisso e dedicado”, que “parecia feito expressamente para servir Luís Garcia”. A situação aqui é desenhada de forma sóbria, desprovida de ironias. Algo mudou radicalmente entre o Perdigão de 1866 e o Machado de 1888, ou entre o Machado do africano Raimundo e o do bom Pancrácio.¹¹⁶

A temática exposta por Machado em 1878 era séria e revelava, segundo Sidney Chalhoub, “pelo menos três aspectos essenciais no processo histórico”. Ao realizarmos o exercício de acompanhar esse processo entre dois exemplos de alforrias descritos por Machado de Assis nas décadas de 1870 e 1880 percebemos os conflitos envolvidos na questão do “elemento servil”, evidenciando a importância de Raimundo no romance *Iaiá Garcia*. O primeiro ponto consiste em identificar o conflito, presente nos discursos de senhores de escravos e “lamentos senhoriais”, que se situavam “entre os princípios da primazia da liberdade e da defesa irrestrita do direito da propriedade privada”. Esse era um ponto essencial nos debates sobre a Lei do Ventre Livre e pudemos observar que alguns proprietários de escravos fizeram publicar, na seção de notícias dos jornais *Diário do Rio de Janeiro* e *Gazeta de Campinas*, alforrias de crianças nascidas antes da aprovação da lei de 28 de setembro de 1871, evidenciando que apesar de tudo esses senhores não perdiam (ou acreditavam que não perdiam) sua autoridade diante dos escravizados:

(...) discutir a liberdade de escravos significava interferir no pacto liberal de defesa da propriedade privada e, além disso, era a própria organização das relações de trabalho que parecia estar em jogo. Ou seja, o assunto era delicado porque nele cintilava o perigo de desavenças ou rachas mais sérios no interior da própria classe de proprietários e governantes.¹¹⁷

¹¹⁶ Idem, p. 121.

¹¹⁷ Idem, p. 121.

Assim como muitos proprietários de escravos em Campinas quiseram igualar a condição de seus escravos nascidos de 1865 em diante à dos nascidos após a promulgação da lei de 28 de setembro de 1871, o senhor de Pancrácio quisera libertar o “molecote” antes da abolição oficial de 13 de maio de 1888. Esses dois movimentos percebidos depois da década de 1860 demonstram o ressentimento dos proprietários de escravos diante da intervenção do Estado nas relações entre senhores e escravizados. No caso de Raimundo, o conflito ainda não estava de todo dado: estávamos, no mínimo, em meados da década de 1860; porém, o problema estava posto em suas linhas mais gerais e, o fato de Machado de Assis desenhá-lo logo no início do romance, de modo solene, confere grande importância e complexidade à personagem Raimundo.

Outro ponto destacado por Chalhoub na crônica de 1888 e que poderíamos aplicar à nossa leitura de Iaiá Garcia é a “falência de uma certa política de domínio”. Segundo Chalhoub:

(...) um dos pilares da política de controle social na escravidão era o fato de que o ato de alforriar se constituía numa prerrogativa exclusiva dos senhores. Ou seja, cada cativo sabia perfeitamente que, excluídas as fugas e outras formas radicais de resistência, sua esperança de liberdade estava contida no tipo de relacionamento que mantivesse com seu senhor particular. A ideia aqui era convencer os escravos de que o caminho para a alforria passava necessariamente pela obediência e fidelidade em relação aos senhores.¹¹⁸

Raimundo tinha essas duas qualidades: obediência e fidelidade. Além disso, para nosso estudo sobre esse africano, temos que considerar que a prerrogativa da alforria exercida pelos senhores apresentava outra vantagem a eles: consistia numa “estratégia de produção de dependentes, de transformação de ex-escravos em negros libertos ainda fieis e submissos a seus antigos proprietários”.¹¹⁹ Neste quadro podemos classificar Raimundo e Pancrácio. No caso de Pancrácio a situação é mais difícil. Se por um lado o jovem recebe um ordenado (mediocre, ridículo), por outro lado também recebe petelecos e pontapés. Raimundo continua sua vida “normalmente”, apesar da liberdade concedida; porém, não existe qualquer tipo de sugestão de maus tratos ou violência, pelo contrário, segundo o narrador, aparentemente, o africano vivia em harmonia com a família Garcia. Agora, para Pancrácio, o recebimento da alforria em tais condições é

¹¹⁸ Idem, p. 122.

¹¹⁹ Idem.

“quase completamente inverossímil”.¹²⁰ Uma das principais mudanças operadas pela lei de 28 de setembro foi a permissão dada ao escravo de “formação de um pecúlio com que lhe provier de doações, legados e heranças, e com que por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias” (Artigo 04); além disso “o escravo que, por meio de seu pecúlio, obtiver meios para indenização de seu valor, tem direito à alforria”. Se a indenização não for fixada por acordo, o será por arbitramento (§2). Ora, esse novo contexto que assegurava o direito à formação de pecúlio para a indenização de seu valor e obtenção da alforria comprometia em alguma medida as prerrogativas senhoriais, exclusivas quanto à concessão de alforria. Por isso, Sidney Chalhoub evidenciou o caráter inverossímil da atitude de Pancrácio, pois “a alforria como parte de uma política de domínio, como estratégia de produção de dependentes, já vinha falindo havia pelo menos duas décadas”.¹²¹ No caso de Raimundo esse campo de possibilidades estava por vir, no contexto das discussões políticas da segunda metade da década de 1860.

Outro passo no argumento de Chalhoub que gostaríamos de aplicar à trajetória de Raimundo em Iaiá Garcia é a agência dos escravizados na luta pela liberdade. Para Pancrático, o historiador sugere que o fato de o molecote ser mais alto do que o senhor (“Tu cresce neste mundo”, disse o narrador a Pancrácio, “tu crescestes imensamente”), indica mais uma ironia desferida por Machado:

(...) É obvio que, numa análise das relações de força física entre os dois homens, era o bom Pancrácio quem detinha poderes de distribuir os petelecos e pontapés que bem entendesse. Machado pode estar mais uma vez ironizando o ponto de vista do narrador da crônica, que sempre se autorrepresenta como único sujeito dos fatos descritos. Podemos fazer então uma leitura deliciosamente invertida da situação: é exatamente por reconhecer os maiores poderes de Pancrático que o senhor se rende às evidências e “concede” a liberdade. O moleque- assim como os escravos em geral- havia crescido “imensamente” nos últimos dezoito anos; isto é, os negros haviam assumido atitudes mais firmes no sentido de obter a liberdade nesse período.¹²²

¹²⁰ Idem, p. 123.

¹²¹ Idem.

¹²² Idem, p. 123-124.

Um indício patente que corrobora a interpretação de Chalhoub é a idade de Pancrácio: 18 anos em 1888, o que indica que ele nasceu no início da década de 1870, momento crucial para o desencadeamento das mudanças em torno das relações entre senhores e escravos e no encaminhamento de políticas para a promoção da emancipação dos escravos. Isso revela uma consciência nítida e plena de Machado de Assis a respeito do processo histórico rumo à abolição da escravidão e, nesse âmbito, Raimundo, que não perdia sua força entre 1866 e 1871, pode ser interpretado como o antecessor de Pancrácio, que cresceu imensamente entre 1870 e 1888.

A agência de Raimundo no romance foi notável, sobretudo, a partir de meados do ano de 1871. Sem a atuação dessa personagem o romance não teria um bom desfecho para Iaiá. Quando a moça se arrepende da decisão de se casar com Jorge, ao desconfiar que o noivo ainda amava Estela e era correspondido, Iaiá escreve uma carta para Procópio Dias, com a finalidade de reatar relações com ele: o cálculo era correto, com o pai morto e um noivado “suspeito” com Jorge, a moça precisava de algum amparo. Após escrever a carta para Procópio, Iaiá pede que Raimundo a entregue. A reação do africano foi imediata, Raimundo “recebeu-a depois de alguma hesitação”, em seguida, “olhou para o papel e para a sinhá moça” e “sacudiu a cabeça com ar de dúvida”. Iaiá fingiu não perceber a reação de Raimundo, “mas o gesto do preto impressionou-a”. Quando ela se afastava, “Raimundo reteve-a dizendo: - Iaiá me desculpe... esta carta... Raimundo não gosta de falar àquele homem”. O africano raciocinava sobre os fatos e calculava sobre as consequências:

Raimundo não insistiu; acompanhou com os olhos a filha de seu antigo senhor, abanando a cabeça com o mesmo ar de alguns momentos antes. Depois olhou para a carta, como se quisesse adivinhar o que ia dentro. Não era só pressentimento, mas também dedução do que ele via naquelas últimas semanas. Tinham-lhe dado notícia do casamento; falava-se nisso todos os dias antes da morte de Luís Garcia. Morto este, cessou toda a alusão ao projeto, que parecia dever executar-se dentro de pouco tempo. O coração do preto dizia que aquela carta era alguma coisa mais do que um recado sem consequência. Quis levá-la a Estela; mas rejeitou o expediente por lhe parecer infidelidade. Dez minutos depois saiu em direção à casa de Procópio Dias (Iaiá, XVI, 298-299).

Raimundo estava consciente, mais uma vez, da situação que se desenrolava ao seu redor; porém o principal: se à primeira vista parece que o africano defendia e protegia o futuro de Iaiá, pode ser bem provável que ele estivesse pensando, prioritariamente, em seu próprio futuro. O africano poderia ter se lançado em tantos cálculos e resistências à ordem de Iaiá justamente para não correr o risco de cair nas mãos de Procópio Dias. Será que este negociante espertalhão sustentaria a condição de Raimundo, sendo este “escravo e livre”? Ou seria capaz de considerá-lo como propriedade, junto com o dote de Iaiá e o espólio deixado por Luís Garcia? Essa hipótese sobre os cálculos de Raimundo encontra ressonância na dificuldade dos escravos de assegurar direitos conquistados:

(...) Era problemático também fazer valer os direitos conquistados ao antigo senhor- o que na cidade poderia incluir certa autonomia no trabalho, liberdade de movimento, até licença para dormir fora de casa. Algumas vezes, (...) era a própria alforria que estava em jogo. Os escravos ficavam preocupados em garantir os direitos supostamente adquiridos por doação do senhor, mas frequentemente encontravam a oposição dos herdeiros decididos a impedir qualquer subtração ao seu legado- mesmo que para isso tivessem de dar sumiço em testamentos e cartas de alforria.¹²³

Diante dessa possibilidade o cálculo de Raimundo fora preciso: “- Raimundo não achou bonito que Iaiá escrevesse àquele homem, que não é seu pai nem seu noivo, e voltou para falar a nhanhã Estela” (Iaiá, XVII, 315). O fato de Raimundo não ter entregado a carta para Procópio Dias facilitou muito a situação de Iaiá e Estela, que conseguem contornar a situação e promovem o casamento. Para o africano essa era uma maior garantia, pois Jorge certamente conservaria a situação de “livre e escravo” de Raimundo, ofertada outrora por Luís Garcia.

A grande participação de Raimundo nesses momentos finais de resolução de conflitos revelam a importância crucial da personagem para a trama, especialmente a partir da segunda parte do romance, após o término da guerra contra o Paraguai, quando os debates sobre a questão do “elemento servil” retornaram com toda a sua força para as pautas parlamentares. Então, ao ligar todos esses elementos que destacamos até aqui fica clara a importância dada por Machado de Assis ao tema da escravidão, especialmente, da dinâmica de conflito que permeou os debates e disputas entre sujeitos

¹²³ Sidney Chalhoub. *Visões da Liberdade*, p. 137-138.

e correntes políticas discordantes quanto ao encaminhamento do processo de emancipação e, também, a atuação dos escravizados: seja pela força ou pelo crescimento da urgência em tratar da questão do “elemento servil” a partir do final da década de 1860.

2.5. Estela: as mulheres no mercado de trabalho e a educação dos ingênuos

Após a realização do casamento entre Iaiá Garcia e Jorge Gomes, Estela, viúva de Luís Garcia, resolve partir para o norte de São Paulo. A jovem viúva havia recebido uma carta de uma antiga condiscípula, “residente no norte de São Paulo”. Ela propunha que Estela fosse “dirigir-lhe o estabelecimento de educação que ali fundara desde alguns meses” (Iaiá, XVII). O pai da moça ficara desolado com a decisão e não acompanhou a filha na mudança. Ela iria só numa viagem longa para o interior de São Paulo. O destino de Estela foi, no mínimo, inesperado, pois até o último capítulo do romance não tivemos qualquer tipo de menção ao fato de Estela ter trabalhado ou lecionado. O fato intriga, sobretudo pela localização do estabelecimento de educação fundado: norte de São Paulo, sem indicação exata da cidade ou da natureza do estabelecimento.

A última marcação temporal mais precisa no romance menciona meados do ano de 1871, precisamente agosto, quando Jorge terminava sua visita aos seus parentes em Minas Gerais. Provavelmente, diante dos vários acontecimentos que se sucederam podemos supor que estamos entre o final de 1871 e o início de 1872, sendo difícil apontar uma data precisa. Contudo, a referência da transição de 1871 para 1872 e o local do estabelecimento de ensino, norte de São Paulo ainda que aproximado, são taxativos. O que Estela, a “Diógenes feminino”, dama dotada de princípios morais fortes, resignação e justiça, poderia fazer naquele local?

Ao estabelecermos a escravidão como um grande tema de Iaiá Garcia, sobretudo no que diz respeito à lei de 28 de setembro de 1871, remeteremos o leitor para o artigo primeiro, parágrafo primeiro da lei n. 2.040 de 28 de setembro de 1871 que diz: “os ditos filhos menores ficarão em poder e sob autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos”. Até oito anos tudo correria sob a responsabilidade do proprietário da mãe do ingênuo e, apenas após esse período poder-se-ia receber uma indenização de 600 réis do Estado e entregar a criança a este, ou utilizar-se dos serviços do menor até que ele

completasse vinte e um anos de idade. No texto final da lei fala-se apenas em criar, tratar das crianças, porém a educação delas ficaria a cargo de quem? Quem prepararia essas crianças para viver em liberdade? E, de fato, os senhores estariam dispostos a cuidar e tratar de uma criança que não constituiria força de trabalho e propriedade?

Robert Conrad utiliza dados estatísticos do Ministério da Agricultura para nos mostrar que, de modo geral, baseando-se nos nascimentos e nas mortes de ingênuos não se pode dizer que houve uma “mortalidade infantil invulgarmente elevada ou o abandono generalizado de ingênuos, conforme fora previsto pelos oponentes da Lei Rio Branco em 1871”; contudo, as estatísticas apontavam também outras previsões pessimistas:

(...) revelavam (...) que os filhos de mulheres escravas registrados como ingênuos eram muito menos do que o número de crianças que essas mulheres poderiam, naturalmente, ter dado à luz. No final do sétimo ano após a passagem da lei, apenas 278.519 crianças tinham sido registradas, das quais 218. 418 estavam registradas como vivas. O recenseamento de 1872, contudo, registrara 439.027 escravas entre as idades de onze e quarenta anos, isto é, cerca de duas mulheres em idade de ter filhos para cada ingênuo que nascera, que fora registrado e que sobrevivera entre 1871 e 1879 (...) ¹²⁴

Em São Paulo a professora Anália Emília Franco (1856-1919) ¹²⁵ teria percebido a necessidade de acolher crianças abandonadas pelos senhores, a partir da lei de 1871. Como podemos supor poderia não ser rentável a eles sustentar uma criança que não seria comerciável, ao menos aberta e amplamente. ¹²⁶ Portanto, muitos teriam deixado os filhos de suas escravas na roda dos expostos na Santa Casa de Misericórdia, conforme a falta de Registros de Batismo de crianças nascidas de ventre livre, obrigação que consta no decreto n. 4.835 de 01 de dezembro de 1871. ¹²⁷ Anália Franco, em 1872, dirigiu-se

¹²⁴ Robert Conrad. Os últimos anos de escravidão no Brasil, 1978, p. 143.

¹²⁵ Para a contextualização da atuação de Anália Franco como educadora e jornalista utilizamos Tizuko Morchida Kishimoto, A pré-escola em São Paulo. São Paulo: Loyola, 1988 e Samantha Lodi-Correa, Anália Franco e sua ação sócio-educacional na transição do Império para a República. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2009.

¹²⁶ Robert Conrad afirmou que, apesar da lei de 1871 e dos protestos da imprensa e do governo, ainda existiam pessoas que comerciavam ingênuos ou riobrancos, até a data de 1884, quando o fato tomou notoriedade internacional e o Conselho de Estado, que discutia a questão há dezoito meses, levou adiante a legislação que proibia a venda de ingênuos, conduzindo-a para a Câmara de Deputados, ver Os últimos anos da escravidão no Brasil, 1978, p. 142

¹²⁷ Documento que “aprova o regulamento para a matrícula especial de escravos e dos filhos de mulher escrava”. Daniela Fagundes Portela em Dissertação de Mestrado em Educação, “Iniciativas de atendimento para crianças negras na província de São Paulo (1871-1888)”, apontou os pouquíssimos Registros de Batismo de crianças nascidas de ventre livre no acervo eclesiástico da Cúria Metropolitana.

às esposas dos fazendeiros de São Paulo para pedir auxílio financeiro e trocou o seu cargo de professora na capital paulista por outro, no interior, a fim de socorrer crianças necessitadas. Com a ajuda de uma dessas fazendeiras, num bairro de uma cidade do interior de São Paulo que seria, precisamente, Jacareí.¹²⁸ Anália Franco Ela obteve uma casa para instalar uma escola primária e conseguiu que a proprietária da a isentasse do aluguel para tal empreendimento, mas a dona do imóvel impôs como condição que não houvesse “promiscuidade” entre crianças brancas e negras, isto é, que ela não misturasse crianças negras com crianças brancas. Anália recusou a gratuidade e passou a pagar o aluguel de outra residência com seu salário, por isso muitas vezes faltava dinheiro para alimentação e o grupo da Escola Maternal saía às ruas solicitando ajuda.

O comportamento de uma mulher solteira, à época, que recolhia crianças negras abandonadas e com elas estabelecia uma relação de afeto com finalidade educativa, numa sociedade marcada por relações patriarcais, incomodou os contemporâneos e foi cogitada a expulsão de Anália Franco da cidade. Para a época, o papel ocupado pela mulher na sociedade era delimitado, geralmente, ao de mãe e esposa, sendo restrito ao marido “a competência de fixar o domicílio da família, a autorizar a profissão da mulher e dirigir a educação dos filhos”.¹²⁹ Por isso Anália Franco precisou que um grupo de republicanos interviesse no caso. A partir daí a jovem professora continuou suas ações de amparo às crianças abandonadas e instituições de apoio à mulher, na cidade de São Paulo.¹³⁰

Seria possível, nesse contexto, que Machado de Assis estivesse se referindo, por meio de Estela, ao problema que se configurava, à época, em relação ao destino das crianças nascidas de ventre livre? Vejamos os indícios que podemos encontrar por meio

¹²⁸ A localização precisa da Escola Maternal fundada por Anália Franco em 1872 foi mencionada pelo jornal A Província de São Paulo, em 29 de dezembro de 1877, segundo pesquisa de Samantha Lodi-Correa.

¹²⁹ Ingrid Stein. Figuras Femininas em Machado de Assis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 29.

¹³⁰ Anália Franco implantou algumas Escolas Maternais no interior do estado e, depois, voltou para a capital paulista, ainda com o apoio do grupo abolicionista e republicano. O seu prestígio no seio do professorado já era grande quando finalmente foi decretada a abolição da escravidão (1888) e a República (1889). O advento dessa nova era encontrou Anália com dois grandes colégios gratuitos para meninas e meninos. A sua preocupação com as crianças desamparadas, levou-a a fundar uma revista própria, intitulada "Álbum das Meninas", cujo primeiro número foi publicado em 30 de abril de 1898. Posteriormente, com o apoio de vinte senhoras, fundou o instituto educacional que se denominou “Associação Feminina Benficiente e Instrutiva”, a 17 de novembro de 1901, no Largo do Arouche. Também criou várias “Escolas Maternais” e “Escolas Elementares”, instalando, com inauguração solene a 25 de janeiro de 1902, o “Liceu Feminino”, destinado a instruir e preparar professoras para a direção daquelas escolas, com o curso de dois anos para as professoras de “Escolas Maternais” e de três anos para as de “Escolas Elementares”. Para maiores detalhes sobre a biografia de Anália Franco ver, Eduardo Carvalho Monteiro. Anália Franco – a grande dama da educação brasileira. São Paulo: Madras, 2004.

da interlocução entre Iaiá Garcia e o conteúdo do jornal O Cruzeiro, bem como a situação dos ingênuos entre 1877 e 1878, período de escrita e publicação de Iaiá Garcia, quando as primeiras crianças nascidas de ventre livre iriam completar seus oito anos. Primeiro, falaremos brevemente sobre os discursos veiculados pelo impresso no que diz respeito à participação social feminina, isto é, os espaços ocupados pela mulher na sociedade patriarcal da segunda metade do século XIX e as possibilidades de atuação profissional dessas mulheres, no âmbito da educação. Depois, abordaremos, especialmente, um projeto proposto ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas quando se realizou o Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, ocasião em que os proprietários agrícolas puderam falar diretamente ao governo, sem intermédio parlamentar, sobre a situação da lavoura do sudeste brasileiro. Nessa ocasião foram levantados muitos problemas políticos e econômicos, dentre eles, o choque causado pela lei de 28 de setembro de 1871.

Para tentar construir as possíveis opiniões sobre o feminino no período de publicação de Iaiá Garcia, iniciaremos com Rigoletto, o já conhecido comentador do romance-folhetim de Machado. Ele havia frisado a abnegação de Estela, porém não notou sua dimensão ativa, de tomada de consciência de sua posição social e a possibilidade de interpretarmos suas atitudes como luta pela independência feminina. Assim, para buscarmos outras interpretações que poderiam ser inferidas do romance, pelas leitoras e leitores à época, faz-se necessário estabelecer uma interlocução entre o romance e o jornal no qual ele foi veiculado pela primeira vez.¹³¹

No programa do jornal recém-criado o objetivo anunciado era representar os interesses de um “grande número de indivíduos, respeitáveis pelo bom senso de suas opiniões, pela liberdade do seu caráter, pela inteligente energia com que desenvolvem as forças do país, em todas as esferas da atividade humana”.¹³² Entre os principais temas das colunas dessa primeira edição encontramos muitas notícias sobre política e comércio nacional e internacional, mas como se propunha a ser um jornal de variedades, ao decorrer dos números, encontramos outras temáticas tais como: notas literárias, muitos anúncios e textos diversos. Ao lermos a série de artigos dispersos pelo jornal

¹³¹ Para estabelecermos essa interlocução foi fundamentalmente importante a pesquisa realizada por Daniele Megid, “Mulheres de jornal: personagens femininas em romances folhetins de Machado de Assis”. Monografia de Conclusão de Curso. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

¹³² O Cruzeiro, 01 de janeiro de 1878, p. 1.

que versavam sobre temas femininos, tais como dicas de moda, toalete de modo geral e economia doméstica, identificamos que as mulheres poderiam se deparar com muitas informações para o bom comportamento e exercício das prerrogativas de uma mulher “respeitável”, os quais eram desejáveis no contexto de uma sociedade patriarcal. Além disso, nos anúncios, podem ser encontradas muitas mulheres oferecendo seus serviços, como professoras, para meninas, algo muito comum nos periódicos vistos até aqui durante a realização desta pesquisa. Todavia, chama a atenção em O Cruzeiro a ocorrência de notícias em “Boletim” reprovando atitudes de mulheres que se apresentaram embriagadas em público, como a “vergonha de seu sexo”.¹³³ Isso demonstra um intento em educar as leitoras para o exemplar comportamento em sociedade; todavia, num contexto de transformações sociais importantes, em que se discutiam novas formas de organização da sociedade, partindo de seu elo mais fraco, o “elemento servil”, é de se supor que as mulheres, também subjugadas pelo poderio patriarcal, estivessem ampliando de algum modo suas esferas de atuação na sociedade.

Sendo assim, podemos com toda a certeza afirmar que Estela seria lida por suas contemporâneas como uma mulher de conduta tradicional, defensora da família; como ótima filha, zelando pelo pai, e, depois, como esposa e madrastra, lutando pela harmonia no lar e pela felicidade da enteada, fazendo coro à assertiva inicial de Antunes para a filha “-Tu vales muito” (Iaiá, XVII, 321). Por outro lado, seria igualmente possível tomá-la como um exemplo de resistência à posição social ocupada pela mulher, de “permanente” dependente do homem, seja do pai ou do marido. Estela, ao decidir enganar as investidas de Jorge, temendo o abismo social que os separava, também estava evitando aumentar sua situação de dependente, ao ligar-se a um herdeiro abastado e poderoso, por isso, no mesmo diálogo, Antunes diz à filha: “-Tu chegaste a amá-lo (...) Amaram-se? E só agora sei...Bem digo eu; tu és uma fera” (Iaiá, XVII, 322).

Em certos aspectos o periódico analisado noticiou casos de mulheres que atingiram alguma autonomia; porém, eles vinham do exterior na seção “Ecos do Exterior” ou no “Boletim”, noticiando situações de diversos países.¹³⁴ Consequentemente, muitas pesquisas e interpretações sobre as leituras e interlocuções

¹³³ “Boletim”. O Cruzeiro, 06 de fevereiro e 08 de fevereiro de 1878.

¹³⁴ “Ecos do Exterior, 08 de janeiro de 1878, “Boletim”, 09 de fevereiro de 1878 e “Boletim”, 21 de fevereiro de 1878, em O Cruzeiro.

poderiam ser realizadas a partir daqui, explorando as possibilidades de conquista de outros espaços pelas mulheres. Para tanto é significativo notar que O Cruzeiro abordou também o tema da educação feminina e da formação das moças como professoras, abrindo caminho para a atuação profissional das mulheres.¹³⁵

No mesmo ano de publicação de Iaiá Garcia, 1878, realizava-se o Congresso Agrícola do Rio de Janeiro de 08 a 12 de junho, convocado pelo Conselho de Ministros e Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, visconde de Sinimbu. Essa foi a primeira vez na história do Brasil independente que os proprietários agrícolas tiveram a oportunidade de falar diretamente ao governo e não por intermédio de representantes parlamentares ou associações de classe.¹³⁶

A realização desse Congresso nos legou um material riquíssimo para a análise das relações entre os proprietários rurais e o governo imperial, desenhando um belo quadro dos problemas da grande lavoura do sul do Brasil. Segundo José Murilo de Carvalho esse momento era “particularmente difícil”, pois:

(...) a grande agricultura se achava numa encruzilhada, (...) De um lado, a libertação dos nascituros, feita em 1871, definiria prazo fatal para o fim da mão de obra escrava; de outro, as experiências com a imigração europeia, especialmente pelo sistema de parceria, não se mostrava ainda viável.¹³⁷

Do ponto de vista financeiro as coisas não se mostravam nada melhores. O governo imperial ainda tinha que conviver com grandes dívidas, internas e externas, adquiridas no contexto do financiamento da guerra do Paraguai. Além disso, no ano de 1878, as províncias do norte sofreram uma das piores secas já vistas. Portanto, o auxílio

¹³⁵ Publicou-se uma série de textos sobre o ensino público, abordando a importância das escolas normais e, na conclusão do debate, afirmou-se que dentre as muitas vantagens dessa iniciativa seria “concorrer para fazer do ensino um emprego permanente”, isto é, inspirar “os jovens e as jovens que se sentem com disposição e gosto” para esse exercício. O Cruzeiro, 12 de fevereiro de 1878, p. 3.

¹³⁶ O literato Machado de Assis acompanhou com interesse a realização do Congresso Agrícola, que foi tema central da crônica de 14 de julho de 1848, no “Folhetim do Cruzeiro”, em “Notas Semanais”. Segundo o cronista Eleazar, pseudônimo de Machado, “O tópico essencial da semana foi o congresso agrícola. Não trataram de outra coisa os jornais, nem de outra coisa se falou nos bondes, nas ruas, nas lojas, onde quer que três homens se reuniam para matar o bicho da curiosidade”. Apud: Machado de Assis. Notas semanais. Organização, introdução e notas de John Gledson e Lúcia Granja. Campinas, SP. : Editora da Unicamp, 2008, p. 155.

¹³⁷ José Murilo de Carvalho, “Introdução” em Congresso Agrícola. Edição fac-similar dos anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro em 1878. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p. V.

aos fazendeiros era uma demanda urgente do governo imperial, mas não apenas devido à crise econômica da lavoura, “motivos políticos aconselhavam medidas que atenuassem o choque causado pela lei de 1871”¹³⁸, apesar de o governo central ter feito esforços para auxiliar a grande lavoura, por meio de crédito, desde o governo Rio Branco (1871-1875). Em 1878, no entanto, com a subida dos liberais ao poder depois de dez anos de governo conservador, tornava-se urgente a tomada de medidas para amenizar as reclamações dos fazendeiros e aproximá-los do governo central.

No jornal *O Cruzeiro*, na seção “Boletim”, as leitoras e leitores de Iaiá Garcia acompanhavam ansiosos, logo acima do folhetim, as notícias sobre a organização do novo gabinete liberal. No dia 06 de janeiro de 1878 anunciavam-se finalmente os ministros que comporiam o Conselho, chefiado por Sinimbu. O texto do jornal chama atenção para o processo eleitoral, agredido por ambos os partidos, conservador e liberal. Também se reivindicava maior atuação do governo central para a promoção da imigração e a necessidade do voto direto, transmitindo assim supostas demandas da população do Rio de Janeiro em relação à nova gestão que se iniciava. De certo modo, no Congresso Agrícola, além da constante alegação de que a lavoura precisava de mais crédito financeiro, o problema da mão de obra foi uma pauta importantíssima, sobretudo pela necessidade de braços para a lavoura nacional, que sofria, segundo o argumento dos fazendeiros presentes no Congresso, as consequências da Lei do Ventre Livre. Como veremos os “lamentos senhoriais” ainda não chegaram ao seu termo, mesmo após praticamente oito anos da aplicação da lei de 28 de setembro de 1871.

Dentre os projetos oferecidos à consideração do Congresso Agrícola de 1878 encontramos o “Banco Auxiliar de Colonização e Imigração” elaborado pelo Sr. Sebastião Gomes da Silva Belfort. Após apresentar o Programa Geral do Projeto, o autor menciona como título I de seu projeto “A Lei n. 2040 de 28 de setembro de 1871”. Aqui se manifesta uma arguição interessantíssima para o nosso propósito. Primeiro, o autor reconhece a importância capital da lei por apagar “a sangrenta e nefanda nódoa que manchava a sociedade brasileira, lei que depois da promulgação de nossa constituição é o ato mais importante sancionado pelo poder legislativo”; todavia, essa lei teria gerado dois problemas difíceis de serem resolvidos. “De fato”, diz o relator do projeto, “só na educação prática, moral e religiosa dos filhos da mulher escrava, e na introdução de braços livres, de que tanto carece nossa agricultura, se pode chegar a essa

¹³⁸ José Murilo de Carvalho, “Introdução” em Congresso Agrícola, p. V.

solução”.¹³⁹ Por isso Silva Belfort convida a nação a refletir com mais calma sobre a lei, que tem como princípio humanitário a ideia da emancipação, mas que pelos “fatos decorridos”, mostra-se imperfeita, pois reserva aos ingênuos um “negro porvir”, se nada for feito para mudar o quadro que o autor enxerga na prática cotidiana da lei:

Se percorrem-se os hospícios de expostos, ver-se há que o número desses infelizes é já avultadíssimo; que os dados estatísticos acusam a mortalidade espantosa, cerca de 40 a 50 %; que, por mais que a morte ceife suas vítimas, não pode dar vazão à sua clientela, pois que o número é cada vez mais crescido. Fora destes estabelecimentos, no mundo real, os fatos assumem maior gravidade. Se fosse possível computar o número de abortos e das crianças separadas de suas mães, que são alugadas para amas de leite, chegar-se-ia ao conhecimento exato da cifra da população de que é anualmente privado o país. O que concluir desse estado de coisa, senão que há na lei lacunas graves que convém sanar, sendo a principal a obrigação imposta ao possuidor da mulher escrava de criar o ingênuo até a idade de sete anos, com promessa de receber juros de uma apólice de 600\$000 até sua maioridade, caso a morte não o fira antes do prazo?¹⁴⁰

Para Silva Belfort a situação era demasiadamente vergonhosa para continuar a listar os problemas aos quais os ingênuos estavam expostos, desprotegidos, desmoralizados socialmente e sem educação alguma. A sociedade brasileira, segundo o autor, desconhecia o “pauperismo (...) bem como os vícios que nele têm origem, e se dos infelizes ingênuos se não cuidar desde já, é de recear que a nossa imprevidência implante no país o maior cancro das sociedades modernas”.¹⁴¹ O ataque de Belfort à lei de 1871, a despeito de suas intenções, que eram as de apontar para a necessidade de promover a colonização e a imigração, aja visto que a referida lei alterou as bases do trabalho na sociedade brasileira, destacou importantes aspectos práticos da lei que não criou dispositivos específicos para a educação dessa população que nasceria livre, mas ainda estava atrelada à estrutura social escravista, sem ter qualquer noção sobre como exercer sua liberdade, isto é, viver e trabalhar como livre.

Sendo assim torna-se muito plausível supormos que Machado de Assis, atento às transformações e problemas pelos quais o Brasil passava especialmente nessa década de

¹³⁹ “Banco Auxiliar de Colonização e Imigração”. Congresso Agrícola. Edição fac-similar dos anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro em 1878. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p. 107.

¹⁴⁰ Idem, p. 108.

¹⁴¹ Idem.

1870, sobretudo em função de seu trabalho de chefia na Diretoria da Agricultura do Ministério da Agricultura¹⁴² tenha inserido, ainda que de modo alegórico, referências que os contemporâneos à sua obra reconheceriam como problemas reais da aplicação da lei. Além disso, ainda que pareça pouco importante o nome de Anália Franco, merece destaque sua atuação entre o final da década de 1860 e início de 1870, sobretudo pela continuidade de suas ações sócio-educativas aplicadas à infância e o apoio à mulher na década de 1880 na cidade de São Paulo¹⁴³.

Evidentemente, não pretendemos afirmar que Machado de Assis, por meio de Estela, se referira especificamente, à Anália Franco. Não encontramos em Iaiá Garcia nenhum indício patente disso, embora a suposição possa ser plausível. A menção ao problema social vivido em 1878, que consistia em um contingente de crianças nascidas e crescidas num contexto pós-1871, e, o fato específico do abandono notado em São Paulo, de modo especial, pode ter sido referência importante para a narrativa do desfecho de Iaiá Garcia e sua caracterização de um período de conflitos e transformações sociais intensas.

Capítulo 3

Quincas Borba: alegoria política e escravidão

¹⁴² Segundo Sidney Chalhoub em Machado de Assis, Historiador, Machado ingressou no Ministério da Agricultura, no cargo de primeiro oficial, por decreto de 31 de dezembro de 1873 e, tornou-se chefe da segunda seção da Diretoria da Agricultura por decreto de 07 de dezembro de 1876.

¹⁴³ Entre 1879 e 1888 Anália Franco também participou como colaboradora do jornal *Eco das damas*: órgão dos interesses da mulher, crítico, recreativo, científico e literário. Esse periódico circulou durante oito anos no Rio de Janeiro, tempo considerável, se levar em conta o perfil do periódico, o que demonstra uma demanda pelo assunto e um posicionamento feminino em relação às transformações sociais que ocorriam à época. O jornal tinha como redatora e fundadora Amélia Carolina da Silva Couto e, além de Anália Franco, figuravam como colaboradoras Emiliana de Moraes, Marcia Zelina Rotin e Ignez Salurio Pinho Maia, ver verbete “Amélia Carolina da Silva Couto” em *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Schuma Schumacher e Erico Vital (orgs). Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 200.

No capítulo anterior abordamos os principais momentos de crise do Império brasileiro entre o final da década de 1860 e início da década de 1870, os quais podem ser lidos, por meio de uma interpretação alegórica, em *Iaiá Garcia*. Segundo John Gledson, crítico mencionado durante nossa análise de *Iaiá*, esta obra foi uma tentativa de “abordar a crise final da década de 1860 e início de 70, cujos êxitos e fracassos têm importantes implicações para a realização final de *Quincas Borba*”.¹⁴⁴ Dessa forma, poderíamos traçar uma linha de continuidade na abordagem temática e temporal entre *Iaiá* e *Quincas*. Ambos pretenderam transmitir interpretações sobre as transformações sociais e políticas que marcaram profundamente as décadas de 1860 e 1870, sendo esta uma constante em muitas das produções ficcionais machadianas. Nesse sentido, do mesmo modo que procuramos argumentar a presença de uma marcação temporal específica em *Iaiá Garcia*, remetendo aos principais acontecimentos do final da década de 1860 até 1871, aprovação da Lei do Ventre Livre, identificando a escravidão como grande tema do romance machadiano supracitado, pretendemos aplicar a mesma hipótese à leitura de *Quincas Borba*, romance publicado pela primeira vez em folhetim entre 1886 e 1891 na revista *A Estação*.

3.1. *Quincas Borba* em *A Estação*: jornal ilustrado para a família.

A Estação era uma revista de modas editada pela tipografia H. Lombaerts & Cia que mantinha, também, uma seção literária na qual Machado de Assis era uma “espécie de diretor espiritual”,¹⁴⁵ dado que sua contribuição se dera desde a primeira edição da revista, em 1879.¹⁴⁶ A revista era uma continuação da publicação *La Saison*, publicação francesa que circulou no Brasil entre 1872 e 1878. Nessa nova versão brasileira, *A Estação* pretendia produzir um periódico mais adequado aos leitores nacionais, com publicações que interessassem especialmente ao público feminino. A revista compunha-se de um editorial sobre moda, o “Jornal de Modas”, e uma “Parte Literária”, além dos anúncios. O periódico teve grande sucesso e circulou na cidade do Rio de Janeiro até

¹⁴⁴ John Gledson, Machado de Assis: Ficção e História, p. 63.

¹⁴⁵ Marlyse Meyer, Caminhos do imaginário no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 66.

¹⁴⁶ Machado de Assis publicou em *A Estação*, além de *Quincas Borba*, 37 contos, 06 poemas e uma novela e outras publicações variadas tais como críticas, resenhas, editoriais e traduções.

1904, com publicações quinzenais. A pretensão dos editores era segundo o editorial de estreia de 15 de janeiro de 1879, “criar um jornal brasileiro indispensável a toda mãe de família econômica que deseja trajar e vestir suas filhas segundo os preceitos da época”.¹⁴⁷ Ali, portanto, as leitoras encontravam moldes e riscos para costurar trajes adequados às várias ocasiões, dando continuidade ao perfil já adotado pela *La Saison*; contudo, a parte literária da edição brasileira não estava na publicação francesa, sendo uma novidade de *A Estação* e propiciando a oportunidade de criar um espaço literário nacional num periódico lido, especialmente, pelo público feminino. A inclusão da parte literária, que abordava ficção, belas artes, cultura e entretenimento, sinalizava a abertura do periódico, também, para outros públicos além do feminino, por isso o título de *Jornal ilustrado para a família*.

Esse brevíssimo comentário sobre *A Estação* já nos oferta uma possível indicação sobre o público leitor do folhetim de Machado de Assis. A “Parte Literária”, que mais nos interessa, compunha-se de quatro páginas até 15 de agosto de 1890, e, a partir desta data, foram acrescentadas mais duas páginas à seção, que recebia também um maior número de anúncios. Neste texto não pretendemos traçar as interlocuções entre *Quincas Borba* e as publicações da “Parte Literária” de *A Estação*, pois isso nos conduziria para outras considerações que fogem ao escopo desta monografia. Portanto, iremos nos limitar a mencionar algumas das várias alterações que Machado de Assis realizou entre a publicação de *Quincas* em folhetim e em livro, na medida em que tais mudanças influenciaram na construção da personagem Rubião.

A Estação começou a publicar o romance de Machado de Assis, de duas em duas semanas, no dia 15 de junho de 1886 e terminou em 15 de novembro de 1891.¹⁴⁸ A publicação de *Quincas Borba* em forma de livro estava à venda em novembro de 1891, publicada por B. L. Garnier, e, ainda, publicou-se mais outras duas edições em vida do autor, em 1896 e 1899.

¹⁴⁷ “Aos nossos leitores”, *A Estação: jornal ilustrado para a família*, 15 de janeiro de 1879, p. 1.

¹⁴⁸ Para os comentários sobre a publicação e circulação do romance e publicação em livro utilizamos Raimundo Magalhães Júnior. *Vida e obra de Machado de Assis*, v. 3: *Maturidade*. Rio de Janeiro: Record, 2008, John Gledson. *Machado de Assis: ficção e história*, p. 58-113 e John Gledson e Ana Cláudia Suriani da Silva. “Guia para melhor entender o texto da versão-folhetim de *Quincas Borba*”, disponível em www.machadodeassis.net/hipertx_romances/obras/quincasborbaestacao.htm, acesso em 06/06/2015.

3.2. Quincas Borba: um romance sobre a “questão do elemento servil” e a política Imperial das décadas de 1860 e 1870.

Assim como em Iaiá Garcia, Quincas Borba tem um título que engana quanto à sua temática. Apesar de Quincas ser uma personagem importante ele não é o protagonista da narrativa, ou protagonistas, já que não sabemos, ao certo, se o título se refere ao filósofo Quincas Borba ou ao seu cão, de mesmo nome. Na verdade Rubião e Sofia, segundo Hélio de Seixas Guimarães, são as grandes protagonistas da narrativa. Contudo, ao contrário de Iaiá que tem uma grande heroína, Estela, mulher íntegra e constante, Quincas Borba apresenta personagens volúveis e divididas. Rubião seria um homem dividido, em todos os aspectos; em relação ao seu passado, dado que ele foi repentinamente “transformado” de professor em capitalista; em suas referências cotidianas, alteradas na mudança de Barbacena para o Rio de Janeiro; moralmente, entre sua amizade por Palha e o amor por Sofia e, psicologicamente, num abismo crescente entre o “espírito e o coração”. Insistindo um pouco mais nas comparações, o crítico Hélio de Seixas Guimarães aponta que, apesar de a ação das duas narrativas se desenvolverem no mesmo tempo e lugar, isto é, Rio de Janeiro, final da década de 1860 e início da década de 1870, sendo que Quincas Borba pode ser situado temporalmente entre 1867 e 1871, período de importantes transformações que marcaram o início do fim do Império, quando a mobilidade social e as possibilidades de ascensão tornaram-se mais frequentes; como exemplificam as estratégias de Rubião, Sofia e Cristiano Palha para ascender na escala social. Destarte, parece um tanto difícil “acreditar que Sofia e Estela sejam fruto do mesmo tempo e lugar, já que a mulher do Palha é a antípoda da integérrima Estela, que chega ao final do livro orgulhosa de nunca ter seu nome servido ‘de pasto à natural curiosidade dos amigos de seu marido’”.¹⁴⁹

Por outro lado, ficamos mais limitados na tentativa de caracterizar Sofia. A narrativa empregada por Machado de Assis em Quincas é muito mais complexa do que aquela adotada em Iaiá. Certamente, ambos são narrados em terceira pessoa, mas o narrador de Quincas adota estratégias que deixam o leitor indeciso quanto à “veracidade” de sua exposição dos fatos. Pouquíssimas são as ocasiões em que o narrador propicia abertura para acessarmos vislumbrarmos os pensamentos e ideias de

¹⁴⁹ Hélio de Seixas Guimarães. Os leitores de Machado de Assis, p. 185-186.

Sofia, no máximo temos interjeições. Quase tudo passa pela manipulação do narrador, que arranja e rearranja fatos e situações.

Todavia, segundo Hélio Guimarães, o contraste entre as duas narrativas não se resume ao abismo moral existente entre Estela e Sofia, pois todo o ambiente ficcional de Quincas Borba é imensamente mais “diversificado, dinâmico e arejado”¹⁵⁰ do que o de Iaiá. Quincas Borba apresenta o ambiente de província e o seu contraste, Barbacena; mesmo dentro do Rio de Janeiro, encontramos desde os subúrbios da corte até as casas de grandes personalidades do governo do Estado. Isso pode significar, a um leitor mais descuidado, que as duas narrativas não se desenvolvem no mesmo tempo e espaço, ou mesmo, “foram escritas por diferentes autores”. Para o crítico, como sabemos que nenhuma das duas alternativas anteriores é verdadeira, apenas nos resta supor uma mudança radical no escritor, “este agora se move em águas bastante diferentes, tanto no que se refere à técnica narrativa e a percepção do universo a ser representado quanto na relação que a obra pressupõe com seus possíveis interlocutores”.¹⁵¹

Em Iaiá Garcia, escrito em 1878, a sinceridade e a piedade preservam-se do “naufrágio das ilusões” (Iaiá, XVII, 324), já em Quincas Borba, de 1891, na versão final publicada em livro, os interesses em ganhar vantagens e lucros sobre a herança de Rubião dão o mote ao desenrolar da trama, sem contar as referências literárias “disparatadas”¹⁵², que fugiam aos padrões de leitura da época¹⁵³ e, não estavam presentes em Iaiá Garcia. Segundo Guimarães, os livros marcaram presença ostensiva e os jornais e revistas circulavam com uma desenvoltura até então não vista nas obras machadianas anteriores. Rubião, afirma o crítico, é o representante do padrão de leitura mais dominante à época, isto é, da literatura com caráter principalmente “ornamental” e segundo o qual poderíamos dizer que os leitores do folhetim e do livro se identificariam. Como exemplos, as estátuas de Mefistófeles e Fausto que enfeitavam a sala de Rubião e não tinham motivos literários para sua presença, além do fato de serem feitas de “matéria de preço”.¹⁵⁴ Isso nos auxilia a caracterizar a personagem Rubião, classificada pelo próprio Quincas Borba como ignaro, que após ganhar a herança deste já não

¹⁵⁰ Idem, p. 186.

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² Hélio de Seixas Guimarães. Op. cit., p. 187.

¹⁵³ Como exemplos, a peça que o comensal de Rubião veria se fosse a Atenas, Pobre das Ruínas; Saint Clair das Ilhas ou dos Desterrados da Ilha da Barra, único volume da biblioteca de Siqueira e sua filha; as leituras de Quincas Borba, Byron, Gonçalves Dias e as Confissões de Santo Agostinho. Além dos leitores de livros técnicos e jurídicos: Camacho, Teófilo e Fernanda.

¹⁵⁴ Hélio de Seixas Guimarães. Op. cit., p. 188.

encontrava mais meios para empregar seu tempo livre e lia os almanaques de Laemmert para decorar os nomes de marqueses e barões. Lia também as histórias de Dumas, pai, e Feuillet, propiciando momentos de exagerada imaginação das cenas da corte francesa, o que nos capítulos finais do romance serão elementos compositivos da loucura de Rubião, a ser explorada com maiores detalhes no desenvolvimento deste capítulo da monografia, cujo principal mote será a trajetória desta personagem principal de Quincas Borba: Rubião José de Castro, no folhetim de A Estação (1886-1891) ou Pedro Rubião de Alvarenga, no volume em livro publicado em 1891.

3.3. A construção da alegoria política machadiana: Pedro Rubião de Alvarenga e Napoleão III

O Humanitismo de Quincas Borba:

Quincas Borba inicia-se com a narrativa do fim da vida do filósofo e amigo de Brás Cubas, Joaquim Borba dos Santos, que formulou o Humanitismo em Memórias Póstumas de Brás Cubas. Apesar do título do romance-folhetim, poderíamos dizer que uma das personagens principais ou figura central ao redor da qual se desenvolve toda a trama é Rubião, ex-professor e atual enfermeiro de Quincas Borba. Ele acabará herdando toda a fortuna de Quincas e se mudará de Barbacena, Minas Gerais, para o Rio de Janeiro, onde encontrará dificuldades de adaptação à vida na Corte sendo manipulado, principalmente, por Cristiano Palha e Sofia, um casal ambicioso e ávido pela ascensão social. A não adaptação de Rubião à vida de “capitalista” o levará a um quadro de loucura irreversível, findo com sua morte: solitário e sem dinheiro. Esse desfecho, em certo sentido, atesta a filosofia de Quincas Borba, o Humanitismo, exposta em Memórias Póstumas de Brás Cubas, e sintetizada na célebre frase do filósofo proferida em Quincas Borba: “Ao vencedor, as batatas”.

Os leitores que acompanharam as Memórias Póstumas de Brás Cubas na Revista Brasileira (1880) ou em livro (1881) certamente se lembrariam da personagem Quincas Borba. Ele aparece na narrativa de Brás como um amigo dos tempos da escola primária, que era muito cruel com o pobre professor Ludgero Barata; mas, ao mesmo tempo era, segundo o narrador, “uma flor”, um menino “gracioso, inventivo e travesso”, que se

fazia de “imperador nas festas do Espírito Santo”.¹⁵⁵ Muito adiante, os dois se reencontrarão já adultos, por acaso, e o contraste com a imagem do menino gracioso, inteligente e abastado foi grande: uma figura esquelética, a barba pintada de branco, um “maltrapilho avelhantado” (MPBC, LIX, p. 99).

Quincas Borba disse que havia passado por uma vida de misérias, atribuições e lutas. Se nas festas da infância ele figurava como rei, agora era um mendigo. Ainda que o amigo de Brás Cubas tivesse passado por situações difíceis, ele não manifestava uma “resignação cristã”, tampouco “conformidade filosófica”. A miséria teria atingido Quincas de tal modo que “lhe calejara a alma, a ponto de lhe tirar a sensação de lama. Arrastava os andrajos, como outrora a púrpura: com certa graça indolente”. Diante disso o narrador, Brás Cubas, mostra disposição em ajudá-lo arranjando-lhe “alguma coisa”. Porém, Quincas Borba não queria trabalhar, desejava apenas dinheiro, o que Brás ofereceu: “uma nota de cinco mil réis”, dizendo, “-Pois está em suas mãos ver outras muitas (...) Trabalhando”. A resposta de Quincas não fora nada receptiva, “fez um gesto de desdém; calou-se alguns instantes; depois disse-me positivamente que não queria trabalhar. Eu estava enjoado dessa abjeção tão cômica e triste, e preparei-me para sair” (MPBC, LIX, 100). A conversa entre os dois continuava e Quincas expunha sua “filosofia da miséria”; depois, ele abraçou Brás e furtou-lhe o relógio do bolso. Brás, então, refletiu sobre a necessidade de regenerar Quincas Borba, de o “trazer ao trabalho e ao respeito de sua pessoa” (MPBC, LXI, 102). A ideia, todavia, passou depressa, mesmo que tenha surgido como um projeto para Brás Cubas.

Mais adiante, no capítulo CIX, descobriremos que Quincas “herdara alguns pares de contos de réis de um velho tio de Barbacena” (MPBC, CIX, 151).¹⁵⁶ Enfim, sem qualquer esforço o filósofo obtivera dinheiro e formulara o Humanitismo, filosofia destinada a arruinar todos os outros sistemas filosóficos. Esse sistema exposto em Memórias Póstumas de Brás Cubas e em Quincas Borba é “o princípio das coisas”, “substância original” que se multiplica e se manifesta em todos os homens e em todas as coisas: “repartido e resumido em cada homem” (MPBC, CXVII, 158-159). Tal filosofia aplicada à observação da organização social do Brasil, à época, converte-se em uma justificativa para as mazelas sociais, tornando-as naturais e, até mesmo, necessárias:

¹⁵⁵ Machado de Assis, Memórias Póstumas de Brás Cubas. São Paulo: FTD, 1997, p. 43-44. Doravante, abreviado por MPBC, seguido pelo capítulo e pela página, respectivamente.

¹⁵⁶ O que em Quincas Borba (versão em livro de 1891) é mencionado novamente no capítulo IV.

(...) Mas eu não quero outro documento da sublimidade do meu sistema, senão este frango. Nutriu-se de milho, que foi plantado por um africano, suponhamos, importado de Angola. Nasceu esse africano, cresceu, foi vendido; um navio o trouxe, um navio construído de madeira cortada no mato por dez ou doze homens, levado por velas, que oito ou dez homens teceram, sem contar a cordoalha e outras partes do aparelho náutico. Assim, este frango, que eu almocei agora mesmo, é o resultado de uma multidão de esforços e lutas, executados com o único fim de dar mate ao meu apetite. (MPBC, CXVII, 160, grifos nossos)

A exposição mais prática dessa filosofia, porém, seria proferida por seu próprio autor em *Quincas Borba*, capítulo VI, numa conversa entre o filósofo e seu enfermeiro, Rubião. Em grande medida, *Memórias Póstumas e Quincas Borba* se complementariam na explicação e caracterização dessa filosofia. Quincas falava da morte da avó, vítima de um desastre no largo do Paço. Ela saía da Capela Imperial, que à época era Real, em dia de grande festa para tomar uma cadeirinha, quando fora esmagada por um carro, cujas bestas dispararam. Segundo o filósofo, Humanitas estava com fome, isto é, o condutor do carro fustigou as bestas para ir buscar o patrão e, como estava faminto pelo almoço, fez as bestas correrem demasiadamente; estas encontraram a avó de Quincas pelo caminho. Poderia ser qualquer outra pessoa ou qualquer outra coisa, daria na mesma, pois segundo Quincas “o primeiro ato dessa série de atos foi um movimento de conservação: Humanitas tinha fome”.¹⁵⁷ Isso dera ensejo para o filósofo falar sobre o que é a morte e a vida, a saber: manifestações de Humanitas, ou o princípio indestrutível que, “resume o universo e o universo é o homem” (Quincas, VI, 13). Rubião não entendera muito bem a explanação filosófica sobre a manifestação de Humanitas e a morte da avó de Quincas, por isso este tenta explicitar a ideia, agora proferindo a faceta mais interessante de sua filosofia:

(...) rigorosamente não há morte, há vida, porque a supressão de uma é a condição de sobrevivência da outra, e a destruição não atinge o princípio universal comum. Daí o caráter conservador e benéfico da guerra. Supõe tu um campo de batatas e duas tribos famintas. As batatas apenas chegam para alimentar uma das tribos, que assim adquire forças para transpor a montanha e ir à outra vertente, onde há batatas em abundância; mas, se as duas tribos dividirem em paz as batatas do campo, não chegam a nutrir-se

¹⁵⁷ Machado de Assis. *Quincas Borba*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Livreiro-Editor, 1891, p. 11. Doravante, abreviado por Quincas, seguido pelo número do capítulo e da página.

suficientemente e morrem de inanição. A paz, nesse caso, é a destruição; a guerra é a conservação. Uma das tribos extermina a outra e recolhe os despojos. Daí a alegria da vitória, os hinos, aclamações, recompensas públicas e todos os demais efeitos das ações bélicas. Se a guerra não fosse isso, tais demonstrações não chegariam a dar-se, pelo motivo real de que o homem só comemora e ama o que lhe é apazível ou vantajoso, e pelo motivo racional de que nenhuma pessoa canonisa uma ação que virtualmente a destrói. Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas (Quincas, VI, 14).

Rubião, depois de ouvir essa inflamada palestra filosófica ainda encontrara fôlego para questioná-la: “- Mas, e a opinião do exterminado?”. A réplica do filósofo se segue como consequência de sua premissa: “Não há exterminado. Desaparece o fenômeno; a substância é a mesma. Nunca viste ferver água? Hás de lembrar-te que as bolhas fazem-se e desfazem-se de contínuo, e tudo fica na mesma água. Os indivíduos são essas bolhas transitórias”. Ainda assim, Rubião tenta questionar: “Bem; a opinião da bolha...”; mas o filósofo continua, abruptamente: “-Bolha não tem opinião” (Quincas, VI, 15).

Evidentemente, nesse ponto inicial da narrativa, Rubião se identificara com o vencido. Era um pobre trabalhador que já havia lecionado e tentado a sorte em outros ofícios. Para ele era difícil penetrar a lógica do discurso de Quincas; assim como o africano transportado de Angola, Rubião integrava uma cadeia de “esforços e lutas” compostos com a única finalidade de servir a pessoas como Quincas. Apenas no capítulo XVIII Rubião conseguirá, enfim, compreender o Humanitismo. O enfermeiro já era, então, herdeiro universal de Quincas e, “pela primeira vez, atentou bem na alegoria das tribos famintas e compreendeu a conclusão: ‘Ao vencedor, as batatas!’ (...) Tão simples! Tão claro! Olhou para as calças de brim surrado e o rodaque cerzido, e notou que até há pouco fora, por assim dizer, um exterminado, uma bolha extinta; mas que ora não, era um vencedor” (Quincas, XVIII, 36).

O Humanitismo é um recurso complexo. Ele atribui caráter de necessidade aos atos cometidos pela pura manifestação da vontade patriarcal, como podemos observar na falta de qualquer racionalidade nos argumentos apresentados por Quincas Borba. Isso, por sua vez, também pode ser elencado como uma característica do próprio narrador de Quincas Borba, até ao limite de afirmar que as catástrofes são úteis, como no conto da choupana que “ardia na estrada”, enquanto a dona, “um triste molambo de

mulher”, chorava sua desgraça, e um ébrio pedia licença para acender seu charuto nas chamas. Ao que o narrador conclui “não é preciso estar embriagado para acender um charuto nas misérias alheias” (Quincas, CXVII, 266).

Para Magalhães Azeredo, autor de uma longa crítica publicada em *O Estado de S. Paulo*, o Humanitismo ditou que “todas as complicações se resolvem pela regra de Hobbes: o mais forte devora o mais fraco; logo, a maior felicidade é ser forte, descender do peito ou dos rins de Humanitas; a única desgraça é não ter nascido”.¹⁵⁸ A identificação realizada por um leitor contemporâneo entre o Humanitismo e a filosofia de Thomas Hobbes exposta em *Leviatã* ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil (1651) é sugestiva. A despeito da simplificação da tese hobbesiana realizada por Azeredo, de fato, existem alguns pontos em comum entre a tese do filósofo fictício de Machado de Assis e a filosofia política de um dos principais teóricos do Absolutismo, sobretudo, no que concerne à composição da sociedade. Segundo Hobbes a sociedade ou Estado é um corpo artificial complexo e a metáfora do *Leviatã*, monstro marinho citado na Bíblia, refere-se a um gigante coroado com o corpo formado por milhares de homenzinhos. Com a mão direita, o monstro segura uma espada simbolizando o poder temporal e na esquerda uma cruz episcopal, símbolo do poder espiritual. Tal figura é bem semelhante à descrição de Humanitas no capítulo CXVII de *Memórias Póstumas*: a distribuição dos homens conforme as diferentes partes do corpo de Humanitas, seguindo, para tanto, a “grande lei do valor pessoal (...) descender do peito ou dos rins de Humanitas (...) é ser um forte” o que é diferente de “descender dos cabelos ou da ponta do nariz” (MPBC, CXVII, 158). Isso, em Hobbes, corresponderia, grosso modo, à gênese de formação do Estado ou da sociedade.¹⁵⁹ Hobbes buscava conferir legitimidade ao poder absoluto do monarca, argumentando que o homem apenas poderia viver em paz e em sociedade se concordasse em se submeter ao poder político absoluto do soberano; Quincas, por seu turno, utilizara Humanitas para justificar a desigualdade social e a negação de direitos às “bolhas transitórias” e tal

¹⁵⁸Magalhães Azeredo, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo 26/04/1892, p. 1, em Hélió de Seixas Guimarães. Os leitores de Machado de Assis, p. 356.

¹⁵⁹Thomas Hobbes argumenta que: (...) No Estado, a soberania é uma alma artificial, pois dá vida e movimento a todo o corpo; os magistrados e outros funcionários judiciais ou executivos, juntas artificiais; a recompensa ou o castigo (pelos quais ligados ao trono da soberania, juntas e membros são levados a cumprir seu dever) são os nervos (...); a riqueza e a prosperidade de todos os membros individuais constituem a força (...); os conselheiros, por meio dos quais todas as coisas necessárias lhe são sugeridas, são a memória; a justiça e as leis, razão e vontade artificiais (...), em *Leviatã* ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil. Tradução Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004, p. 15.

consequência de seu sistema filosófico fica mais clara se identificarmos outras influências notadas no Humanitismo.

Araripe Junior em “Ideias e Sandices do ignaro Rubião”¹⁶⁰ identificou na filosofia de Quincas, no que concerne à luta pela sobrevivência, “os paradoxos de Xenófanes, de Parmênides, de Górgias, de Leontium¹⁶¹ e tantos outros célebres sofistas da antiguidade grega”. Todavia, as referências mais interessantes que Araripe encontrou são as duas filosofias do século XIX “que mais se tem hostilizado”¹⁶², o positivismo do filósofo francês August Comte e a teoria do naturalista britânico Charles Darwin, este inspirador, não idealizador, do darwinismo social e do evolucionismo. Segundo o crítico, Quincas pretendia que aqueles dois sistemas “se abraçassem, que se beijassem”.¹⁶³ No caso do discurso filosófico construído por Machado de Assis, por meio do Humanitismo de Quincas, visava-se refletir sobre como teorias científicas e filosóficas, populares no Brasil a partir do final da década de 1870 tinham a capacidade de construir um discurso superficial e, ao mesmo tempo, perigoso, para sustentar hierarquias e desigualdades sociais.

Segundo Roberto Schwarz o Humanitismo, como o próprio nome sugere, consiste em uma “sátira à floração oitocentista de ismos, com alusão explícita à religião comteana da humanidade”. O crítico também identifica outras filiações filosóficas, pois no lugar de princípios positivistas, o Humanitismo aponta “a luta de todos contra todos, à maneira do darwinismo social”. Como Araripe Júnior notou, o positivismo e o darwinismo social são duas filosofias opostas colocadas lado a lado em uma única doutrina, o resultado disso só poderia ser a “inconsistência” que “contribui para o tom geral de disparate, sem prejuízo de captar admiravelmente a aspiração por ‘ordem e progresso’ de várias teorias sociológicas do tempo, que ao propósito científico e antitradicional uniam uma posição conservadora, bem como formas sucedâneas de providencialismo e culto religioso”.¹⁶⁴

¹⁶⁰ Araripe Junior, “Ideias e sandices do ignaro Rubião”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 05/02/1893, p. 1 em Hélio de Seixas Guimarães, *Os leitores de Machado de Assis*, p. 366.

¹⁶¹ Na verdade Leontium (Λεόντιον, Leontina) foi uma mulher ateniense. Teria sido hetera, isto é, cortesã ou prostituta, e esposa de Metrodorus de Lâmpsaco, o mais eminente amigo e discípulo de Epicuro. Ela mesma teria escrito obras filosóficas epicuristas. Ver mais detalhes em Harry Thurston Peck. *Harpers Dictionary of Classical Antiquities*. New York: Harper and Brothers. 1898, disponível em <http://www.perseus.tufts.edu/>.

¹⁶² Grifos nossos.

¹⁶³ Araripe Junior, “Ideias e sandices do ignaro Rubião”, p. 367.

¹⁶⁴ Roberto Schwarz. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000, p. 104.

Por outro lado, também podemos notar uma crítica machadiana mais pontual e refinada, por meio do Humanitismo, que faria referência alegórica ao suposto Absolutismo exercido por Sua Majestade, sobretudo em relação à sua escolha voluntariosa de Gabinetes e ao processo eleitoral como um todo, questões que foram debatidas com especial atenção pelos liberais após a queda de Zacarias, em 1868. Esse aspecto será detalhadamente desenvolvido em seguida.

Rubião: herdeiro do Humanitismo, imitação de Napoleão III e d. Pedro II

A política e seu discurso não fugiram às críticas machadianas. O processo de enlouquecimento de Rubião foi um recurso alegórico utilizado por Machado para interpretar o contexto político brasileiro, por meio de acontecimentos franceses ligados à figura de Napoleão III. Para o crítico John Gledson esse processo:

Estende-se por um longo período, de janeiro de 1870 (quando ele [Rubião] manda aparar a barba ao estilo de Luís Napoleão) a outubro de 1871, quando foge para Barbacena e morre. Este período abrange, naturalmente, a derrota de Sedan, em setembro de 1870 (que a Rubião parece uma vitória francesa): ‘A queda de Napoleão III foi para ele a capitulação do Rei Guilherme, a revolução de 4 de setembro um banquete de bonapartistas’. Na versão A [folhetim] o fim da Guerra do Paraguai: a volta dos soldados, em março, é comparada por ele com o retorno das tropas francesas da campanha italiana, em 1865.¹⁶⁵

Em uma primeira análise as remissões à política brasileira parecem ser mais difíceis de serem notadas, principalmente para a versão de Quincas em folhetim, que faz menção mais direta à figura de Napoleão III e, sobretudo, nomeara o herdeiro de Quincas como Rubião José de Castro e, não, Pedro Rubião de Alvarenga, que remete, pela similitude, ao nome civil de d. Pedro II, Pedro de Alcântara. Segundo Gledson, o leitor teria que decompor e penetrar mais a fundo o texto machadiano para identificar as conexões entre Napoleão III e o contexto político nacional. Em grande medida o crítico tem razão, contudo pretendemos levantar uma hipótese que pode ser plausível: talvez Machado de Assis estivesse se referindo, de modo mais imediato e intencional, apenas

¹⁶⁵ John Gledson. Machado de Assis: ficção e história, p. 101.

ao contexto político nacional e não aos acontecimentos franceses. Nesse sentido, Napoleão III e d. Pedro II compõem a alegoria política do Brasil Império, referindo-se aos processos históricos que se desenvolveram aqui. Estritamente, Napoleão III compõe a alegoria política na medida em que foi mencionado e utilizado em discursos de políticos brasileiros para caracterizar atitudes e decisões tomadas pelo Imperador. Para tentarmos provar essa hipótese, convidamos o leitor a percorrer os principais acontecimentos políticos explicitamente citados em *Quincas Borba*, ou sugestivos à política nacional entre 1868 e 1871.

O folhetim começa com a doença de Quincas Borba, o que no livro é exposto mais adiante. Logo no capítulo II o enfermeiro de Quincas demonstra saber que seu patrão apresenta o “grãozinho de sandice”, que, segundo o narrador, “cooperou em pô-lo nas mãos do Rubião, porque a atenção deste, obsequiosa e paciente, não se cansava de ouvir-lhe a exposição das doutrinas novas, que ele trazia de cor, fazendo-lhe crer que as entendia, quando era certo que não entendia nada” (*Quincas, A Estação*, IV).¹⁶⁶ Na versão em livro, por outro lado, o narrador afirma que Rubião não sabia que Quincas tinha “um grão de sandice”, certamente sabia que o filósofo “era um homem esquisito” (*Quincas*, IV, 6). Se Rubião não sabia da condição de Quincas, podemos supor que Machado pretendia enfatizar a ignorância e a ingenuidade de Rubião, em suma, a sua falta de percepção dos fatos.

Contudo, Rubião não é o único a sentir-se ignorante, ingênuo e, em grande medida, enganado e isso se mostra pela análise da estratégia narrativa empregada por Machado de Assis. *Quincas Borba* apresenta uma complexidade na construção narrativa que não existia em *Iaiá Garcia*, definida pelo crítico Hélio de Seixas Guimarães como “sedução do leitor”. Primeiro, o narrador em terceira pessoa de *Quincas Borba* funda um “terreno de confiabilidade”, isto é, “na superfície da narração” o leitor pode encontrar a “impressão de quietude” mantida até certo ponto, dado que “não se registra nada parecido com os xingamentos, impropérios e palavras amargas usadas pelo narrador de *Brás Cubas* para se dirigir a seus interlocutores”. Somos tratados como “meu rico senhor, senhora minha, leitora amada, amigo e senhor, entre outros salamaleques para seduzir, quebrar a resistência, angariar confiança e produzir identificação do leitor com aquilo que está sendo narrado”. Todavia, abaixo dessa superfície narrativa “cordial”, podemos encontrar um “mundo marcado pela

¹⁶⁶ *A Estação*, 15 de julho de 1886, n. 13.

irracionalidade que se procura naturalizar aos olhos do leitor, cuja desrazão fica insinuada pelos constantes paralelos das suas atitudes e posturas com relação as do ensandecido Rubião”.¹⁶⁷

Durante o romance, vários são os momentos nos quais o narrador desmente o que parecia “certo”, conduzindo o leitor a se defrontar com o caráter forjado da narrativa e a se deparar com sua própria credulidade e ingenuidade. O caso mais exemplar desse procedimento refere-se aos equívocos acerca dos supostos encontros amorosos entre Carlos Maria, comensal de Rubião, e Sofia, esposa de Cristiano Palha, a qual despertara a paixão, não correspondida, do ignaro herdeiro de Quincas. Essa ideia foi lançada a partir do capítulo LXXXIX, da versão em livro, quando Rubião escuta a anedota de um cocheiro. Este comentara sobre um moço que conduzira da Rua dos Inválidos para a Rua da Harmonia; era um moço bonito, com bigodes e olhos muito grandes, “um peixeão”. Essa descrição é muito similar à descrição das características de Carlos Maria dada pelo narrador no capítulo XXXI.

Segundo o cocheiro o rapaz teria se encontrado com uma mulher na casa de uma pobre costureira residente na Rua da Harmonia. Logo depois de ouvir a narrativa do cocheiro, Rubião ficara com a imagem da descrição do cocheiro, supondo situações e imaginando Sofia nelas. Ao mesmo tempo em que desejara se livrar desse pensamento fixo, baseado inteiramente em suposições muito vagas, o ignaro herdeiro não conseguia controlar sua própria imaginação. Tal hipótese da infidelidade de Sofia também se torna plausível para o leitor, que como Rubião desejaria ir à casa da pobre costureira e fazê-la confessar tudo.

Contudo, o romance continua e deixa Rubião e leitores cheios de suposições em relação ao caráter de Sofia. O que é de se notar, também, é o ato de Rubião logo após imaginar o adultério de Sofia. Já em casa, a campainha soou para o jantar e:

Rubião compôs o rosto, para que seus habituados (...) não percebessem nada. Achou-os na sala de visitas, conversando, à espera; ergueram-se todos, foram apertar-lhe a mão, alvoroçadamente. Rubião teve aqui um impulso curioso, - dar-lhes a mão a beijar. Reteve-se a tempo, espantado de si próprio (Quincas, XCI, 205).

¹⁶⁷ Hélio de Seixas Guimarães. Op. cit., p. 178.

Ao que tudo indica Rubião já iniciara o processo de seu enlouquecimento (embora seja difícil embora precisar o ponto exato do início de sua loucura), pois “dar a mão a beijar” era ato próprio de um monarca. Assim, ao mesmo tempo em que as primeiras suspeitas sobre a conduta adúltera de Sofia são levantadas, os primeiros indícios da loucura de Rubião também surgem, e continuam paulatinamente durante o romance. Nos capítulos seguintes a esse “impulso curioso” do herdeiro de Quincas, vamos acompanhá-lo numa perseguição totalmente desesperada a uma costureira que estava na casa de Sofia e Palha, e que dissera que morava na Rua da Harmonia (Quincas, XCIII, XCIV, XCVI, XCVII). Na perseguição à moça pelas ruas, chegando à esquina do Catete, a perseguida encontrara-se com um homem e seguira seu caminho. Rubião e leitores permanecem na expectativa e na suspeita, pois as coincidências são demasiadamente sugestivas.

Diante disso as pistas dadas pelo narrador, que conduzem Rubião a estados mentais instáveis e muito imaginativos, dão o tom ao processo de enlouquecimento que culminará com a crise de personalidade de Rubião, imaginando-se Napoleão III. Isso se aprofunda com o episódio da carta de Sofia endereçada a Carlos Maria a qual acabara, por puro acidente, caindo nas mãos de Rubião (Quincas, XCIX). Este não abre a carta, mas começa a supor o que estava escrito nela. Ao final, acaba entregando-a pessoalmente à Sofia (Quincas, CIII, 228). No livro Rubião confronta Sofia com mais uma declaração de seu amor; no folhetim, porém, Rubião vai com revólver e a carta escondidos no bolso. Nesse momento a situação logo se resolve, Rubião mostra somente a carta e Sofia a abre para Rubião, que descobre se tratar de uma circular da Comissão das Alagoas, obra assistencial na qual Sofia estava atuando junto com outras senhoras da sociedade carioca. No livro, todavia, a situação se alastra, pois Rubião após declarar-se à Sofia e ser rejeitado por ela, novamente, não quer ouvir mais nada e sai sem ver o conteúdo da carta. Portanto, a situação de instabilidade se alastra, porque a moça afirma “-É minha. Mas que diria eu aqui dentro? Continuou tranquila. Quem lhe deu isto? (...) abra o senhor mesmo a carta” (Quincas, CIV, 231). Rubião não abre e vai embora, Sofia por seu turno fica impaciente com a situação, lembrando os galanteios de Carlos Maria que não tiveram qualquer continuidade (Quincas, CV, 235). Logo, após expor essas considerações de Sofia, as quais atestariam sua inocência, o narrador acusa o leitor que “desorientado, não pode combinar as tristezas de Sofia com a anedota do cocheiro. E pergunta confuso: - Então a entrevista da Rua da Harmonia, Sofia,

Carlos Maria, esse chocalho de rimas sonoras e delinquentes é tudo calúnia? Calúnia do leitor e do Rubião” (Quincas, CVI, 236).

Rubião, assim como o leitor, foi deliberadamente enganado pelo narrador, que alterou a apresentação dos acontecimentos para iludir e, em grande medida, desencadear estados mentais de instabilidade no ignaro herdeiro de Quincas. Nesse sentido acompanhamos as suspeitas de Rubião até certo ponto e somos claramente desenganados em qualquer confiança possível que até agora poderíamos ter depositado no narrador em terceira pessoa de Quincas Borba. Cabe-nos, diante disso, procurar possíveis conexões entre a loucura de Rubião, que acreditara ser Napoleão III, e o procedimento da narrativa que nos induz a suspeitar da fidelidade de Sofia, por exemplo, e que ao final, por meio do narrador, faz troça de nossa “desorientação”.

Nessa altura da narrativa as personagens estão sob o efeito de um período político muito importante, mas dotado de indeterminação quanto aos rumos futuros do país, especialmente em relação à questão do “elemento servil”. O capítulo LVIII marcou o envolvimento de Rubião na política nacional. Ele comentava a chamada dos conservadores ao poder com Camacho, homem político formado em direito pela faculdade de Recife à data de 1844, o qual tinha pretensões políticas, mas sem partido definido; era um dos “solteirões na política”, uma “categoria melancólica, em que todos os sonhos nupciais se evaporam com o tempo” (Quincas, LVII, 126).

Rubião estava agitado com a sessão que assistira:

(...) Falava-se da chamada dos conservadores ao poder, e da dissolução da câmara. Rubião assistira à sessão em que o ministério Itaboraí pediu os orçamentos. Tremia ainda ao contar as suas impressões, descrevia a câmara, tribunas, galerias cheias que não cabia um alfinete, o discurso de José Bonifácio, a moção, a votação... Toda essa narrativa nascia de uma alma simples; era claro. A desordem dos gestos, o calor da palavra tinham a eloquência da sinceridade. (Quincas, LVIII, 127)

O evento ao qual Rubião assistira fora de extrema importância para os entraves à condução da Lei do Ventre Livre, como expusemos no capítulo 1 desta monografia. A queda do Gabinete chefiado pelo conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos reflete uma crise aguda da Coroa, um impasse sobre os rumos da “questão do elemento servil”; embora tudo seja descrito ironicamente, por meio da fala do ingênuo Rubião.

O dia 16 de julho de 1868 fora fatídico. Nesta data deu-se o desenlace de uma grande disputa que remonta à Fala do Trono de 1868 que “informou a nação de que a questão da escravatura fora objeto de um ‘assíduo estudo’ e de que uma proposta seria submetida à Assembleia, para sua consideração, ‘oportunamente’”.¹⁶⁸ É notável nessa fala de 1868 a posição cautelosa ou, no limite, dúbia de d. Pedro II. Segundo Sidney Chalhoub essa linguagem “cautelosa” do Monarca poderia indicar “a disposição em esperar pelo fim da guerra” do Paraguai e “talvez sugira, quanto aos eventos que se seguiram, impaciência em dar fim àquela guerra”. Todavia, ao que tudo indica, “Sua Majestade Imperial aderiu à arte de bordejar”¹⁶⁹, isto é, reconhecia que alguma atitude deveria ser tomada para a promoção da emancipação; contudo, hesitava ou protelava qualquer medida que pudesse abalar abruptamente o status quo. Ao aceitar a renúncia do liberal Zacarias, supostamente disposto à promoção da reforma servil, e nomear outro chefiado pelo conservador visconde de Itaboraí, que era claramente hostil ao projeto de reforma do elemento servil, d. Pedro II criou uma situação extremamente tensa que repercutiu em reações ferrenhas por parte dos liberais.

Em Quincas Borba, porém, Camacho conduziu Rubião a acreditar que a queda dos liberais era momentânea, como se não passasse de “simples palavratório político, em que o som e a fúria nada significam”¹⁷⁰, isto se deve ao fato de Camacho ter vivenciado intensamente o período de “Conciliação” entre os Conservadores e Liberais. E assim Camacho responde ao relato de Rubião:

Camacho escutava-o atento. Teve modo de levar a um canto a janela, e fazer-lhe considerações graves sobre a situação. Rubião opinava de cabeça, ou por palavras soltas e provatórias.

- Os conservadores não se demoram no poder, disse-lhe finalmente Camacho.

-Não?

-Não; eles não querem a guerra, e tem de cair por força. Veja como andei bem no programa da folha.

-Que folha?

-Conversaremos depois. (Quincas, LVIII, 127-128)

Camacho não percebia as mudanças políticas do momento e conduzia o ignaro Rubião a acreditar que se tratava de apenas mais uma mudança de Ministério. Machado

¹⁶⁸ Robert Conrad. Op. cit., p. 100.

¹⁶⁹ Sidney Chalhoub. Machado de Assis, Historiador. “A arte de bordejar”, p. 155.

¹⁷⁰ John Gledson. Machado de Assis: ficção e história, p. 101.

de Assis, contudo, convida-nos a uma interpretação do fato em seus desdobramentos. Isso exige que o leitor junte capítulos distantes uns dos outros para montar um quebra-cabeças que revelaria a inabilidade de Camacho diante da mudança na política e os enganos, incertezas e hesitações cometidas por Rubião. Basta ir um pouco mais adiante para encontrar Camacho, mais uma vez, afirmando que a queda do Ministério Conservador era certa (Quincas, CXXVIII).

No caso das atitudes de Rubião teremos que juntar muitas “peças”, isto é, percorrer vários capítulos. Assim, posto que o processo de loucura vivenciado por Rubião ocorrera lado a lado com as incertezas e conflitos políticos que se sucederam entre 1868 e 1871, identificamos um procedimento narrativo que conduz Rubião e, em certa medida também os leitores, ao devaneio e à instabilidade. Nesse contexto, nos identificamos com a confusão e a ingenuidade diante das incertezas referidas pela narrativa, que reflete um período histórico específico de embates em torno da condução da lei de emancipação do elemento servil.

O Gabinete Conservador subiu ao poder em 16 de junho de 1868 e uma Câmara majoritariamente conservadora o acompanharia. Ambos eram contrários à discussão do “elemento servil” e isso significava, na perspectiva dos liberais, um retrocesso violento ao processo de emancipação. Liderados por Nabuco de Araújo, os liberais ofereceram resistência ao novo gabinete:

O arrojo de Nabuco foi acompanhado pela revivescência do ideal de reformas liberais e democráticas em vários setores da sociedade, que clamavam não só pela emancipação dos escravos como por mudanças no sistema eleitoral e pela abolição da Guarda Nacional. Estudantes, escritores, jornalistas e profissionais liberais urbanos pegaram da pena e registraram a sua insatisfação com a guinada política de 1868.¹⁷¹

Segundo Joaquim Nabuco, o senador liberal José Tomás Nabuco de Araújo havia permanecido “quase silencioso” durante o ministério Zacarias, porém no dia 17 de julho de 1868, quando se apresentara no Senado o Ministério Conservador, o liberal “rompe o debate”. Para Joaquim Nabuco, “o deus desconhecido se apossa do oráculo e lança pela boca dele palavras irreparáveis, que geram o pânico ou inflamam o entusiasmo nas multidões impacientes, à espera da enunciação profética”.¹⁷² A atitude

¹⁷¹ Sidney Chalhoub. Machado de Assis, Historiador, “Lucinda, de Joaquim Manoel de Macedo”.

¹⁷² Joaquim Nabuco. Um estadista do Império. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 762.

do político liberal teria sido um “movimento espontâneo, puro, desinteressado”, reflexo de uma compreensão “nítida (...) da realidade do nosso sistema político, que nunca foi, nem podia ser, outra coisa, em falta de eleições verdadeiras, senão a alteração dos partidos no governo a contento do Imperador”. Essa seria segundo Joaquim Nabuco uma manifestação “repentina contra a Coroa”, apesar do tom deliberado do discurso de Nabuco de Araújo, só mesmo este poderia calcular a gravidade de suas palavras que, segundo o autor de *Um estadista do Império* teria iniciado “a fase final do Império”.¹⁷³

O conselheiro José Bonifácio, como disse Rubião no capítulo LVIII, supracitado, também se pronunciou sobre o ocorrido, apresentando uma moção em 17 de julho de 1868, seguindo a mesma perplexidade manifestada por Nabuco de Araújo:

Requeiro que se lance na ata a seguinte declaração:

A Câmara viu com profundo pesar e geral surpresa o estranho aparecimento do atual gabinete, gerado fora de seu seio e simbolizando uma nova política, sem que uma questão parlamentar tivesse provocado a queda de seus antecessores. Amiga sincera do sistema representativo e da monárquica constitucional, a Câmara lamenta este fato singular, não tem e não pode ter confiança no governo.¹⁷⁴

Mas, foi o “Discurso do sorites de 17 de julho de 1868”, proferido por Nabuco de Araújo, que marcou a sessão do dia 17. Nele o senador atacara frontalmente a atitude de d. Pedro II ao substituir o Ministério Liberal. Por meio das palavras inflamadas de Nabuco de Araújo a Coroa foi diretamente acusada de absolutista:

(...) tenho apreensões de um governo absoluto; não de um governo absoluto de direito, porque não é possível neste país que está na América, mas de um governo absoluto de fato. (...) quero apenas fazer um protesto (...) não sobre a legalidade do ministério atual, porque em verdade a Coroa tem o direito de nomear livremente os seus ministros, mas sobre a sua legitimidade. A escravidão, verbi gratia, entre nós é um fato autorizado por lei, é um fato legal, mas ninguém dirá que é fato legítimo, porque é um fato condenado pela lei divina, é um fato condenado pela civilização, é um fato condenado pelo mundo inteiro.

¹⁷³ Idem, p. 763

¹⁷⁴ Américo Brasiliense de Almeida e Melo. Os programas dos partidos e o Segundo Império. Primeira Parte: Exposição de Princípios. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878, p. 33-34.

Dizia Santo Agostinho que a Providência era tão grande que não permitia o mal senão porque era tão poderosa que dele derivava o bem. O bem a que eu aludo, senhores, é a unidade do partido Liberal, é a concentração de todas as forças democráticas no sentido de salvar o sistema representativo, que entre nós está em manifesta decadência.¹⁷⁵

O discurso de Nabuco de Araújo teve grande repercussão; parecera aos contemporâneos que o senador liberal rompia com o Imperador. Na verdade, segundo Joaquim Nabuco, ele manifestava apenas “suas apreensões de um governo absoluto de fato” e não uma crítica à pessoa do Imperador. Todavia, a “liberdade de seu comentário constitucional” que atacava especificamente a falta de eleições, “não foi suficientemente atenuada para as massas”.¹⁷⁶ Dentre os presentes que escutavam o discurso do sorites de 17 de julho de 1868 estaria uma personagem fictícia machadiana, o ignaro Rubião. A massa que “entulhava” a sessão ouvira Nabuco de Araújo dizer que as eleições no Brasil eram a manifestação de um verdadeiro absolutismo e, devido ao contexto de discussões sobre a questão do “elemento servil”, diretamente ligada à crise política de então, não deixariam passar despercebida a alusão do senador sobre a escravidão como fato legal, porém, ilegítimo.

Nabuco de Araújo chama os liberais históricos e progressistas à unidade em função da luta contra a “ilegitimidade” dos atos da Coroa, que atacava o sistema representativo. Tal convocação à união refere-se ao contexto de cisão dos liberais, ocorrido na década de 1860.

Em 1868 o partido Progressista estava no poder. Ele significou uma resposta dos liberais históricos e conservadores moderados que, descontentes com a política de Conciliação, formaram em 1862 a Liga Progressista, com a finalidade de opor-se aos sucessivos gabinetes conservadores. Após a queda do segundo gabinete chefiado por Caxias, o grupo chegou à frente do governo quando Zacarias Góis de Vasconcelos, um dos principais organizadores do movimento, passou a ocupar o cargo de presidente do Conselho de Ministros. A Liga tornou-se um partido em 1864 e esteve à frente do governo de 1862 até 1868, chefiando seis gabinetes consecutivos. Todavia, a Liga foi

¹⁷⁵ Joaquim Nabuco. Um estadista do Império, p. 764.

¹⁷⁶ Idem, p. 767.

dissolvida após a ascensão do gabinete conservador do visconde de Itaboraí, o primeiro gabinete formado exclusivamente por conservadores desde 1853.¹⁷⁷

A substituição do “gabinete ligueiro” por um conservador, quando este partido era minoritário na Câmara, gerou fortes descontentamentos e uma nova organização partidária no Império, liderada por Nabuco de Araújo. A Liga foi dissolvida em 1868 e os liberais moderados, junto àqueles liberais históricos que não aderiram ao movimento progressista, reagruparam-se no Centro Liberal, reativando no ano seguinte o partido Liberal que reivindicava principalmente a reforma eleitoral, policial e judiciária, bem como a extinção da Guarda Nacional, do recrutamento obrigatório e a emancipação dos escravizados.¹⁷⁸ Contudo, ainda em 1868, uma ala mais radical da antiga Liga Progressista, que não aderiu ao Centro Liberal, organizou o Clube Radical. Este apresentou um programa de reformas mais profundo do que o programa liberal, que incluía em suas propostas o fim do Conselho de Estado e do Poder Moderador, a eleição dos presidentes de província e o sufrágio direto e universal, confrontando, diretamente a monarquia. Em 1870, após o fim da guerra do Paraguai, esse setor político radicalizou suas críticas e, em 03 de dezembro lançou o Manifesto Republicano, no jornal *A República*, iniciando a organização de clubes e partidos republicanos pelo país.¹⁷⁹

O discurso de Nabuco de Araújo e sua menção a Santo Agostinho e ao argumento sobre a Providência referido nas Confissões, associado, também, à ilegitimidade da escravidão, acrescenta maior refinamento e erudição ao pronunciamento do senador liberal sobre a necessidade de união entre os liberais; contudo, a citação não passa de mero exercício retórico.¹⁸⁰ Esse detalhe, porém, não fugiu à pena de Machado de Assis: no capítulo IX do folhetim e no capítulo X do livro, *Quincas Borba* narra que Rubião recebera uma carta de Quincas, enviada do Rio de Janeiro, sete semanas após seu sumiço de Barbacena. Na carta endereçada a Rubião, Quincas Borba dizia que era Santo Agostinho. Vejamos a citação no livro:

¹⁷⁷ Para maiores detalhes sobre o período mencionado e a formação da Liga ver Joaquim Nabuco. Um estadista do Império, Capítulo IV, “Gabinete Caxias-Paranhos (1861-1862)”.

¹⁷⁸ As novas diretrizes e o programa do Partido Liberal estão sintetizadas em Américo Brasiliense de Almeida e Melo. Os programas dos partidos e o Segundo Império. Primeira Parte: Exposição de Princípios. São Paulo: Typografia de Jorge Secker, 1878.

¹⁷⁹ Idem, p. 59-60.

¹⁸⁰ Segundo a exposição de Santo Agostinho nas Confissões, o Mal é a ausência do Bem. Depois do pecado original, Deus teria castigado os seres humanos, tirando-lhes o poder de seguir a vontade Dele, que significava, para Agostinho, fazer o Bem. Por isso, os seres humanos não podem mais fazer o Bem, isto é, seguir a vontade de Deus, ainda que o queiram fazer.

(...) Sou Santo Agostinho; descobri isto anteontem; ouça e cale-se. Tudo coincide em nossas vidas (...) ele pensava, como eu, que tudo que existe é bom, e assim o demonstra no capítulo XVI, livro VII das Confissões, com a diferença que para ele, o mal é um desvio da vontade, ilusão própria de um século atrasado, concessão ao erro, pois que o mal nem mesmo existe, e só a primeira afirmação é verdadeira; nem todas as cousas são boas, omnia bona, e adeus.

Adeus, ignaro. Não contes a ninguém o que te acabo de confiar, se não queres perder as orelhas (...) (Quincas, X, 22-23).

Com o delírio filosófico de Quincas Borba, Machado de Assis retomou a “distinção entre legalidade e legitimidade, o medo do absolutismo da Coroa, o sorites constitucional do discurso de 17 de julho”, que tiveram papel de destaque na imprensa política.¹⁸¹ Os leitores do romance em folhetim e em livro, portanto, provavelmente se recordariam do importante discurso e de sua repercussão política ao se deparar com Santo Agostinho na carta de Quincas, com a diferença que na versão em folhetim Quincas não ameaçara Rubião e, ainda, tentara “explicar” como teria ocorrido essa estranha associação. Quincas estava na casa de Brás Cubas e, “de repente, sem nenhum propósito” pensou em Santo Agostinho; “evidentemente era uma sugestão de Humanitas”. Então, Quincas correu à biblioteca de Brás e verificou que “eram a mesma pessoa” (Quincas, IX, A Estação, 31 de julho de 1886, n. 14).

O jogo político que se desenvolvera, portanto, foi especialmente retomado por Machado de Assis em Quincas Borba. Raymundo Faoro argumenta que “o dom Pedro de Machado de Assis está coroado com o mito, que o eleva, nas ruas, no coche, no jogo político”. Ele “domina as imaginações, frequenta os sonhos e se esgueira na fantasia”. Para além de criar ministérios e “sugerir” os governantes das províncias, segundo Faoro, Machado teria abordado o “mito do bom velho dom Pedro” que viveu na “imaginação popular”.¹⁸² Mas, o mito se convertera, durante o exercício do governo, no poder pessoal, conforme as denúncias do partido Liberal:

¹⁸¹ Joaquim Nabuco. Um estadista do Império, p. 768.

¹⁸² Raymundo Faoro. Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio. São Paulo: Globo, 2001, p. 69. Nesse aspecto, Lilia Moritz Schwarcz em As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, “Introdução: D. Pedro II é o pai dos brancos”, argumentou que a figura de d. Pedro II foi alvo de uma grande quantidade de imagens e de representações, de tal modo que o “corpo do rei” simbolizasse duas instâncias: a criação política e institucional de realza e a figura mítica, marca do imaginário popular.

(...) O imperador, ao qual competia o Poder Moderador da Constituição de 1824, faz os ministérios ao seu arbítrio, sem respeito à maioria parlamentar. À margem da Constituição, empolgado pelo seu papel dominante na sociedade, o chefe do Estado reina, governa e administra, manobra e decide. O liberalismo queria que o imperador reinasse, mas não governasse, confiada esta atividade ao ministério, titular do Poder Executivo. Fora daí haveria a ditadura, benéfica para uns, sempre maléfica para outros só pelo fato de ser ditadura.¹⁸³

O princípio de que o rei reina e não governa foi sustentado por Nabuco de Araújo na sessão de 18 de julho de 1868, quando foi decidida a dissolução da Câmara. O senador acreditava que “esta audiência do Conselho de Estado sobre a dissolução da Câmara dos deputados” era “mera formalidade”, pois ele afirmava tratar-se de uma “questão prejudgada, desde que foi chamado ao poder o partido Conservador”. Apesar disso ele votou contra a dissolução, pois ponderava sobre os perigos aos quais estaria exposta uma eleição realizada no “estado de guerra que preocupa toda a força regular, assim como nas reações provocadas pela inversão das posições oficiais e pela ditadura proveniente da dissolução”. Ele não considerava, também, que a fusão das frações divergentes do partido Liberal, isto é progressistas e históricos, fosse um mal. Através da união entre os liberais se vislumbrava “uma garantia das instituições e da ordem pública na unidade e direção regular do partido Liberal”. Segundo Nabuco de Araújo, a motivação para a demissão não se devia à falta de uma unidade de princípio do partido Liberal, pois, mesmo quando há “uniformidade no princípio, podia dar-se divergência na aplicação entre o ministério dissolvido e um novo ministério”.¹⁸⁴

Com isso inaugurava-se o decênio da oposição liberal, período em que Nabuco de Araújo exerceria a direção “espirtual do partido, promulgador das suas idéias, o seu oráculo nos lances e perplexidades da política”. Joaquim Nabuco sintetiza a atuação de Nabuco de Araújo nesse contexto de fundação do centro liberal, e sua importância, já destacada no capítulo 1 desta monografia, para a condução da questão do “elemento servil”, bem como suas decepções com o partido Liberal, a partir da década de 1870:

(...) a princípio tomado ele mesmo de entusiasmo pela união dos liberais e progressistas para a realização das reformas, falando ao partido impaciente,

¹⁸³ Idem, p. 70.

¹⁸⁴ Idem, p. 769.

para fazer prosélitos, para inspirar-lhe ardor e coragem na diversidade: depois, contrariado com as dissensões intestinas, as rivalidades pessoais e, em 1870, com a defecção de um elemento em que tinha esperança, o qual se destaca para formar o partido republicano, se ainda não roubando a popularidade, diminuindo já a força democrática da bandeira liberal, até então a mais adiantada; em 1871, desgostoso, ofendido pela má vontade visível contra sua política de apoiar a Rio Branco na questão servil; por último, diante da realização, uma por uma, das ideias, inscritas no programa liberal pelo partido Conservador, desanimado, convencido de que os dois partidos tinham entrado em uma aposta, em uma carreira de inovações radicais, que só podia acabar na república. Nos últimos anos desse período, que são os anos finais da sua vida, ele falará, pode-se dizer, não mais para despertar o entusiasmo pelas reformas, mas para moderar o ardor de seu partido e conjurar a catástrofe.¹⁸⁵

Nesse contexto conflituoso Nabuco de Araújo estava na liderança da propaganda abolicionista. Sua primeira ação na direção do partido Liberal foi favorável à emancipação e, em 26 de abril de 1869, ele escrevera uma Carta à Sociedade Democrática Constitucional Limeirense, consultando-a sobre um projeto de emancipação gradual, que precedeu o programa do partido Liberal. Segundo Joaquim Nabuco a Carta do senador foi a “primeira apresentação de um plano geral de emancipação em nome e com a autoridade de um dos grandes partidos” do Império. A repercussão dessa manifestação oficial de Nabuco de Araújo chegou até o exterior e foi publicada pela Anti-Slavery Society, em julho de 1869. Joaquim Nabuco afirma que o senador liberal “procura aproveitar-se de todas as ocasiões, de todos os pretextos, para trazer a campo a grande questão, para não deixar que nenhuma outra distraia dela a atenção do Senado, do partido Liberal, e, principalmente, do Imperador”.¹⁸⁶

Em relação às eleições, em setembro de 1870, Nabuco manifestou sua abstenção, “governe como quiser quem governa sem legitimidade” e foi acompanhado por Saraiva.¹⁸⁷ Para o senador Nabuco enquanto não houvesse um sistema representativo de fato, isto é, eleições livres, verdadeiras, a oposição não deveria iludir o país aumentando “a verossimilhança do simulacro de representação nacional que tínhamos”. Nesse contexto, Nabuco de Araújo conduziu como sistema de combate do

¹⁸⁵ Idem, p. 771.

¹⁸⁶ Idem, p. 776.

¹⁸⁷ Idem.

partido Liberal a “política da abstenção”, ou seja, o partido Liberal não participaria de nenhuma eleição enquanto elas não fossem verdadeiras, baseadas num regime representativo real. Enquanto isso não acontecia, os senadores deveriam mostrar na tribuna a falsificação eleitoral e a responsabilidade daqueles que, por meio dela, conservavam-se no poder.

Nabuco e Saraiva, certamente, reconheciam que o governo pessoal do Imperador tinha o seu papel e sua posição enquanto Representante da Nação brasileira, contudo o que era combatido por meio da “política de abstenção” era o “poder ditatorial da Coroa, resultante de não estar a vez dos partidos entregue ao eleitorado, mas ao Poder Moderador”. Segundo Joaquim Nabuco isso não seria culpa do Imperador, mas, a manifestação dos vícios, intolerância e cobiça dos próprios partidos, “nenhum dos quais deixava ao adversário na legislatura um só lugar que lhe pudessem tomar pela fraude, pela violência, pela corrupção, o que tornava a eleição um simulacro, e, portanto definitiva, e não simplesmente interlocutória, a sentença da dissolução”. Todavia, a “massa partidária” não entendia a distinção feita por Nabuco e Saraiva entre o Imperador e a “ordem das coisas”, situação na qual o próprio monarca era “a primeira vítima inocente”; responsabilizavam pessoalmente a Coroa, na qual viam usurpação.¹⁸⁸

Saraiva manifestara em carta de 24 de dezembro de 1868 sua inteira concordância com as propostas de Nabuco, e resumiu a missão imediata do partido Liberal em dois pontos: a emancipação dos escravos e a reforma eleitoral. Segundo Saraiva, “a reforma eleitoral não será eficaz sem que tiremos ao Poder Executivo toda a força, que lhe foi dada para reprimir as revoltas, e que hoje se utiliza para comprimir o voto”. Ainda nessa linha argumentativa, Saraiva relembra o discurso de Nabuco de Araújo em 17 de julho, que destacou o poder ditatorial da Coroa na direção dos negócios públicos e complementa:

Que o sr. dom Pedro II tem fato um poder igual ao de Napoleão III, é outra verdade de que estou profundamente convencido. A constituição francesa, porém, é a base do poder daquele monarca, ao passo que o falseamento do voto é a origem do excessivo poder do Imperador do Brasil.

Que esse excesso de poder é fatal à Monarquia; que raras vezes há de servir ao Imperador para a realização de seus patrióticos desejos, e muitas outras se

¹⁸⁸ Joaquim Nabuco. Um estadista do Império, p. 779.

converterá em flagelo dos brasileiros, é ainda uma verdade que os fatos estão diariamente demonstrando.¹⁸⁹

A referência a Napoleão III no centro do debate político entre oposição liberal e Gabinete Conservador, escolhido por d. Pedro II, nos dá um importante elemento para a análise da alegoria política montada por Machado de Assis em *Quincas Borba*. Sobretudo, em relação à hipótese aqui aventada: de que a menção a Napoleão III se refere ao contexto político e social específico do Brasil Império. O comentário de John Gledson lança luz a esse aspecto, ligando a loucura de Rubião (imaginar-se Napoleão III) ao procedimento e desenvolvimento estrutural de *Quincas Borba*:

(...) uma corrupção difusa e a dissimulação das verdadeiras diferenças e conflitos sociais dentro de uma ‘conciliação’ hipócrita é a causa direta de problemas na criação do enredo. Onde a ambição só pode se exprimir pela burla, uma solução possível é simplesmente incluir essa burla no próprio enredo sob forma de loucura. É o que Machado faz, por fim, em *Quincas Borba* em que a loucura de Rubião se coloca no centro do romance, dando-lhe a organização temática e estrutural.¹⁹⁰

A partir disso podemos expandir o escopo da alegoria aqui referida. O argumento de que o Imperador não era o ponto crucial da divergência, mas uma “vítima” da “ordem das coisas” contribuirá para a construção da alegoria política de Rubião como d. Pedro II. Assim como Rubião foi manipulado por Cristiano Palha, Sofia e Camacho, o monarca também teria sido manipulado pelas forças políticas que pretendiam controlar a política nacional, especialmente, o patriarcado nacional. Assim, dado o contexto da rearticulação política descrito, entre 1868 e 1871, e a discussão da “questão do elemento servil” podemos construir um percurso em *Quincas Borba* que revela a instabilidade e o conflito da Coroa quanto ao modo de condução do processo de emancipação.

John Gledson já havia afirmado que o principal problema enfrentado por Machado de Assis durante a composição de *Quincas Borba* foi político, isto é, “o desafio de reproduzir ficcionalmente a crise política já descrita”.¹⁹¹ Segundo o crítico a

¹⁸⁹Idem, p. 781.

¹⁹⁰John Gledson. Machado de Assis: Impostura e Realismo, uma reinterpretação de Dom Casmurro, p. 102.

¹⁹¹John Gledson. Machado de Assis: ficção e história, p. 69.

escravidão foi uma solução para esse problema; contudo, Gledson argumenta que “a própria escravidão importava, até certo ponto, menos em si própria do que como sintoma e uma causa do atraso do Brasil”.¹⁹² Destarte, segundo o crítico, a escravidão seria simplesmente “o mais óbvio e mais importante foco do conflito que se tornou inevitável, ao se fazer sentir a necessidade de modernização advinda da posição do país na economia mundial”.¹⁹³ Aqui, porém, pretendemos mostrar que a escravidão era o ponto central da crise vivida e foi tratada, na composição de *Quincas Borba*, como fator crucial da abordagem machadiana da crise. Esperamos que a análise anteriormente exposta sobre os debates políticos em torno dos impasses na condução da questão do “elemento servil” já tenham indicado ao leitor que não se poderia pensar nos impasses políticos vividos entre o final da década de 1860 e início de 1870 sem tomar a escravidão como o principal campo de divergências entre os atores sociais e políticos da época.

Com a finalidade de abordar esse momento de crise pelo qual o país passava, Machado de Assis escolheu Rubião como alegoria. Essa personagem constitui uma entidade mais complexa e problemática do que a representação de uma classe social determinada, como Machado de Assis havia feito em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, por exemplo, por meio da personagem-narradora Brás Cubas. Desse modo, Gledson acredita que Machado de Assis havia arquitetado a loucura de Rubião desde o início da escrita de *Quincas Borba*, isto é, desde 1886 quando foi iniciada a publicação em folhetim n’*A Estação*. A loucura seria um modo de narrar o sentido histórico do Brasil; por meio dos termos de uma crise mental vivenciada pela personagem fictícia Rubião, Machado transmitiria a ideia de divisão e de indecisão do período histórico retratado. Para constataremos esse procedimento narrativo adotado, podemos ver que logo após a decisão tomada por Rubião de “deitar abaixo as barbas” para “deixar somente a pêra e os bigodes de Napoleão III” (*Quincas*, CXLVI, 327) o narrador nos informa que “Rubião era ainda dois. Não se misturavam nele a própria pessoa com o imperador dos franceses”, as duas personalidades se revezavam, “chegavam a esquecer-se um do outro”; assim, “quando era só Rubião, não passava do homem do costume. Quando subia a imperador, era só imperador” de modo que “equilibravam-se, um sem o outro, ambos integrais” (*Quincas*, CXLVIII, 331).

¹⁹² Idem.

¹⁹³ John Gledson. Machado de Assis: ficção e história, p. 70.

Segundo Gledson “podemos ter certeza de que Machado de Assis pretendia que Rubião contivesse uma parte substancial do significado histórico do romance, por um elemento decisivo que estava lá desde o começo- seu nome”.¹⁹⁴ Já mencionamos anteriormente que entre 1866 e 1891 Rubião José de Castro tornou-se Pedro Rubião de Alvarenga, mais próximo do nome civil de d. Pedro II, mas ‘Rubião’ permaneceu constante nas duas versões e por ser um nome um tanto incomum é possível que Machado escolhera-o em virtude de sua associação com o boom do café, em meados do século XIX, “pois está muito próximo do nome latino do gênero ao qual pertence a planta do café, a rubiaceae”.¹⁹⁵

O café teve grande importância econômica, política e social, especialmente no século XIX. Ricardo Salles cita um dito da época: “O Império é o café, e o café é o Vale [Vale da Paraíba]” e o Vale, por sua vez, era o escravo.¹⁹⁶ Segundo o historiador ocorreu um intenso processo de expansão da classe senhorial pelo Vale da Paraíba, na província do Rio de Janeiro, com foco especial em Vassouras. A expansão dessa classe senhorial, que se confunde com o processo de formação histórica, “foi tanto material e simbólica, em termos de acumulação de riquezas, quanto e principalmente, social, em termos de estruturação e consolidação de relações sociais escravistas e de um estilo de vida senhorial”.¹⁹⁷

Esse processo é mencionado de forma alegórica em *Quincas Borba*, com maior detalhamento do contexto político da década de 1860 na versão em livro de 1891. No capítulo XXI quando Rubião estava viajando de trem, saindo de Barbacena e chegando ao Rio de Janeiro, ele encontrara-se por acaso, na estação de Vassouras, com um jovem casal: Sofia e o marido, Cristiano de Almeida e Palha. Estes tomaram assento nos dois bancos fronteiros ao de Rubião, e traziam “cestinhas e embrulhos de lembranças”, de Vassouras, “onde tinham ido passar uma semana” (*Quincas*, XXI, 39). Foi Palha quem primeiro reparou na figura de Rubião, “plácido e satisfeito”, destacado “entre tanta gente carrancuda ou aborrecida”. O marido de Sofia então começou uma conversa com Rubião, falando sobre o cansaço das viagens de estrada de ferro, ao que o mineiro respondeu que “para quem estava acostumado à costa de burro (...) a estrada de ferro

¹⁹⁴ Idem, p. 72.

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ Ricardo Salles. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 139.

¹⁹⁷ Idem.

cansava e não tinha graça”; todavia, “não se podia negar (...) que era um progresso”. Cristiano concordou e acrescentou “progresso e grande”. Rubião, então, perguntou se Palha era lavrador e se morava em Vassouras, ao que este respondeu “Não; viemos aqui passar uma semana. Moro mesmo na Corte. Não teria jeito para lavrador (...)” (Quincas, XXI, 39-40). A partir daqui o diálogo começa a ficar mais interessante ainda e o parágrafo que citaremos em seguida não consta no folhetim de A Estação.

Palha e Rubião comentaram sobre a lavoura, o gado, a escravatura e a política, sendo que apenas estas duas últimas foram descritas em detalhes pelo narrador:

(...) Cristiano Palha maldisse o governo, que introduzira na fala do trono uma palavra relativa à propriedade servil; mas, com grande espanto seu, Rubião não acudiu à indignação. Era plano deste vender os escravos que o testador lhe deixara, exceto um pajem; se alguma cousa perdesse, o resto da herança cobriria o desfalque. Demais, a fala do trono, que ele também lera, mandava respeitar a propriedade atual. Que lhe importavam escravos futuros, se os não compraria? O pajem iria ser forro, logo que ele entrasse na posse dos bens. Palha desconversou, e passou à política, às câmaras, à guerra do Paraguai, tudo assuntos gerais, ao que Rubião atendia, mais ou menos. Sofia escutava apenas; movia tão somente os olhos, que sabia bonitos, fitando-os ora no marido, ora no interlocutor (Quincas, XXI, 40-41).

Neste diálogo encontramos muitos elementos abordados anteriormente. Além da Fala do Trono de 1867, que introduziu a questão do “elemento servil” na pauta da política imperial, apesar de seu adiamento em virtude da guerra do Paraguai, encontramos também a resistência em se tratar da questão, por meio da opinião de Palha, mesmo que este não seja um agricultor. O interessante é perceber a alegoria montada por Machado de Assis: Cristiano Palha vinha de uma viagem em Vassouras, bastião da escravidão e maldizia o governo imperial, sugerindo a indignação pela qual a classe senhorial de Vassouras teria passado ao ouvir d. Pedro II. Rubião, por seu turno, ressaltava que a fala protegia a propriedade atual e apenas afetava a propriedade vindoura, justamente o ponto referido pelo monarca em 1867: “provendo-se de modo que, respeitada a propriedade atual, e sem abalo profundo em nossa primeira indústria – a agricultura –, sejam atendidos os altos interesses que se ligam à emancipação”. De modo muito irônico Machado de Assis ressaltava, no mínimo, uma “frouxidão” da Coroa, ou mesmo uma hesitação, ao colocar na fala de Rubião a opinião de que os escravizados

futuramente não seriam um problema, já que não os compraria. Em suma, Pedro Rubião de Alvarenga herda uma fortuna, do mesmo modo que o Império foi sustentado pelo boom do café. D. Pedro II e Rubião, ao mesmo tempo em que reconheciam a necessidade de mudanças em relação à escravidão, eram hesitantes porque não promoviam qualquer tipo de mudança mais radical: Rubião planejava vender os escravos que herdou de Quincas Borba e o Imperador agia com cautela extremada, suspendendo suas ações durante a guerra do Paraguai. Tentava promover uma reforma do “elemento servil”, mas, simultaneamente, não confrontava os opositores ferrenhos a qualquer mudança na situação. Um ponto que deve ser notado, porém, é a atitude de Rubião, quando já estabelecido no Rio de Janeiro. Ele tinha criados estrangeiros: um espanhol e outro francês. Notemos a reação de Rubião, ao aceitar o criado das “mãos” de Cristiano Palha:

Era espanhol, e não foi sem resistência que Rubião o aceitou das mãos de Cristiano, por mais que lhe dissesse que estava acostumado aos seus crioulos de Minas, e não queria línguas estrangeiras em casa, o amigo Palha insistiu, demonstrando-lhe a necessidade de ter criados brancos. Rubião cedeu com pena. O seu bom pajem, que ele queria pôr na sala, como um pedaço da província, nem pôde deixar na cozinha, onde reinava um francês, Jean; foi degradado a outros serviços (Quincas, III, 8).

Evidentemente Machado de Assis mostra a resistência da Coroa: ao mesmo tempo em que afirma a necessidade da emancipação, não deseja livrar-se do “pedaço de província” que ainda poder-se-ia preservar num contexto de mudanças sociais nascentes.

Segundo John Gledson a Coroa e o país num sentido mais lato, que no livro de 1891 adquiriu uma associação direta a d. Pedro II, passavam por um momento de extremada indecisão quanto à base de sua riqueza, isto é, desse boom do café, que, evidentemente era o trabalho escravo.¹⁹⁸ Para o crítico, em vários aspectos, o regime monárquico pode ser identificado com a nação, no caso específico da escravidão percebe-se a mesma “esquizofrenia” manifestada pelo regime e pela nação, por meio de impulsos contraditórios no sentido dos ideais “modernos” de abolição da escravidão e

¹⁹⁸ John Gledson. Machado de Assis, Impostura e Realismo: uma reinterpretação de Dom Casmurro, p. 112.

da necessidade oposta, “conservadora”, de manter a dependência nacional do braço escravo.¹⁹⁹

Uma passagem exemplar desse fenômeno seria a associação estabelecida entre escravidão e inconsciente exposta no capítulo XLVIII, na versão de 1891. Rubião estava confuso e incerto por conta de sua paixão por Sofia, pois não achava certo admirá-la com tal ardor diante da estima e da amizade que o marido, Palha, manifestava por ele. Sua consciência “partia-se em duas, uma increpando a outra, a outra explicando-se, e ambas desorientadas” (Quincas, XLV, 91). Foi andando e chegou a Praça da Constituição, então se dirigiu ao largo de São Francisco com a finalidade de tomar um tálburi até Botafogo: lá vieram logo três ao seu encontro, oferecendo serviços e louvando cada qual o seu cavalo. Enquanto isso, Rubião contemplava um mendigo que dormia nos degraus da igreja, assim como o Quincas Borba de Memórias Póstumas de Brás Cubas, sustentava sapatos rotos, andrajos e fitava o céu fixamente, “sem arrogância, nem baixeza”. Rubião que não era filósofo apenas invejava o mendigo, “aquele malandro não pensa em nada (...) daqui a pouco está dormindo, enquanto eu...” (Quincas, XLVII, 93). Os cocheiros ainda competiam pelos serviços e, diziam, todos, quase as mesmas coisas: entre que o animal é bom, olhe meu cavalo. O herdeiro de Quincas “depois de hesitar ainda, deu consigo dentro do tálburi que lhe ficava a mão”. Durante a viagem Rubião se lembrou de “um velho episódio esquecido, ou foi o episódio que lhe deu inconscientemente a solução”. Já fazia muito tempo, Rubião era rapaz e pobre, hospedado na casa de um amigo no Rio de Janeiro, um dia saíra cedo e passando pela Rua do Ouvidor notou um ajuntamento de pessoas:

(...) Um homem judicialmente trajado, lia em voz alta um papel, a sentença. Havia mais o juiz, um padre, soldados, curiosos. Mas as principais figuras eram dois pretos. Um deles, mediano, magro, tinha as mãos atadas, os olhos baixos, a cor fula, e levava uma corda entrelaçada no pescoço; as pontas do barão iam nas mãos de outro preto. Este outro olhava para a frente e tinha a cor fixa e retinta. Sustentava com galhardia a curiosidade pública (...)

Rubião naturalmente ficou impressionado. Durante alguns segundos esteve como agora à escolha de um tálburi. Forças íntimas ofereciam-lhe o seu cavalo, umas que voltasse para traz ou descesse para ir aos seus negócios, - outras que fosse ver enforcar o preto (Quincas, XLVII, 94-95).

¹⁹⁹ John Gledson. Machado de Assis: ficção e história, p. 100.

Rubião permanecia nesse impasse, não queria ver a execução somente a marcha solene. Ouvira então os curiosos narrando o crime, “um assassinato em Mata-porcos”; o assassino, diziam “era dado como homem frio e feroz” e essa informação “deu-lhe força para encarar o réu” sem piedade e sem perceber acabara no largo da execução, acompanhando-a até o final. Essa reminiscência advinda do inconsciente de Rubião “abre um reino raramente penetrado de maneira tão direta nos romances de Machado- a escravidão e sua brutalidade”. Tal movimento narrativo machadiano demonstra o “abismo dentro do qual Rubião espia, completamente indeciso quanto à sua atitude”.²⁰⁰ Para Gledson, Machado de Assis tinha a intenção de que Rubião “retratasse, através de seu inconsciente e de sua incipiente loucura, os conflitos não apenas do provinciano que enfrenta uma sociedade metropolitana”, mas, “os conflitos com os quais estava aturdida a sociedade brasileira, mesmo em níveis dos quais essa sociedade não poderia ter inteira consciência”.²⁰¹

O crítico interpreta esse episódio como isolado, “ocorre no passado e lá permanece”.²⁰² Contudo, diante da exposição que fizemos do contexto histórico específico no qual Quincas Borba está inserido é demasiadamente difícil não atar, diretamente, a atitude de incerteza, indecisão e conflito vivida por Rubião, aos debates políticos transcorridos entre 1868 e 1871, que culminariam com a Lei do Ventre Livre. Dessa forma, a cena descrita no capítulo XLVIII ganha sentido e encadeamento simbólico.

Primeiro, podemos dizer que d. Pedro II provavelmente deve ter experimentado incerteza, indecisão e conflito, após sua decisão de aceitar a demissão de Zacarias e enfrentar a oposição ferrenha dos Liberais, bem como os entraves à emancipação, manifestados pelos conservadores no poder, dado que sinalizava sua vontade em promover a emancipação dos escravizados. Uma consequência dessa situação pode ser notada, ainda, em um dos delírios de Rubião, quando firmava que o Ministério havia caído e dizia “o ministério pediu demissão, vou organizar outro” (Quincas, CLXXI, 379); depois, ocorriam lapsos de consciência, com instantes de uma tristeza calada, “era como a ascensão dolorosa que um homem fizesse do abismo” (Quincas, CLXXIX, 397).

²⁰⁰ John Gledson. Machado de Assis: ficção e história, p. 81.

²⁰¹ Idem.

²⁰² Idem.

Em meio aos delírios de Rubião, Sofia representa como o significado de seu nome sugere o repositório de um ideal de Sabedoria, ainda que inatingível. Segundo John Gledson, superficialmente Sofia aparenta “ser uma das personagens da ficção de Machado menos sujeitas a uma possível idealização”. Pois, como pessoa foi caracterizada, pelo narrador, como “egoísta, ambiciosa” e até mesmo “cruel”; porém, como “ideal de Rubião, como uma possível embora inatingível solução para o seu problema mental, ela representa o papel simbolizado pelo seu nome- Sofia, Sabedoria”. Gledson aponta uma frase na versão de Quincas em folhetim, que deixaria evidente o papel de Sofia: “e o pensamento e o coração do homem, não podendo entender-se, cuidaram de ver assunto que os reunisse, e foram direitinhos ao colo da bela Sofia”.²⁰³

Segundo o crítico a ironia da idealização de Sofia por Rubião é “evidentemente fundamental no romance”. Como no capítulo XLI, quando Rubião convidara Sofia a fitar o Cruzeiro, “ele o fitaria também, e os pensamentos de ambos iriam achar-se ali juntos, íntimos, entre Deus e os homens” (Quincas, XLI, 79). Muito depois, Rubião lamentaria a recusa da moça e, neste momento, Machado de Assis nos dá a chave para interpretar a alegoria envolvida no ato de “fitar o Cruzeiro”:

Quando cansou, olhou para o céu; lá estava o Cruzeiro... Oh! Se ela houvesse consentido em fitar o Cruzeiro! Outra teria sido a vida de ambos. A constelação pareceu confirmar este modo de sentir, fulgurando extraordinariamente; e Rubião ficou-se a mirá-la, a compor mil cousas lindas e namoradas, - a viver do que podia ter sido. Quando a alma se fartou de amores nunca desabrochados, acudiu à mente do nosso amigo que o Cruzeiro não é só uma constelação, é também uma ordem honorífica. D’ aqui passou a outra série de pensamentos. Achou genial a ideia de fazer do Cruzeiro uma distinção nacional e privilegiada. Já tinha visto a venera ao peito de alguns servidores públicos. Era bela, mas principalmente rara (Quincas, XCVII, 214-215).

A Imperial Ordem do Cruzeiro foi criada em 01 de dezembro de 1822 por d. Pedro II. O nome e o desenho baseiam-se na posição geográfica da região da América Austral, que forma o Império do Brasil, onde se acha a grande constelação do Cruzeiro do Sul. Os pensamentos de Rubião, nesse sentido, vão do amor ao anseio por

²⁰³ John Gledson. Machado de Assis, Impostura e Realismo: uma reinterpretação de Dom Casmurro, p. 101.

notoriedade social. Esse seria, além da menção a d. Pedro II, um retrato satírico da sociedade carioca, ou seja, “Rubião torna-se menos o provinciano imbecil e mais o centro catalisador das ilusões partilhadas por toda a sociedade, inclusive Palha e Sofia, que também sonham com o enobrecimento”, o que funde esses dois elementos centrais do enredo é o amor de Rubião por Sofia; e, “a não retribuição dela faz com que ele fique louco e pense ser Napoleão III”.²⁰⁴ O esquema de John Gledson aparenta ser muito simples, e coloca Rubião em uma posição demasiadamente passiva, como se a maior parte dos acontecimentos acontecesse à revelia de sua vontade. Porém, devemos destacar que Rubião decidiu juntar-se aos Palha e criar uma sociedade comercial com Cristiano. Em alguma medida, portanto, se interpretarmos Rubião como a alegoria de d. Pedro II e Cristiano Palha, como o representante dos capitalistas em ascensão, é plausível supor que Machado de Assis sugeria uma aliança, em certo sentido, entre d. Pedro e os atores sociais que, posteriormente, agiriam contra a promoção da emancipação e para a derrocada final da monarquia. Basta notar que Cristiano Palha, assim como Procópio Dias de Iaiá Garcia, é um comerciante que obteve lucros com a guerra do Paraguai. Cristiano Palha sabia, desde o começo, que Rubião não era homem de comércio (Quincas, LIX) e, utilizando-se dessa falta de inabilidade do herdeiro, conseguiu construir uma casa comercial lucrativa e, depois do êxito, descartou a participação de Rubião.

Ao redor desse triângulo central de personagens, Machado de Assis teceu uma rede de “pessoas logradas”: Camacho, o “solteirão da política; os casais com uma felicidade ilusória, Carlos Maria e Maria Benedita, Teófilo e Fernanda e os menos afortunados, major Siqueira e a filha, esta, sobretudo, vivia das ilusões de um futuro casamento que nunca se concretizaria. Tais personagens mereceriam uma análise mais cuidadosa que, no entanto, não tivemos a oportunidade de realizar agora. Apenas apontamos que a diferença entre essas personagens e Rubião seria “apenas de grau”, ou seja, as ilusões de Rubião dão à loucura um aspecto clínico nítido: “ele tem de tratar com uma realidade menos dócil, e suas ilusões se alimentam de sua ignorância e inocência”²⁰⁵ e, neste aspecto, seria impossível não nos lembrarmos de Nabuco e Saraiva, os quais afirmavam que o próprio monarca era “a primeira vítima inocente” da situação política sustentada pelo sistema representativo brasileiro que, no contexto de

²⁰⁴ Idem, p. 104.

²⁰⁵ Idem.

1868, protelou o andamento da “questão do elemento servil”. Destarte, Machado de Assis teria criado uma sátira social extremamente aguda, que não envolvia apenas o Imperador, embora este fosse o ponto central do conflito travado entre as forças sociais e políticas que disputavam o poder entre 1860 e 1871.

A chave essencial da “mente política” descrita por Machado é o “napoleonismo universal, que ele via como uma consequência necessária do mundo reprimido do Império em seu período de ‘Conciliação’”.²⁰⁶ Assim, a identificação criada entre Rubião e Napoleão III seria inteiramente apropriada ao tema machadiano, especialmente, porque Luís Napoleão era apenas uma imitação de seu (suposto) tio. Segundo Gledson, existiria, ainda, outra dimensão política para essa identificação: Machado fez coincidir a queda do último Império europeu, prolongando da loucura de Rubião entre 1870 e 1871, com uma crise fundamental do único Império na América. Tal crise argumenta o crítico, “mostrava que sua queda era só questão de tempo”, por isso Gledson sugere que “a identificação com Napoleão III não surgiu na imprensa senão depois da queda final do Império em 1889”.²⁰⁷

Porém, não podemos perder de vista que as sucessões dos acontecimentos referem-se diretamente à discussão da emancipação dos escravos. O capítulo CXCI deixa isso muito claro ao leitor. Após a internação de Rubião em uma clínica, esperava-se que ele estivesse completamente recuperado em seis ou oito meses, mas na verdade seis, oito meses “passaram depressa” demais, “com os sucessos às costas- a queda do ministério, a subida de outro (...) a discussão da lei dos ingênuos” (Quincas, CXCI, 427). Neste ponto do romance os destinos de muitas das personagens estavam se definindo, principalmente o de Sofia:

(...) Camacho declarou pela sua folha que a lei dos ingênuos absolvía a esterilidade e os crimes da situação. Em outubro, Sofia inaugurou os seus salões de Botafogo, com um baile, que foi o mais célebre do tempo (...) Toda a gente admirava a gentileza daquela trintona fresca e robusta; alguns homens falavam (com pena!) das suas virtudes conjugais, da profunda adoração que ela tinha ao marido (Quincas, CXCI, 423).

²⁰⁶ Idem, p. 104-105.

²⁰⁷ Idem, p. 105.

No dia seguinte ao baile, recebia-se a notícia de que Rubião fugira da clínica em que estava internado. Ninguém sabia que o ignaro herdeiro de Quincas Borba estava retornando para Barbacena, sem dinheiro e completamente enlouquecido, repetindo a sentença do Humanitismo de Quincas: “Ao vencedor, as batatas!”. Dizia também que “capturara o rei da Prússia, não sabendo ainda se o mandaria fuzilar ou não; era certo, porém, que exigiria uma indenização pecuniária enorme, - cinco bilhões de francos” (Quincas, CXCVIII, 431). Talvez a menção machadiana à “indenização pecuniária” tenha um sentido mais direto com o processo histórico vivenciado no Brasil. Era um momento de delírio e agonia vivenciado por Rubião, e também por d. Pedro II, como mostramos durante esta monografia, nos debates em torno da lei de emancipação, a questão da indenização figurava como um grande elemento de discórdia na busca desesperada dos proprietários de escravos em garantir o que eles chamavam de “direito de propriedade”.

Em todo caso já sabemos como a questão foi conduzida pelo monarca e pelos parlamentares. Para Rubião, a morte foi a solução narrativa encontrada por Machado: “a cara ficou séria, porque a morte é séria; dois minutos de agonia, um trejeito horrível, e estava assinada a abdicação” (Quincas, CC, 432).

Conclusão:

O processo histórico no qual baseamos nossa pesquisa promoveu considerável mudança na sociedade brasileira, mobilizando atores sociais diretamente ligados ao governo imperial, bem como afetando as relações sociais e políticas mais cotidianas. Estas, em grande medida, puderam ser lidas e interpretadas nas obras literárias de Machado de Assis.

A proposta de analisar jornais, debates de parlamentares e ligá-los aos romances Iaiá Garcia e Quincas Borba, estabelecendo assim uma interlocução entre diferentes tipos de fontes históricas, lançou luz ao processo de elaboração e aprovação da Lei do Ventre Livre. Além disso, foi possível captar, em alguma medida, quais foram os interesses e os anseios que a iniciativa imperial de “reforma do elemento servil” causou aos seus contemporâneos e, qual foi o legado dessa mudança.

Em muitos aspectos, os impactos foram sentidos nas relações entre senhores e escravizados, na medida em que a lei de 1871 garantiu direitos à principal mão de obra do Brasil Imperial. Machado de Assis, com a experiência de funcionário público que acompanhava a aplicação da lei, na prática, pôde transpor tal experiência para a composição de seus romances, indicando as limitações reais na “reforma do elemento servil”. Simultaneamente, o literato não deixou de notar novas dinâmicas sociais que emergiam com o ato de abalar a “propriedade” dos patriarcas.

Bibliografia

Fontes

Jornais:

A Reforma

Diário do Rio de Janeiro

Gazeta de Campinas

O Cruzeiro

A Estação: jornal ilustrado para a família

Obras literárias:

ASSIS, Machado de. Yaiá Garcia. Rio de Janeiro: G Vianna e C., Editores. Typographia do Cruzeiro, 1878.

ASSIS, Machado de. Quincas Borba. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro- Editor, 1891.

ASSIS, Machado de. Relíquias de Casa Velha. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson INC. 1957.

ASSIS, Machado de. Dom Casmurro. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ASSIS, Machado de. Memórias Póstumas de Brás Cubas. São Paulo: FTD, 1997.

ASSIS, Machado de. Bons Dias! Introdução e notas de John Gledson. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

ASSIS, Machado de. Notas semanais. Organização, introdução e notas de John Gledson e Lúcia Granja. Campinas, SP. : Editora da Unicamp, 2008.

SENIO, O tronco do ipê. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871.

Referências bibliográficas:

Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Senhores Deputados, 1º ano da 13ª legislatura, Sessão de 1887, Tomo I, Rio de Janeiro, Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1867.

AZEVEDO, Elciene. O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

BROCA, Brito. “A Guerra do Paraguai” em Machado de Assis e a política e outros estudos. Rio de Janeiro: Organização Simões Editora, 1957, p. 67-71.

CARVALHO, José Murilo de. “A vida política”, em *História do Brasil* nação: 1808-2010. Volume 2: a construção nacional (1830-1889). Rio de Janeiro: Mapfre\Objetiva, 2012.

CHALHOUB, Sidney, e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.), *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CHALHOUB, Sidney. “Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX”, em *Quase - cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (orgs). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CHALHOUB, Sidney. “Apresentação”, em *História Social: Revista dos Pós-Graduandos em História da Unicamp*. Campinas, SP, n. 22 e 23- Primeiro e segundo semestre de 2012.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CRESTANI, Jaison Luís. “A materialidade da literatura: a inscrição do romance Iaiá Garcia no “Folhetim do Cruzeiro”. *Machado de Assis em linha*, Rio de Janeiro. v. 6, n. 12, p. 46-65, dezembro 2013.

Congresso Agrícola. Edição fac-similar dos anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro em 1878. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Globo, 2001.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: Ficção e História*. Tradução Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: Impostura e Realismo uma reinterpretação de Dom Casmurro*. Tradução de Fernando Py. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GLEDSON, John. Por um novo Machado de Assis: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19. São Paulo: Nankin: Edusp, 2012.

HANSEN, João Adolfo. Alegoria. Construção e Interpretação da Metáfora. São Paulo/Campinas: Hedra/Editora da Unicamp, 2006.

HOBBS, Thomas. Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil. Tradução Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004.

KISHIMOTO, Mochida. A pré-escola em São Paulo. São Paulo: Loyola, 1988.

LODI-CORREA, Samantha. “Anália Franco e sua ação sócio-educacional na transição do Império para a República”. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2009.

LUSTROSA, Isabel Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MACHADO, Ubiratan. Machado de Assis: roteiro da consagração. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

MEGID, Daniele, “Mulheres de jornal: personagens femininas em romances folhetins de Machado de Assis”. Monografia de Conclusão de Curso. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. Os programas dos partidos e o Segundo Império. Primeira Parte: Exposição de Princípios. São Paulo: Typografia de Jorge Secker, 1878.

MEYER, Marlyse, Caminhos do imaginário no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MONTEIRO, Eduardo Carvalho. Anália Franco – a grande dama da educação brasileira. São Paulo: Madras, 2004.

NABUCO, Joaquim. Um estadista do Império Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época. Rio de Janeiro: Garnier, Livreiro-Editor, tomo III.

NABUCO, Joaquim. Um estadista do Império. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

PENA, Eduardo. Pajens da casa imperial: juriconsultos, escravidão e a Lei de 1871. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.

PEREGRINO, Umberto. “A Guerra do Paraguai na obra de Machado de Assis”, Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1966.

PORTELA, Fagundes. “Iniciativas de atendimento para crianças negras na província de São Paulo (1871-1888)” Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

SALLES, Ricardo. E o Vale era escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SCHUMAHER, Schuma e VITAL, Erico (orgs). Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARZ, Roberto. Um mestre na periferia do capitalismo. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2000.

SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2012.

SILVEIRA, Daniela Magalhães. Fábrica de Contos: ciência e literatura em Machado de Assis. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

STEIN, Ingrid. Figuras Femininas em Machado de Assis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

TRÍPOLE, Matilde Jerônimo. Imagens, máscaras e mitos: o negro na obra de Machado de Assis. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.